

**Universidade Federal de Minas Gerais
Departamento de Geografia**

**A Serra do Cipó e seus Vetores de
Penetração Turística – Um olhar sobre as
transformações socioambientais**

Raoni Araujo Ferreira

Dissertação de Mestrado

Minas Gerais – Brasil
Abril de 2010

Raoni Araujo Ferreira

A Serra do Cipó e seus Vetores de Penetração Turística – Um olhar sobre as transformações socioambientais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Análise Ambiental

Orientador: Bernardo Machado Gontijo

Belo Horizonte
Departamento de Geografia
2010

Universidade Federal de Minas Gerais
Departamento de Geografia

A Serra do Cipó e seus Vetores de Penetração Turística – Um olhar sobre as transformações socioambientais

Raoni Araujo Ferreira

Aprovada por:

Dr. Bernardo Machado Gontijo (IGC/UFMG)
(orientador)

Dra. Valéria do Carmo Amorim (IGC/UFMG)
(Examinadora interna)

Dr. Joaquim de Araújo Silva (Instituto Biotrópicos de pesquisa em vida silvestre)
(Examinador externo)

Belo Horizonte, abril de 2010.

*Para meus pais, minha
irmã e Mari, portos
seguros em constante
movimento.*

Agradecimentos

Talvez uma das etapas mais difíceis de uma dissertação sejam os agradecimentos. Em dois anos, muitas são as pessoas com quem cruzamos pelo caminho que se tornam tão importantes quanto aquelas que já trazemos em nosso caminhar. Os agradecimentos aqui se dirigem a todos, mas principalmente àqueles que, de alguma forma, compartilharam este processo de construção da dissertação e esta nova etapa.

À dindinha, pela acolhida nas quartas-feiras e tantas outras importantes ao longo desses últimos dois anos.

Ao Beto, por alegrar minhas quartas-feiras, as semanas ficam mais monótonas quando não consigo buscá-lo na natação.

Ao professor Bernardo, pela parceria desde a graduação na academia, nos campos, nas conversas, nos botecos e em outros tantos momentos que vão além da relação aluno/professor.

Ao Mateus, lembrando que na monografia expressei a vontade de continuar a amizade iniciada na graduação, que se tornou mais sólida nos últimos dois anos, mesmo com o hiato de um oceano. Obrigado mais uma vez.

Ao Gondim, amigo das conversas boas e alto astral, uma das pessoas mais boas-praças que existem. Uma ótima (re)descoberta e aproximação.

Ao Lucas, por mostrar que quando a amizade é verdadeira e sincera, o silêncio é confortável.

Ao Digo, eterno fanfarrão, companheiro de casa, das conversas madrugadas afora, das faxinas, dos botecos, da música, dos puxões de orelha e de tantas outras coisas que dariam um livro.

Aos amigos antigos de quem me distanciei de alguma forma ao longo desta etapa, obrigado pela compreensão e amizade.

À Consuelo, pelas conversas que me ajudaram no fortalecimento emocional durante todo o processo de construção não apenas desta dissertação, mas de todas as transições por que passei ao longo desses últimos anos.

À equipe da Biodiversitas, pela acolhida, pelos papos, pelas festas, viagens e pelo crescimento pessoal e profissional, cada qual com suas peculiaridades, todos fundamentais nas novas descobertas.

À equipe do PARNA Serra do Cipó, pela relação de amizade com todos os seus integrantes, fundamental para um olhar mais atento sobre o objeto de pesquisa.

Um agradecimento especial a todos os moradores da Serra do Cipó, pela sempre hospitaleira acolhida, independentemente de se tratar de pesquisa ou de viagem de turismo.

À CAPES, que, por meio da bolsa, permitiu não apenas minhas incursões em campo, mas outros investimentos fundamentais para a finalização da pesquisa.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
1.2 Serra do Cipó: região e espaço de vivência.....	16
2. METODOLOGIA	19
3. O OLHAR – CONSTRUINDO O TODO	24
3.1 A imagem da Serra do Cipó a partir de um olhar interior	27
3.2 – O turismo na Serra do Cipó – direcionando o olhar	29
3.3 A Serra do Espinhaço e a Serra do Cipó – um olhar cartesiano	32
3.3.1 A Serra do Cipó	35
3.3.2 A base geológica da serra	37
3.3.3 A flora e a fauna	39
3.3.4 As águas da serra	47
4. O HOMEM NO ESPAÇO, UM AGENTE TRANSFORMADOR	51
4.1 O homem e a natureza selvagem (<i>wilderness</i>)	54
4.1.1 - Conservação e preservação, domesticando a discussão	55
4.1.2 - As unidades de conservação como espaço produzido	57
4.1.3 – A questão das UCs no Brasil.....	59
4.1.4 O PARNA Serra do Cipó e a APA Morro da Pedreira.....	61
4.1.5 - O turismo como elemento transformador do espaço	65
5. DESCORTINANDO A SERRA DO CIPÓ – UM OLHAR PARA O PASSADO	67
5.1 A serra pré-histórica e a serra dos bandeirantes	68
5.2 A serra dos naturalistas – um olhar científico/exploratório.....	74
6. UM OLHAR PARA O PRESENTE – A SERRA E SEUS VETORES DE PENETRAÇÃO TURÍSTICA	77
6.1 O vetor de penetração oeste.....	78
6.1.1 O vetor oeste e o turismo	88
6.1.2 Um olhar frio sobre o vetor oeste	94
6.2 O vetor de penetração leste.....	99
6.2.1 O vetor leste e o turismo	108
6.2.2 Um olhar frio sobre o vetor leste	114
6.3 No meio do caminho tinha um PARNA, tinha um PARNA no meio do caminho.....	118
6.3.1 O PARNA e o turismo.....	126
7. MEU OLHAR – CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA	137
9. ANEXOS	140

Lista de Figuras

Figura 1. Localização da Serra do Cipó e de seus acessos

Figura 2. Mapa de localização da região da Serra do Cipó

Figuras 3 e 4. Morro da Pedreira

Figuras 5 e 6. Áreas escarpadas no interior do PARNA Serra do Cipó

Figuras 7 e 8. Características da vegetação nas escarpas e fundo de vale e afloramentos quartizíticos

Figuras 9 e 10. Campos rupestres da Serra do Cipó

Figuras 11 e 12. Vegetação característica dos campos rupestres, como, por exemplo, as sempre-vivas

Figuras 13 e 14. Fitofisionomias típicas da borda oeste da serra

Figuras 15 e 16. Vegetação desmatada para pastagem próxima à cidade de Itambé do Mato Dentro – porção leste

Figuras 17 e 18. Vegetação desmatada para pastagem e cultivos – porção leste

Figura 19. Distribuição dos três biomas, campo rupestre, cerrado e mata atlântica, na região da APA Morro da Pedreira, de acordo com os critérios adotados pela equipe do ICMBio – PARNA Serra do Cipó

Figuras 20 e 21. Rio Cipó fora dos limites do PARNA, antes da ponte do hotel Cipó Veraneio

Figuras 22 e 23. Trecho do rio Jaboticatubas e da cachoeira das Andorinhas (dentro dos limites do PARNA Serra do Cipó)

Figuras 24 e 25. Represa da Lapinha e barragem da Usina Américo Teixeira

Figuras 26 e 27. Travessão e cachoeira do Bongue, no rio Tanque

Figura 28. Bacias hidrográficas da Serra do Cipó. Em cinza, as sub-bacias dos rios que compõem a bacia do rio São Francisco (oeste) e, em azul, as sub-bacias que compõem a bacia do rio Doce (leste)

Figuras 29 e 30. Cachoeira da Capivara e cachoeira Grande

Figuras 31 e 32. Cachoeira das Andorinhas e cachoeira das Braúnas

Figura 33. Modelo de elevação digital contendo os limites do PARNA e da APA

Figuras 34 e 35. Placas publicitárias do programa ProAcesso em Itambé do Mato Dentro e Santana do Riacho

Figura 36. Mapa do trecho do programa ProAcesso entre Itambé do Mato Dentro e Itabira

Figura 37. Trecho do programa ProAcesso entre Morro do Pilar e trecho da Rodovia MG-010

Figura 38. Trecho do programa ProAcesso entre Santana do Riacho e Cardeal Mota

Lista de Tabelas

Tabela 1. Visitação no PARNA no período de 2002 a 2007

Tabela 2. Tabela referente à evolução do setor de prestação de serviços entre as décadas de 1970 – 2000/município de Jaboticatubas

Tabela 3. Tabela referente à evolução do setor de prestação de serviços entre as décadas de 1970 – 2000/município de Santana do Riacho

Tabela 4. Tabela referente à evolução do setor de prestação de serviços entre as décadas de 1970 – 2000/município de Conceição do Mato Dentro

Tabela 5. Tabela referente à evolução do setor de prestação de serviços entre as décadas de 1970 – 2000/município de Itabira

Tabela 6. Tabela referente à evolução do setor de prestação de serviços entre as décadas de 1970 – 2000/município de Itambé do Mato Dentro

Tabela 7. Tabela referente à evolução do setor de prestação de serviços entre as décadas de 1970 – 2000/município de Itambé do Mato Dentro

Tabela 8. Tabela de visitação anual no PARNA Serra do Cipó entre os anos de 2002 a 2008

Tabela 9. Visitação mensal do PARNA Serra do Cipó no ano de 2008

Lista de Gráficos

Gráfico 1. Representação gráfica do crescimento do setor de prestação de serviços entre as décadas de 1970 – 2000/município de Jaboticatubas

Gráfico 2. Representação gráfica do crescimento do setor de prestação de serviços entre as décadas de 1970 – 2000/município de Santana do Riacho

Gráfico 3. Representação gráfica do crescimento do setor de prestação de serviços entre as décadas de 1970 – 2000/município de Santana do Riacho

Gráfico 4. Representação gráfica do crescimento do setor de prestação de serviços entre as décadas de 1970 – 2000/consolidação dos dados do vetor oeste

Gráfico 5. Representação gráfica do crescimento do setor de prestação de serviços entre as décadas de 1970 – 2000/município de Itabira

Gráfico 6. Representação gráfica do crescimento do setor de prestação de serviços entre as décadas de 1970 – 2000/município de Itabira

Gráfico 7. Representação gráfica do crescimento do setor de prestação de serviços entre as décadas de 1970 – 2000/município de Morro do Pilar

Gráfico 8. Representação gráfica do crescimento do setor de prestação de serviços entre as décadas de 1970 – 2000/consolidação dos dados do vetor oeste

Resumo

Situada na região central de Minas Gerais, a Serra do Cipó, encontra-se sob os “domínios” da Serra do Espinhaço e abrange os municípios de Jaboticatubas, Santana do Riacho, Conceição do Mato Dentro, Morro do Pilar, Itambé do Mato Dentro, Itabira e Nova União. Trata-se de uma importante região no que diz respeito à diversidade biológica (flora e fauna) e sociocultural.

Sobre esses aspectos, é importante citar a existência de duas Unidades de Conservação federais na região, a Área de Proteção Ambiental do Morro da Pedreira e o Parque Nacional da Serra do Cipó. Devido à sua beleza cênica, história e aspectos culturais, a região sempre despertou o interesse de desbravadores, empreendedores e recentemente, turistas.

Os diferentes interesses foram moldando a paisagem da região de forma a refletir na atual situação em que ela se encontra. Partindo deste contexto, identificou-se que os primeiros turistas da região, em sua maioria, eram caracterizados por mochileiros e aventureiros que buscavam conhecer as cachoeiras, rios e paisagens da Serra do Cipó. O principal destino desses visitantes era o distrito de Cardeal Mota (atualmente Serra do Cipó), pertencente ao município de Santana do Riacho, localizado na vertente oeste do Parque Nacional da Serra do Cipó. Com o asfaltamento da rodovia MG-010, entre o distrito de Cardeal Mota e o município de Conceição do Mato Dentro, concluído no final da década de 1990, o fluxo turístico se intensificou em toda vertente oeste do Parque Nacional da Serra do Cipó.

Em contraponto a esse cenário, vetor de penetração leste do Parque Nacional da Serra do Cipó, começou a receber um fluxo maior de visitantes a partir do início do século XXI, concentrando os visitantes na sede Municipal de Itambé do Mato Dentro e em um de seus distritos, Cabeça de Boi.

Nesse contexto, o presente trabalho, buscou fazer um resgate histórico sobre o processo de ocupação territorial na região desde sua pré-história, passando pelo período das grandes viagens dos naturalistas dos séculos XVIII e XIX, assim como as viagens dos tropeiros que se deslocavam de Diamantina ao Rio de Janeiro e finalmente chegando aos séculos XX e XXI.

Entendendo o processo de ocupação e histórico da região, foram verificadas as principais transformações socioespaciais e econômicas ocorridas na região e como os diferentes processos moldaram a Serra de forma a (re)configurá-la constantemente até os dias de hoje, entendendo principalmente, o papel que o turismo tem nesse processo de (re)configuração da dinâmica regional.

Para verificar as conseqüências advindas do turismo na região, o presente trabalho teve como eixos norteadores a estrada MG-010 (vertente oeste do Parque Nacional da Serra do Cipó) entre o distrito de Cardeal Mota e o município de Conceição do Mato Dentro, e o antigo caminho real entre os municípios de Bom Jesus do Amparo e Conceição do Mato Dentro.

Palavras Chave: Serra do Cipó, Turismo, Transformação socioambiental, Unidade de Conservação

Abstract

Located in central area of Minas Gerais state, Serra do Cipo, is under the "domains" of the Espinhaço and covers the municipalities of Jaboticatubas, Santana do Riacho Conceição do Mato Dentro, Morro do Pilar, Itambé do Mato Dentro, Itabira and Nova União. This is an important region with regard to biological diversity (flora and fauna) and socio-cultural.

On these aspects, it is important to mention the existence of two federal protected areas in the region, the Environmental Protection Area of Morro da Pedreira and the National Park of Serra do Cipo. Due to its scenic beauty, history and cultural aspects, the region has always aroused the interest of explorers, entrepreneurs, and recently, tourists.

Different interests have shaped the landscape of the region to reflect the current situation in which it lies. Given this context, we identified that the first tourists in the region, most of them were characterized by backpackers and adventurers seeking to know the waterfalls, rivers and landscapes of the Serra do Cipo. The main destination of these visitors was the District of Cardeal Mota (now Serra do Cipo) belonging to the municipality of Santana do Riacho, located on the western slope of the National Park of Serra do Cipo. With the paving of MG-010 road, between Cardeal Mota and Conceição do Mato Dentro, completed by the end of the 1990s, the influx of tourists has intensified throughout the western slope of the National Park da Serra do Cipo.

In counterpoint to this scenario, the penetration vector east of the National Park of Serra do Cipo, began to receive a greater flow of visitors from the beginning of the century, focusing on visitors at the headquarters of the Municipal Itambé Mato Dentro and one of its districts, for example, Cabeça de Boi.

In this context, the present study, we tried to do a historical survey about the process of land occupation in the region since its prehistory, through the period of the great voyages of the naturalists of the eighteenth and nineteenth centuries, as well as the travel of the tropeiros who traveled to Diamantina to Rio de Janeiro and finally reaching the XX and XXI centuries.

Understanding the process of occupation and history of the region aimed at assessing the main socio-spatial and economic transformations occurring in the region and how the different processes have shaped the mountains in order to (re) configure it constantly until the present day, considering especially the role that tourism has in the process of (re) configuration of the regional dynamics.

To check the consequences resulting from tourism in the region, this work was as guiding principles the road MG-010 (west side of the Parque Nacional da Serra Cipo) between the Cardinal District of Mota and the municipality of Conceição do Mato Dentro, and the old royal road between the cities of Bom Jesus do Amparo and Conceição do Mato Dentro.

Keywords: Serra do Cipo, tourism, social and environmental transformation, Protected areas

Prólogo

O senhor Palomar vê despontar uma onda lá ao longe, vê-a crescer, aproximar-se, mudar de forma e de cor, enrolar-se sobre si própria, quebrar-se, desvanecer, refluir. Chegado a este ponto, poderia convencer-se de ter levado a cabo a operação que tinha decidido efetuar e poderia ir-se embora. Mas isolar uma onda, separando-a da onda que imediatamente se lhe segue e que parece empurrá-la, e que por vezes a alcança e a arrasta consigo, é muito difícil; assim como separá-la da onda que a precede e que parece arrastá-la atrás de si em direção à costa, salvo quando depois, eventualmente, se volta contra ela, como que para deter.

Se além disso se considerar cada vaga no sentido do comprimento, paralelamente à costa, é difícil estabelecer até onde a frente que avança se estende com continuidade e onde se separa e se segmenta em ondas individualizadas, distinguíveis pela velocidade, forma, força e direção.

Em resumo, não se pode observar uma onda sem ter em conta os aspectos complexos que concorrem para a sua formação e aqueles outros, igualmente complexos, a que essa mesma onda dá lugar. Estes aspectos variam continuamente, pelo que uma onda é sempre diferente de outra onda; mas também é verdade que cada onda é igual a uma outra onda, mesmo que não seja aquela que lhe é imediatamente contígua ou sucessiva; em resumo, existem formas e sequências que se repetem, ainda que irregularmente distribuídas no espaço e no tempo. Como aquilo que o senhor Palomar pretende fazer neste momento é simplesmente ver uma onda, ou seja, colher todas as suas componentes sem descurar nenhuma delas, o seu olhar deter-se-á no movimento da água que bate na costa, até poder registrar aspectos ainda não recolhidos anteriormente; assim que se apercebe de que as imagens se repetem, saberá que viu tudo o que queria ver e então poderá parar.

(...) Tomando como modelo o desenho das ondas, a praia insinua na água algumas línguas de areia mal delineadas, que se prolongam em bancos submersos, daqueles que as marés fazem e desfazem a cada maré. Foi uma destas baixas línguas de areia que o senhor Palomar escolheu como ponto de observação, porque as ondas batem nela obliquamente de um lado e do outro, e ao cavalgarem a superfície semi-Submersa encontram-se com as que chegam do outro lado. Assim, para compreender como é feita uma onda, há que ter em conta estes impulsos em direções opostas, que em certa medida se contrabalançam e em certa medida se vão somando, produzindo

uma rebentação generalizada de todos os impulsos e contra-impulsos no rotineiro alastrar da espuma.

O senhor Palomar procura agora limitar o seu campo de observação; se ele considerar um quadrado, digamos, de dez metros de mar, pode fazer um inventário completo de todos os movimentos de ondas que ali se repitam com variadas frequências, num dado intervalo de tempo. A dificuldade consiste em fixar os limites desse quadrado, porque se ele considerar, por exemplo, como o lado mais distante de si a linha mais proeminente de uma onda que avança, esta linha, ao aproximar-se dele e ao elevar-se, esconde aos seus olhos tudo aquilo que está por detrás dela; e eis que o espaço tomado em consideração se inverte e se reduz ao mesmo tempo.

De qualquer modo, o senhor Palomar não desanima e pensa, em cada momento, que viu tudo aquilo que podia ver a partir do seu ponto de observação; mas acaba por aparecer sempre em qualquer coisa que ele não tinha tomado em consideração. Não fora esta sua impaciência por alcançar um resultado completo e definitivo através da sua operação visual, o observar das ondas seria para ele um exercício muito repousante e poderia salvá-lo da neurose, do enfarte e da úlcera gástrica. E talvez pudesse ser essa a chave para dominar a complexidade do mundo, reduzindo-a ao seu mecanismo elementar.

Mas a cada uma das tentativas para definir este modelo tem de se haver com uma onda longa, que sobrevém numa direção perpendicular à rebentação e paralela à costa, fazendo deslizar uma crista contínua que mal aflora à superfície. Os saltos das ondas, que se vão emaranhando em direção à costa, não perturbam o impulso uniforme dessa crista compacta, que as corta em ângulo reto e que não se sabe para onde vai nem de onde venha. Talvez seja uma brisa de levante que faz mover a superfície do mar perpendicurlamente ao impulso profundo que chega das massas de água situadas ao largo, mas esta onda que nasce no mar, recolhe também, ao passar, os impulsos oblíquos que nascem da água, desvia-os e fá-los tomar a sua direção, e leva-os consigo. Continua assim a crescer e a ganhar força, até que o choque com as ondas contrárias a extingue aos poucos, fazendo-a desaparecer, ou então a torce, fazendo-a confundir-se com uma dessas muitas dinastias de ondas oblíquas, atirada à costa com elas. E fixar a atenção sobre um pormenor fá-lo saltar para o primeiro plano e invadir o quadrado, como no caso de certos desenhos em que basta fechar os olhos e reabri-los para que a perspectiva tenha mudado. Agora, neste cruzamento de cristas de variada orientação, o desenho global aparece fragmentado em painéis que

emergem e se desvanecem. Acrescente-se ainda que o reflexo de cada uma das ondas tem ele próprio a sua força, que contraria as ondas que lhe seguem. E se concentrar a atenção sobre estes impulsos para trás, parece que o verdadeiro movimento é aquele que parte da costa e vai em direção ao largo.

Será que o verdadeiro resultado a que o senhor Palomar está a chegar é o de fazer correr as ondas em sentido oposto, o de inverter o tempo, o de apreender a verdadeira substância do mundo, para lá dos hábitos sensoriais e mentais? Não, ele chega apenas até o ponto em que se experimenta um ligeiro sentimento de vertigem, nada mais. A obstinação que impele as ondas em direção à costa acaba por vencer: de fato, as ondas cresceram enormemente. Será o vento que está a mudar? Que desgraça seria se a imagem que o senhor Palomar conseguiu minuciosamente construir se baralhasse e se quebrasse e se dispersasse. Só se conseguir lembrar-se do conjunto de todos os aspectos é que poderá iniciar a segunda fase da operação: estender este conhecimento ao universo inteiro.

Bastaria não perder a paciência, o que não tarda a acontecer. O senhor Palomar afasta-se pela praia fora, com os nervos tão tensos como quando chegara, e ainda mais inseguro acerca de tudo.”¹

Não pretendo aqui lançar um olhar para o oceano em busca da leitura das ondas. O senhor Palomar deixa claro o quão difícil é a leitura de uma “simples” onda. Instigado por essa complexa leitura, a partir da “simplicidade” a que uma onda nos remete, lanço meu olhar para a região da Serra do Cipó, mais especificamente para os dois vetores de penetração turística, duas estradas. Um olhar curioso, intrigado e cheio de perguntas, buscando entender alguns porquês que me inquietam. Busco, aqui, utilizar os mais variados métodos, desde a rigidez metodológica para o alcance de resultados palpáveis até outros mais simples, como ouvir, sentir, cheirar, caminhar, viver...

Talvez, ao longo do caminho, aconteça comigo o que aconteceu com o senhor Palomar e eu perca a paciência, e saia com os nervos tensos e sem as respostas que busco. Talvez não, talvez essa paciência seja finita e, mesmo não chegando às tão esperadas respostas, eu encontre outros caminhos que me conduzirão a outras perguntas intrigantes, que instigarão mais e mais meu olhar e me levarão infinitamente a me aprofundar ainda mais no que estou propondo a fazer.

¹ Trechos do capítulo “Leitura de uma onda”, do livro *Palomar*, de Italo Calvino, 1971.

Esta dissertação não se trata exclusivamente de transformações socioambientais, mas, principalmente, de um exercício do olhar.

1. INTRODUÇÃO

A região da Serra do Cipó é extremamente importante no que diz respeito à conservação dos recursos naturais e à proteção da biodiversidade. Encontra-se sob os biomas do cerrado (porção oeste) e da mata atlântica (porção leste). Sobre a região, podemos destacar a presença dos campos rupestres, ecossistema peculiar, presente ao longo de todo o topo da Serra do Espinhaço meridional, um importante divisor de águas de Minas Gerais. Visando a proteger esse patrimônio natural, duas importantes unidades de conservação foram estabelecidas na região em meados da década de 1980². Após a criação dessas unidades, outras foram instituídas³ com o mesmo intuito, conservação e preservação dos recursos naturais.

Além do patrimônio natural, é inegável a riqueza histórico-cultural presente na região, datada desde a pré-história, percebida nas pinturas rupestres e nos sítios arqueológicos. A história da região passa, ainda, pelos bandeirantes, pelo ciclo da mineração e dos tropeiros, pelas grandes viagens de naturalistas europeus, pelos empreendedores industriais e, mais recentemente, pelo desenvolvimento da atividade turística. A partir dessa breve apresentação, delinear-se-á a atual pesquisa, por meio da qual se buscará apresentar de maneira mais completa a Serra do Cipó, instigando uma nova discussão para tentar compreender as transformações socioambientais nas porções leste e oeste do Parque Nacional da Serra do Cipó, em que o fenômeno turístico e seus vetores de penetração serão os fios condutores da análise.

1.2 Serra do Cipó: região e espaço de vivência

Este trabalho tem a proposta de dar sequência aos estudos já realizados na região da Serra do Cipó, pelo autor e por outros pesquisadores de variadas áreas do conhecimento – biologia, geografia, geologia, turismo, ciências sociais, entre outras. Sobre este trabalho, o olhar será voltado aos dois vetores de penetração turística da região (e seus principais núcleos turísticos, distritos e povoados) – a Rodovia MG-010, localizada a oeste e ao norte do Parque Nacional (PARNA) da Serra do Cipó, e o antigo Caminho Real, localizado a leste da unidade (figura 1).

² Parque Nacional da Serra do Cipó – criado em 1984 – e Área de Proteção Ambiental (APA) Morro da Pedreira – criada em 1990.

³ Parque Estadual da Serra do Intendente, Parque Natural Municipal Ribeirão do Campo, Reserva Particular do Patrimônio Natural Ermos e Brumas do Espinhaço, entre outras.

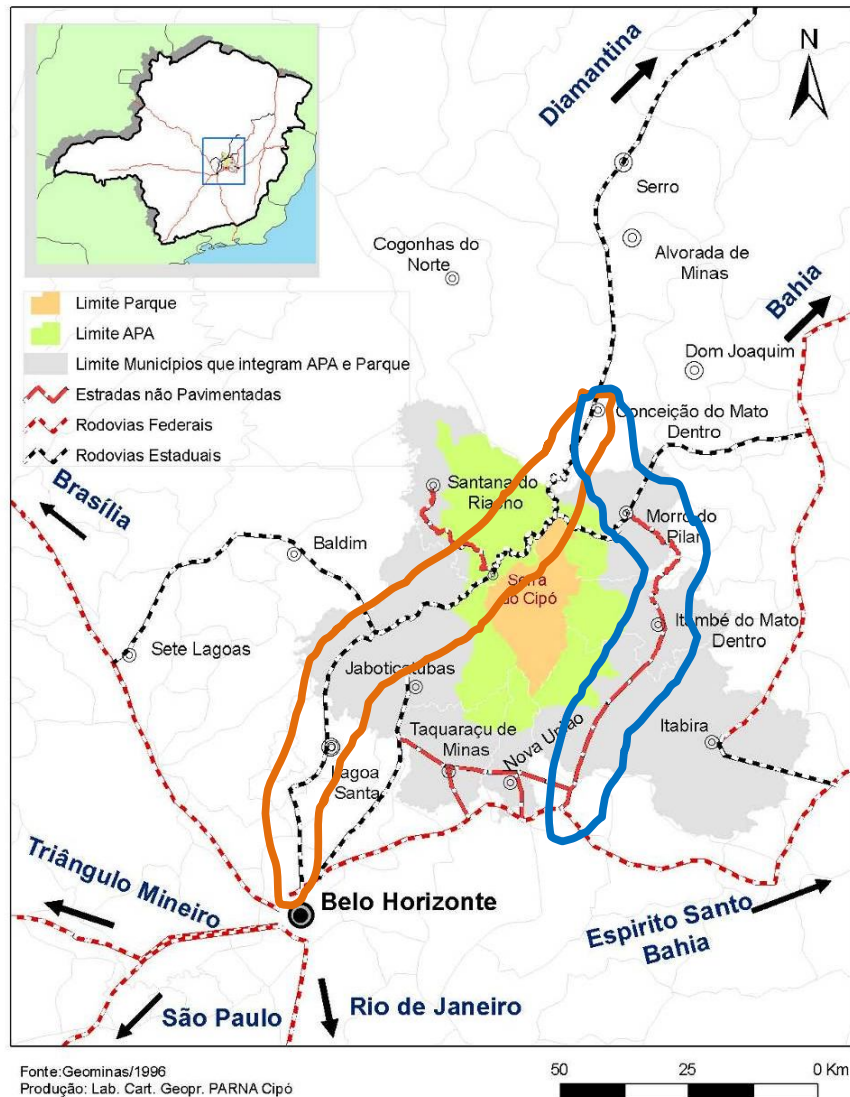


Figura 1. Localização da Serra do Cipó e seus acessos, MG-010 a oeste (em laranja) e Estrada Real a leste (em azul). **FONTE: PARNA Serra do Cipó**

O trabalho foi pautado pelas vivências do pesquisador e por sua relação com a área de estudo, o que possibilitou múltiplos olhares, trazendo antigas, novas e criativas discussões que perpassam as transformações socioambientais na região, decorrentes de um contexto histórico que, nos dias atuais, evidencia a expansão e a consolidação do fenômeno turístico. Discussões criativas no sentido de que:

A criação pressupõe uma base material ou intelectual já construída. Não se inventa do nada. Criar, portanto, e sempre reinventar. Criar, transformar e rearranjar fazem-se através de atividades próprias da natureza humana. Sendo assim, também incorporam cargas de subjetividade, inerentes ao perfil psicológico do sujeito e de sua inserção no contexto da história e da cultura. (HISSA, 2006, p. 126)

Tratando-se da Serra do Cipó e dos laços do pesquisador com a região, pretende-se elaborar um trabalho mais livre, com novos olhares para a academia e a ciência, permitindo um encontro com “caminhos novos e tortuosos”, tentando dialogar a todo momento com o rigor da ciência e com a liberdade do imaginário, bem como com as experiências pessoais, tão ricas e instigantes, complementares à construção do conhecimento científico. Concordo com HISSA (2006) quando este afirma:

(...) a ciência rigorosa não fantasia nem supõe, ela afirma, apresenta a palavra definitiva. A ciência tampouco presume ou elabora conjecturas, a não ser no nível da hipótese; também não representa, mas descobre a verdade, escondida no meio da trama repleta de caminhos sem saída. (HISSA, 2006, p. 141)

Ainda seguindo essa linha de pensamento, ALVES diz que “(...) o conhecimento depende de nossa capacidade para encher os espaços vazios deixados por fragmentos de informações. Sem imaginação, ficaríamos nos fragmentos, no particular. Nunca daríamos o vôo universal da ciência” (ALVES, p. 158). Para CALVINO (1971),

As explicações que se dão são todas um pouco duvidosas, condicionadas por hipóteses, oscilando entre várias alternativas; e é natural que assim seja, tratando-se de boatos que passam de boca em boca; mas fica-se com a impressão de que a própria ciência, que deveria confirmar ou desmentir estes boatos, é afinal incerta, aproximativa. (...) limitar-se a observar, a fixar os mínimos detalhes o pouco que consegue ver, limitando-se às idéias imediatas que aquilo que vê lhe vai sugerindo. (CALVINO, 1971, p. 37)

Não se pretende, aqui, chegar a uma conclusão única, fechada, que esgote toda a discussão sobre as transformações socioambientais na região. Minha intenção neste trabalho é entender um pouco mais sobre os dois principais vetores de penetração turística da Serra do Cipó e de que maneira o fio condutor do turismo influenciou – e influencia – as transformações da região. Dessa forma, acredita-se que a pesquisa poderá contribuir para o surgimento de novos olhares e, conseqüentemente, de discussões e estudos sobre o tema.

Partindo desse pressuposto, têm-se como elementos norteadores as seguintes questões: como se deram os processos de expansão turística na Serra do Cipó, tendo a Rodovia MG-010 e o antigo Caminho Real como os vetores de penetração? Pode-se afirmar que os processos são similares? Qual é o papel do Parque Nacional como elemento dessas transformações? O turismo pode ser considerado “o” agente transformador da região?

Tendo esses questionamentos norteando o trabalho, o estudo pretende buscar maior compreensão de um fenômeno (o turismo), que, ao olhar de muitos, vem se configurando como um dos principais agentes transformadores de uma região rica em comunidades locais e que também é referência como campo de estudos para diferentes disciplinas, como biologia, ecologia, geografia, história, entre outras. Devido à relação afetiva e à vivência do pesquisador com a região, as discussões decorrentes do trabalho buscarão ser desenvolvidas com mais leveza, liberdade, criatividade e imaginação, tentando passar ao leitor o contexto no qual a serra se insere. Por fim, com a finalização do trabalho, intenta-se contribuir para a discussão das questões econômicas e socioambientais da região, interligando-as em vez de separá-las, na medida em que são diretamente influenciadas uma pela outra.

A ciência e a arte: a natureza da sua criação não autoriza a edificação de fronteiras entre ambas. A imaginação e a crítica estão incorporadas em todos os processos criativos. A referência da modernidade, os limites apartaram as práticas, como se razão e sensibilidade não constituíssem dimensões de um mesmo processo; como se pudesse haver plenitude no homem dividido. (HISSA, 2006, p. 132)

Vale ressaltar que a realização do trabalho não se justifica apenas pela necessidade de se investigar e analisar as transformações socioambientais a partir dos vetores de penetração turística da Serra do Cipó. Este projeto configura-se como uma constante (re)aproximação do pesquisador com a região, uma vez que os laços afetivos estimulam um constante aprendizado e crescimento, tanto pessoal quanto intelectual. Esses motivos também justificam a busca pelo diálogo entre o texto científico e o texto livre, muitas vezes informal, permitindo ao pesquisador liberdade para imaginar, criar e desenvolver a pesquisa.

2. METODOLOGIA

Pensar nos métodos e metodologias a serem adotados no desenvolvimento do presente trabalho é refletir também sobre os “porquês” da escolha do objeto de estudo, bem como sobre a finalidade deste. Segundo HISSA, “a metodologia, ou método de pesquisa, refere-se ao conjunto de procedimentos – incluindo uma diversidade de técnicas – adotado por uma atividade científica para a produção do conhecimento” (HISSA, 2006). ALVES reitera:

O termo método, que significa literalmente, seguindo um caminho (do grego meta, junto, em companhia, e hodos, caminho), refere-se à especificação dos passos que devem ser tomados, em certa ordem a fim de se alcançar determinado fim. (Paul Edwards, *The Encyclopedia of Philosophy*, v. 7, p. 339, apud ALVES, p. 150)

Entendendo a importância do método para o caminhar/desenrolar da pesquisa, mas compreendendo também que ela tem um caráter singular sob o ponto de vista literário e também libertário, este trabalho tem como intenção utilizar de técnicas metodológicas capazes de dialogar entre o texto científico e a escrita livre, informal, sem ser irresponsável. Essa liberdade permitirá uma maior aproximação com a Serra do Cipó (objeto de estudo e análise) e com todos os elementos que estão sob o olhar do pesquisador. Sobre isso, HISSA discorre:

As metodologias devem ser muito mais flexíveis para que possam adaptar-se, com mais espontaneidade, aos projetos e as pesquisas. A liberdade de seu uso, diante da perspectiva de criatividade e roteiros mais flexíveis, permite uma avaliação mais crítica da realidade que se compatibiliza com a complexidade do mundo em interação. (HISSA, 2006, p. 159)

A partir dessa liberdade e das características às quais o estudo se propôs, optou-se em trabalhar não apenas com uma única metodologia de análise, mas com metodologias que utilizem técnicas capazes de enriquecer a pesquisa, contribuindo para que o estudo não seja apenas mais “uma receita de bolo” no que tange ao entendimento das transformações socioambientais ocorridas na região da Serra do Cipó, tendo os vetores leste e oeste de penetração turística como fios condutores.

Metodologias não garantem o “encontro”, o arranjo, a combinação e a interpretação. São apenas o caminho. A liberdade do jogo é exatamente o que faz do encontro – da interpretação, da leitura – o resultado de uma busca lúdica e criativa. (HISSA, 2006, p. 161)

No intuito de alcançar os objetivos propostos, procurou-se realizar uma abordagem qualitativa, utilizando também alguns dados quantitativos – por meio da análise de dados socioeconômicos brutos, por exemplo –, com vistas a dialogar com a vivência do pesquisador na região estudada, com devaneios, relatos e conversas informais com moradores da região e bibliografias capazes de sustentar a discussão.

Partindo do pressuposto de que o trabalho aborda temas que dialogam entre si, a primeira etapa do projeto consistiu, primeiramente, no levantamento de uma bibliografia capaz de expandir os olhares do pesquisador, assim como os olhares sobre a Serra do Cipó. A importância do olhar neste estudo revela-se logo no início,

quando se busca demonstrar como ele é fundamental para a compreensão da dinâmica de transformações na região da Serra do Cipó. A primeira parte da pesquisa apresenta um resgate do olhar e de seus inúmeros desdobramentos em análises, percepções e sensações, essenciais para a construção do fio condutor que delinea o restante do trabalho.

Na segunda parte, buscou-se apresentar a região da Serra do Cipó de uma “maneira mais fria”, objetiva, cartesiana, para que o leitor seja capaz de identificar algumas características que o auxiliem na primeira construção da imagem do local. Após essa apresentação, foi feita uma discussão sobre o que entendo por transformação espacial, uma vez que a compreensão dos processos de transformações socioambientais nos vetores de penetração a partir do turismo foi um dos principais objetivos do trabalho. Os olhares para as temáticas trabalhadas nesse item foram voltados, principalmente, para o homem como agente transformador, o turismo como elemento transformador e, ao final, as unidades de conservação como espaços transformados e transformadores.

Nessa etapa de revisão bibliográfica, o texto seguiu uma lógica na qual foram trabalhadas algumas discussões já realizadas por outros autores sobre a temática. Essa rigidez, em um primeiro momento, foi importante para sustentar as etapas posteriores da pesquisa, quando foi feita uma mescla do texto duro e do texto mais livre, informal, baseado na vivência do pesquisador e em seu olhar sobre a serra, bem como no olhar de atores locais e em bibliografias diversas, como, por exemplo, obras literárias e outros “causos” sobre a região.

Nessa etapa, pautada por métodos tradicionais, como pesquisa de gabinete e incursões em campo para observações, foi utilizado também um método conhecido como improviso. Esse método é avaliado com restrições pela ciência moderna e é visto como uma atitude imprudente, adotada por aqueles que não se preparam adequadamente para o desempenho de suas atividades. No entanto:

Improvisar é aceitar, a cada respiração, a transitoriedade e a eternidade. Sabemos o que poderá acontecer no dia seguinte ou no minuto seguinte, mas não sabemos o que vai acontecer. Na medida em que nos sentimos seguros do que vai acontecer, trancamos as possibilidades futuras, nos isolamos e nos defendemos contra surpresas essenciais. Entregar-se significa cultivar uma atitude de não saber, nutrir-se do mistério contido em cada momento, que é certamente surpreendente, e sempre novo. (NACHMANOVITCH, apud HISSA, 2006, p. 134)

Ao observar as considerações de NACHMANOVITCH e ao se olhar para o trabalho, para o interior do autor e para a realidade da Serra do Cipó, entende-se que o improviso foi peça fundamental na leitura das transformações socioambientais da região. Não se trata de um lugar estático, mas de um local em constante movimento, em que as leituras e releituras necessitaram de uma maior flexibilidade para a compreensão de sua dinâmica.

A intenção de utilizar o improviso como um dos métodos do trabalho não foi uma forma de descaso para com o estudo, mas sim o contrário, pois “só há improviso, de fato, quando há domínio da matéria abordada. O improviso é o instante da entrega de quem domina a matéria, fazendo da mesma um movimento de criação” (HISSA, 2006). A partir disso, entende-se que o trabalho foi de um rigor muito grande no que tange às discussões relativas ao objeto de estudo. Somente através de um maior aprofundamento e vivência na região foi possível improvisar, criar, ter segurança e liberdade para discorrer sobre um local em constante movimento, como é o caso da Serra do Cipó.

Partindo dessa realidade, nessa etapa buscou-se revelar a Serra do Cipó a partir de uma leitura histórico-geográfica, trazendo elementos que, ao longo do tempo, ajudaram a compor o cenário atual da região. Tal revelação é parte de uma linha do tempo que foi exposta desde a época pré-histórica, passando pelo período colonial, quando a região era utilizada como área de escoamento de pedras preciosas, até a realidade vivenciada no fim do século XX, início do século XXI, com a expansão da região metropolitana de Belo Horizonte e o crescimento do turismo na região. A improvisação permeou o decorrer desta narrativa, pois essa revelação perpassou por vários elementos que merecem ser pincelados de uma forma fluida, sem regras ou rigidez.

Após a apresentação da região, foram trabalhadas e debatidas as realidades dos dois vetores de penetração turística da Serra do Cipó. Entre as discussões, foram analisados dados socioeconômicos dos municípios onde os vetores se inserem. Os dados utilizados referem-se aos censos realizados pelo IBGE desde a década de 1970 até o ano do último censo, 2000.

Na porção oeste, os municípios focalizados foram Jaboticatubas e Santana do Riacho e, na porção leste, os municípios de Itabira, Itambé do Mato Dentro e Morro do Pilar. Além da análise fria dos dados gerais municipais, foram escolhidos, também, distritos

e povoados-chaves⁴ (no que tange ao turismo) de ambas as porções, para serem analisados com mais cautela e detalhamento sob uma ótica mais qualitativa, devido ao olhar do pesquisador e às respectivas vivências, assim como de atores-chaves escolhidos utilizando-se a técnica de “amostra intencional”.

Trata-se de um pequeno número de pessoas que são escolhidas intencionalmente em função da relevância que elas representam em relação a um determinado assunto (...) pessoas ou grupos são escolhidos em função de sua representatividade social dentro da situação considerada. (THIOLLENT apud CARMO, 2009, p. 60)

Escolher os atores foi um exercício de (re)descoberta de antigos conhecidos da região para identificação daqueles que mais poderiam contribuir com o trabalho. A escolha baseou-se nos seguintes critérios: disponibilidade de participação, conhecimento sobre a região, idade – uma vez que os mais velhos vivenciaram a mudança ocorrida na região ao longo do século XX – e, conseqüentemente, o aumento do fluxo turístico, ao final, foram selecionados 15 atores.

Não foi elaborado um questionário de perguntas, mas foram apresentadas algumas questões norteadoras que buscavam entender como era a região antigamente, como está a região atualmente, como eles imaginam que a região será no futuro e de que maneira o turismo influencia nas transformações locais. As conversas foram gravadas e têm uma média de 20 a 30 minutos cada.

A escolha dos atores foi feita, também, de acordo com os lugares utilizados como referência para a pesquisa. Na porção leste, foram trabalhados os povoados de Serra dos Alves e Cabeça de Boi, e, na porção oeste, o distrito de Serra do Cipó e a localidade conhecida como Alto Palácio. A escolha das localidades e dos atores foi fundamental, uma vez que o fluxo turístico da região é direcionado principalmente a esses lugares (em função dos vetores), possibilitando as discussões sobre as transformações socioambientais na região.

Ao final do trabalho, buscou-se responder às questões norteadoras da pesquisa por meio desses passos, que, por sua vez, sofreram diversas mudanças ao longo do caminhar. Tais mudanças foram fundamentais para a compreensão de que a possibilidade de se chegar a uma única resposta para o entendimento dos processos

⁴ Na porção leste, os povoados escolhidos foram Serra dos Alves (pertencente ao município de Itabira) e Cabeça de Boi (pertencente ao município de Itambé do Mato Dentro) e, na porção oeste, o distrito da Serra do Cipó (antigo distrito de Cardeal Mota).

de transformação na região mostrou-se cada vez mais remota. Isso foi instigante no sentido de se buscar uma continuação da pesquisa a partir de novas discussões, traçando possíveis cenários a serem debatidos e trabalhados em outras oportunidades.

3. O OLHAR – CONSTRUINDO O TODO

Desde sempre tentamos compreender o mundo que nos cerca através, primeiramente, de nossos sentidos. Quando crianças, aos poucos reconhecemos nosso ambiente por intermédio do tato, do olfato, do paladar, da audição e da visão. Este último sentido é especial, uma vez que nos revela o mundo: conhecemos as coisas que nos cercam e nos espantamos com as diferentes cores, profundidades, sombras, formas, entre inúmeras outras sensações que a visão nos proporciona.

Por natureza, todos os homens desejam conhecer. Prova disso é o prazer causado pelas sensações, pois mesmo fora de toda utilidade, nos agradam por si mesmas e, acima de todas, as sensações visuais. Com efeito, não só para agir, mas ainda quando não nos propomos a nenhuma ação, preferimos a vista a todo o resto. A causa disto é que a vista é, de todos os nossos sentidos, aquele que nos faz adquirir mais conhecimento e o que nos faz descobrir mais diferenças. (Aristóteles, *Metafísica*, A 980 21-5, apud NOVAES, 2006, p. 38)

À medida que crescemos, começamos a perceber que nossa visão aos poucos se modifica. Passamos a observar o mundo que nos cerca mais atentamente, na busca de compreender alguns “porquês”, e procuramos respostas para a organização de determinadas coisas, pois alguns lugares são diferentes de outros. Nossa visão contribui para o processo de questionamento e compreensão daquilo que estamos vendo. Deixamos de apenas “ver”, e começamos a exercitar nosso “olhar”.

O olhar apalpa as coisas, repousa sobre elas, viaja no meio delas, mas delas não se apropria. “Resume” e ultrapassa os outros sentidos porque os realiza naquilo que lhes é vedado pela finitude do corpo, a saída de si, sem precisar de mediação alguma e a volta a si, sem sofrer qualquer alteração material. (...) olhar é ao mesmo tempo, sair de si e trazer o mundo para dentro de si. Porque estamos certos de que a visão depende de nós e se origina em nossos olhos, expondo nosso interior ao exterior e vice versa. (NOVAES, 2006, p. 33 e 40)

Sem o olhar, talvez o mundo se resumisse apenas a cores, formas, profundidade e sombras. O olhar é “freqüentemente tomado – sobretudo como decorrência das tradições clássicas da geografia – como o mais importante dos sentidos da observação que fundamentam o conhecimento” (HISSA, p. 179). Acompanhando

ainda o autor, ele afirma que “olhar físico e olhar orgânico são os que servem de apoio à descrição, às narrativas geográficas, etapa supostamente conclusiva da crítica clássica” (HISSA, p. 179).

De acordo com Bossi, “os psicólogos da percepção são unânimes em afirmar que a maioria absoluta das informações que o homem moderno recebe lhes vem por imagens, através do olhar físico” (BOSSI, p. 65). Ainda seguindo o pensamento do autor, vamos um pouco mais longe: “O olhar não é apenas agudo, ele é intenso e ardente. O olhar não é só clarividente, é também desejoso, apaixonado” (BOSSI, p. 77).

É no uso das palavras que os homens trançam os fios lógicos e os fios expressivos do olhar. Contemplar é olhar religiosamente (*contemplum*). Considerar é olhar com maravilha, assim como os pastores errantes fitavam a luz noturna dos astros (*con-sidus*). Respeitar é olhar para trás (ou olhar de novo), tomando-se as devidas distâncias (*re-spicio*). E admirar é o olhar com encanto movendo a alma até a soleira do objeto. (BOSSI, Alfredo. *O Olhar – Fenomenologia do Olhar*. p. 78)

A partir dessas considerações, tentamos desvendar um pouco mais desse importante elemento que expõe o mundo que nos cerca. O olhar vai além das imagens que se formam perante os olhos, ele depende também da experiência, das expectativas e do estado interior do observador. Não há um olhar que se desvincilhe do passado, por mais imediato que este se faça em relação ao presente. Do mesmo modo, não há um olhar supostamente objetivo que desconsidere o pensamento organizado anteriormente. O olhar é uma construção do todo, é a fusão entre o observador e o observado, o olhar constrói uma realidade, a realidade do observador.

Observadores normais, sob todos os aspectos, podem estar vendo o mesmo objeto do mesmo lugar, do mesmo ângulo, não tendo necessariamente “experiências visuais idênticas, mesmo considerando-se que as imagens em suas retinas possam ser virtualmente idênticas”. (CHALMERS, apud HISSA, p. 183)

Nenhum olhar é inocente. O olhar e a leitura são seletivos. Essa seleção muitas vezes amputa a leitura do todo, da compreensão de uma realidade, uma vez que a síntese, como proposta, transforma-se, em geral, na construção de um conhecimento meramente descritivo, informativo e horizontalizado, de uma realidade apenas aparente aos sentidos. Em outros termos, frequentemente descrevemos apenas como os objetos estão dispostos no espaço, o que, de certa forma, representa uma

aproximação e um avanço. Porém, “ao se escapar da crítica, esquivava-se também da compreensão das estruturas espaciais e da interpretação dos momentos de produção e distribuição de formas e imagens” (HISSA, p. 188).

Esse ato de apenas descrever aquilo que estamos vendo é interpretado por Alfredo Bossi como “ver-por-ver”, em que o sujeito consegue distinguir, conhecer, reconhecer ou caracterizar algum objeto, paisagem, pessoa ou qualquer outra imagem que lhe é projetada, ou seja, existe um “ver-por-ver”. Porém, isso não significa um “olhar” para aquilo que estamos observando. “(...) Há um ver-por-ver, sem o ato intencional do olhar; e há um ver como resultado obtido a partir de um olhar ativo. (...) ver-por-ver, não é ver depois de olhar” (BOSSI, 2006).

Sobre essa diferença, CALVINO⁵ (1984) nos remete àquela instigante passagem sobre a complexidade existente por trás da observação de uma simples onda realizada pelo seu personagem Palomar, em obra que leva o mesmo nome, como exposto no prólogo deste trabalho.

A partir dessas constatações, percebe-se que o exercício do olhar para o presente trabalho é de fundamental relevância, uma vez que os observadores fazem leituras particulares do contexto observado. Temos de um lado o observador forasteiro, o pesquisador que, apesar de uma boa bagagem e vivência no local, continua sendo um forasteiro, aquele que sempre observa de fora. E, de outro lado, temos alguns residentes, moradores e atores locais que não apenas observam, mas vivenciam a região estudada desde sempre. Seria esse um olhar mais cuidadoso, mais preciso? Não chegaria tão longe, diria apenas que se trata de um olhar diferente, estando aí a riqueza das possíveis discussões a serem feitas acerca das transformações socioambientais nas porções leste e oeste do Parque Nacional da Serra do Cipó.

(...) o olhar não acumula e não abarca, mas procura; não deriva sobre uma superfície plana, mas escava, fixa e fura, mirando as frestas deste mundo instável e deslizante que instiga e provoca a cada instante sua empresa de inspeção e interrogação. (CARDOSO, 2006, p. 349)

Dividir a área de estudo em duas porções, tomando como referência as estradas MG-010 e o antigo Caminho Real – tendo o Parque Nacional localizado entre ambas –, é consequência desse olhar forasteiro que, vivenciando as distintas realidades, começou

⁵ CALVINO, Italo. *Palomar – Leitura de uma onda*.

a perceber elementos que possibilitaram instigar alguns questionamentos referentes ao que vem ocorrendo na região ao longo dos tempos.

Fazer essa divisão – porção leste e porção oeste – foi um exercício intuitivo, não proposital, conduzido por observações muitas vezes despreziosas, contemplativas, e outras vezes críticas, capazes de conduzir a um borbulhar de idéias e questionamentos. Essa divisão não é a soma das partes que resultará no todo. É justamente o caminho inverso, partir do olhar sobre o todo para entender um “universo menor”, porém não menos complexo. O olhar forasteiro levou a outro importante fio condutor deste estudo, qual seja, a imaginação, a arte de criar realidades e mundos inexistentes.

(...) as viagens revelam inequívoco parentesco com a atividade do olhar e imaginar. E também que esta afinidade não lhes vem apenas de certos traços de sua operação, ou da economia de seu funcionamento, mas que, umas e outro, revelam-se, finalmente, expressões diversas de uma mesma experiência do tempo. As viagens, na verdade, parecem ampliar – intensificar e prolongar – o mesmo movimento que cotidianamente verificamos no exercício do olhar e imaginar... Como se, em ocasiões privilegiadas, os olhos arrebatassem todo o corpo na sua empresa de exploração da alteridade, no seu intuito de investigar e compreender, no desejo de “olhar bem”. (CARDOSO, Sérgio. *O olhar – o olhar viajante (Do Etnólogo)*, p. 349)

3.1 A imagem da Serra do Cipó a partir de um olhar interior

“Imaginar”: verbo que, no léxico da língua portuguesa, tem o significado de “conceber na imaginação” ou “representar na imaginação”. Quando se representa algo na imaginação, abstrai-se do objeto ou do referente. Assim, a imaginação é tomada como dimensão da mente. Entretanto, toda representação é abstração do objeto ou do referente, uma leitura que se pode fazer do mesmo e, por si só, pode ser compreendida como um ato de criação. (HISSA, 2006, p. 115)

Tendo como ponto de partida essa citação de HISSA, torna-se importante fazer uma pequena pausa para tentar visualizar o local onde foi proposta a pesquisa. Muitos são aqueles que conhecem a Serra do Cipó, assim como muitos são aqueles que a desconhecem. Porém, mesmo se tratando de grupos distintos, cada qual tem sua “imagem” da região – todos utilizam suas vivências, quaisquer que sejam elas, além de relatos de terceiros sobre a região, para construir uma imagem de como foi a serra, como é a serra e como estará a Serra do Cipó futuramente.

A imagem não é o que está fora do sujeito que a interpreta e critica. A imagem já é produto processado, antes mesmo de adquirir materialidade na expressão. E, além disso, imagens são representações criadas, através de metáforas, analogias e conexões que percorrem e produzem textos e, enfim, adquirem sua representação escrita. (HISSA, 2006, p. 116)

Não é raro escutar dos visitantes expressões do tipo “Nossa! Aqui é mais bonito do que imaginei!”, ou “Como está mudado este lugar, antigamente eram apenas seis casinhas!”, ou ainda, “Isto aqui no futuro vai acabar! Vai ficar cheio de pousadas, restaurantes e casas de veraneio”. Apesar de contarmos atualmente com diversos meios para visualizar lugares, a imaginação continua presente, o local é construído a partir de fatores externos que nos levam a criar realidades inexistentes, imaginárias.

Não se sabe se Kublai Khan acredita em tudo o que diz Marco Polo quando este lhe descreve as cidades visitadas em suas missões diplomáticas, mas o imperador dos tártaros certamente continua a ouvir o jovem Veneziano com maior curiosidade e atenção do que a qualquer outro de seus enviados ou exploradores. (...) As descrições das cidades visitadas por Marco Polo tinham esse dom: era possível percorrê-las com o pensamento, era possível se perder, parar para tomar ar fresco, ou ir embora rapidamente. (CALVINO, 1993, p. 9 e 41).

Um dos principais motivadores e responsáveis por este estudo foi o imaginário. A relação afetiva do pesquisador, do forasteiro, com a Serra do Cipó motivou, durante anos, incursões turísticas a diversos lugares da região, conhecidos e desconhecidos, sempre imaginando o que estaria por vir e quais seriam as novidades que a serra revelaria a ele nas diferentes visitas. A Serra do Cipó sempre movimentou e povoou meu imaginário, aguçando a criatividade de inúmeras maneiras, desde a criação de cenários até a vivência de situações inexistentes, ilusórias.

Descobrir o que não está à mostra é não se contentar apenas com o que está evidente (considerando que a evidência possa, ela também ser uma insinuação falsa, deslocadora). Descobrir o que não se põe aos olhos é construir a poesia do que está à mostra: é qualificar a invisibilidade do visível. É buscar a origem e a natureza do que se coloca disponível, e cobri-lo de palavras e de significados. (HISSA, 2006, p. 184)

Imaginar é construir imagens por meio da imaginação. Tais imagens, assim concebidas, não são “algo fora do eu”, alcançadas pelo olhar. Elas são também um produto de pensamentos interiores, é a imaginação que faz com que a imagem, processada pelo sujeito, torne-se sempre uma representação do mundo sob leitura.

Tudo isso não acontece no mar, nem no sol – pensa o nadador Palomar – mas sim dentro da minha cabeça, nos circuitos entre os olhos e o cérebro. Estou a nadar na minha mente; só dentro dela é que a espada de luz existe; e é exatamente isso que me atrai. É este o meu elemento, o único que, de alguma forma, eu posso conhecer. (CALVINO, 1984, p. 11)

Resgatando a linha exposta por HISSA, “a imaginação pode ser compreendida como a capacidade de representação de imagens que o espírito desenvolve” (HISSA, p. 114). Partindo daí, pode-se dizer que a imaginação é a possibilidade de representação e construção, de combinação de imagens; “é sempre leitura e, como tal, é leitura que cria, recombina e interpreta” (HISSA, p. 116).

Esse imaginário foi responsável pela “descoberta” da porção leste, uma das áreas de estudo, visando não apenas a fugir da multidão que ano a ano vinha tomando a porção localizada a oeste do Parque Nacional (tendo a Rodovia MG-010 como vetor de penetração), como também a descobrir novas cachoeiras e lugares menos conhecidos. Daí, fui levado pelo imaginário a construir visões sobre essa serra desconhecida, esse lugar que até então não existia.

(...) o passado do viajante muda de acordo com o itinerário realizado, não o passado recente ao qual cada dia que passa acrescenta um dia, mas um passado mais remoto. Ao chegar a uma nova cidade, o viajante reencontra um passado que não lembrava existir: a surpresa daquilo que você deixou de possuir revela-se nos lugares estranhos, não nos conhecidos. (CALVINO, 1993, p. 28)

A partir do momento em que esse local foi descortinado, desbravado, a imaginação não foi abandonada, ela simplesmente se transformou, ganhou o reforço do olhar. A imaginação é o complemento do olhar. Não se trata aqui do olhar apenas contemplativo ou físico, mas de um olhar crítico, um “ver depois de olhar”, que busca entender alguns porquês, uma vez que a imaginação tem levado a pensar nessa porção como que possuindo traços e semelhanças da outra porção, aquela onde a imaginação cria cenários não tão belos, onde as transformações são mais evidentes.

3.2 – O turismo na Serra do Cipó – direcionando o olhar

Partindo do fato de que a construção da minha imagem sobre a Serra do Cipó está intimamente ligada à vivência do lugar também como turista, ao longo do tempo fez-se

necessário lançar um olhar crítico sobre tal fenômeno na região, devido às transformações ocorridas com o passar dos anos.

Como foi lançando, neste momento, um olhar sobre o turismo como um possível agente transformador, farei aqui uma abordagem inicial sobre a temática da Serra do Cipó. Essa abordagem será apenas para situar o leitor, desde já, sobre a dinâmica turística da região de forma mais abrangente e rápida, para que, em outro momento, tenha-se um olhar mais atento sobre tal (re)organização.

A região da Serra do Cipó vive, neste início de século XXI, a consolidação de um processo recente de transição/transformação, iniciado lentamente nas quatro últimas décadas. Trata-se de uma região que, basicamente, sempre viveu de uma economia de subsistência (agricultura e gado) e está sendo influenciada progressivamente pela dinâmica de expansão da região metropolitana de Belo Horizonte. Devido a essa expansão e às facilidades de acesso que estão se consolidando com programas governamentais (Linha Verde, projeto de duplicação da Rodovia MG-010, projeto PROCESSO, entre outros) e também às características naturais da região, a economia local está se modificando, despontando o turismo, aos poucos, como uma de suas principais atividades econômicas.

Como mencionado anteriormente, pode-se afirmar que o potencial turístico da região se tornou conhecido e mais acessível a partir do asfaltamento do trecho da Rodovia MG-010 entre Lagoa Santa e o distrito de Cardeal Mota (hoje Serra do Cipó), no final dos anos 80, sendo este “a porta de entrada” para o turismo na Serra do Cipó. Nessa época, o PARNA da Serra do Cipó já havia sido criado, mas contava com estrutura muito precária.

No início da década de 1990, o processo de ocupação acelerou-se na porção oeste do PARNA da Serra do Cipó. Observou-se um aumento significativo de parcelamento do solo no distrito da Serra do Cipó e, como consequência, vários impactos negativos começaram a surgir. “Nesse período observaram-se constantes confrontos entre alguns empreendedores imediatistas e aqueles com características conservacionistas” (MOURA, 2000). A década de 1990 caracterizou-se, também, pela consolidação e pelo grande volume de visitantes nos atrativos localizados ao longo da Rodovia MG-010, entre os municípios de Santana do Riacho e Conceição do Mato Dentro. Os cerca de 130 mil ha da APA Morro da Pedreira sofrem forte pressão da especulação imobiliária e também do turismo, resultante da descoberta do grande potencial da

região e de seu expressivo número de atrativos (principalmente cachoeiras e rios), destinados à recreação.

Nos grandes feriados, o número de turistas que se dirigem à porção oeste do PARNA da Serra do Cipó varia de 15 a 20 mil pessoas (dados do ICMBio e ABETA, 2004). Esse número é bastante superior ao de habitantes da região, considerando que o município de Santana do Riacho (principal destino dos turistas), de acordo com dados do último censo realizado pelo IBGE, tem aproximadamente 3.500 habitantes.

Sobre esses dados, Gontijo faz uma leitura interessante do processo de desenvolvimento do turismo na região:

Um fenômeno que salta aos olhos quando se faz uma leitura do que vem acontecendo em termos de pressão turística na Serra do Cipó é o padrão e ritmo de transformação espacial observado nos diversos lugares e comunidades da região. Pode-se afirmar que esse padrão vem sendo ditado pelo que primeiramente se observou no Distrito de Cardeal Mota (...) uma vez que foi a partir daí que as demais portas da serra foram e permanecerão sendo abertas. (GONTIJO, 2007, p. 11)

Em 2003, o governo do Estado de Minas Gerais estabeleceu uma política de incentivo à criação de circuitos turísticos no estado. A partir dessa política, foi criado o Circuito Turístico do Parque Nacional da Serra do Cipó, oficializado em 28/06/2004, englobando os sete municípios – Jaboticatubas, Santana do Riacho, Nova União, Itabira, Itambé do Mato Dentro, Morro do Pilar e Taquaraçu de Minas – do entorno do parque inclusos na APA, mais os municípios de Conceição do Mato Dentro e Congonhas do Norte, este último recentemente incluído. O reconhecimento do Circuito Serra do Cipó contribuiu para a formalização oficial da região no mercado turístico e para demonstrar que a Serra do Cipó se estende a esses nove municípios, abrangendo uma extensa área de cerrado, mata atlântica e campos rupestres.

Outra política do governo do estado que contempla a região é o programa conhecido como “Estrada Real”. Trata-se de um programa de desenvolvimento turístico baseado nos antigos caminhos utilizados para o escoamento da produção de ouro e diamantes da colônia para Portugal. É um projeto que abrange diversos municípios mineiros localizados entre Diamantina e Parati – conhecido como “Caminho Velho” – e os municípios entre Ouro Preto e Rio de Janeiro – conhecido como “Caminho Novo”.

Na região da Serra do Cipó, o trecho da Estrada Real contemplado pelo programa está localizado na porção leste do Parque Nacional. O caminho dá-se por estrada de terra, que passa por Ipoema, Senhora do Carmo (distritos de Itabira), Itambé do Mato Dentro e Morro do Pilar, encontrando a MG-010 a caminho de Conceição do Mato Dentro.

O desenvolvimento do turismo nessa região é mais recente do que aquele observado na porção leste do PARNA da Serra do Cipó ao final da década de 1990. Observa-se que as transformações decorrentes do turismo ainda são pequenas, porém se mostram presentes em algumas comunidades localizadas ao longo da estrada e próximas ao Parque Nacional. Essas transformações estão diretamente ligadas ao aumento da degradação ambiental, à especulação imobiliária e às alterações no modo de vida das comunidades locais.

Sobre o desenvolvimento do turismo nessa região, GONTIJO faz uma explanação no que tange ao aumento do fluxo turístico em função do projeto Estrada Real:

Os municípios, distritos e povoados vêm sofrendo uma movimentação turística crescente pelo fato de fazerem parte de um trecho da Estrada Real (...) Trata-se de um eixo que tenta resgatar a cultura tropeira, aliados às potencialidades cênicas emanadas da vertente Leste do Parque Nacional da Serra do Cipó, o carro chefe para atração cada vez maior do número de turistas para a região. (GONTIJO, 2007)

Ao traçar esse cenário, observa-se que as realidades são distintas em cada vetor de penetração, porém têm alguns traços semelhantes, principalmente pelo fato de contarem com o Parque Nacional como elemento central/divisor dos vetores. Essas questões serão abordadas mais adiante, quando será lançado um olhar individual sobre cada vetor de penetração, assim como a percepção dos atores locais envolvidos no processo.

3.3 A Serra do Espinhaço e a Serra do Cipó – um olhar cartesiano

Durante muito tempo, convencionou-se chamar de Serra do Cipó uma pequena área, mais movimentada, então cortada por uma estrada de terra no antigo Distrito de Cardeal Mota, pertencente ao município de Santana do Riacho. Em menos de 15 anos, a paisagem e o cotidiano se modificaram. Nas imediações foi aberto o Parque Nacional da Serra do Cipó e, com ele, chegaram novas pousadas e restaurantes. A estrada de chão virou asfalto. A região ganhou um novo nome, Distrito da Serra do Cipó. (REVISTA SAGARANA, Edição 21 – Ecologia – Serra do Cipó)

Até meados do século XIX, a região conhecida como Serra do Cipó era denominada Serra da Vacaria. Tratava-se de uma importante rota utilizada por tropeiros e viajantes que seguiam em direção à região mineradora do Arraial de Tejuco (atual Diamantina) através da Vila do Serro Frio (atual município do Serro).

Relativamente à explicação para a mudança do nome de Serra da Vacaria para Serra do Cipó, existem duas versões mais difundidas entre os moradores da região. A primeira e mais divulgada na mídia e em livros didáticos diz que o nome Serra do Cipó deve-se ao rio Cipó, principal rio da região, caracterizado por seu curso d'água bastante sinuoso, que, quando observado das encostas da serra, lembra um grande cipó. A segunda versão, e menos difundida, deve-se à grande quantidade de cipós existentes nas matas da região em tempos antigos.

Situada na região central de Minas Gerais, a Serra do Cipó encontra-se sob os “domínios” da Serra do Espinhaço (figura 2). O nome “espinhaço”, segundo Eschwege, quem primeiro cunhou esse termo, deve-se à aparência de uma grande “espinha dorsal” que corta a parte central do estado em direção à Bahia.

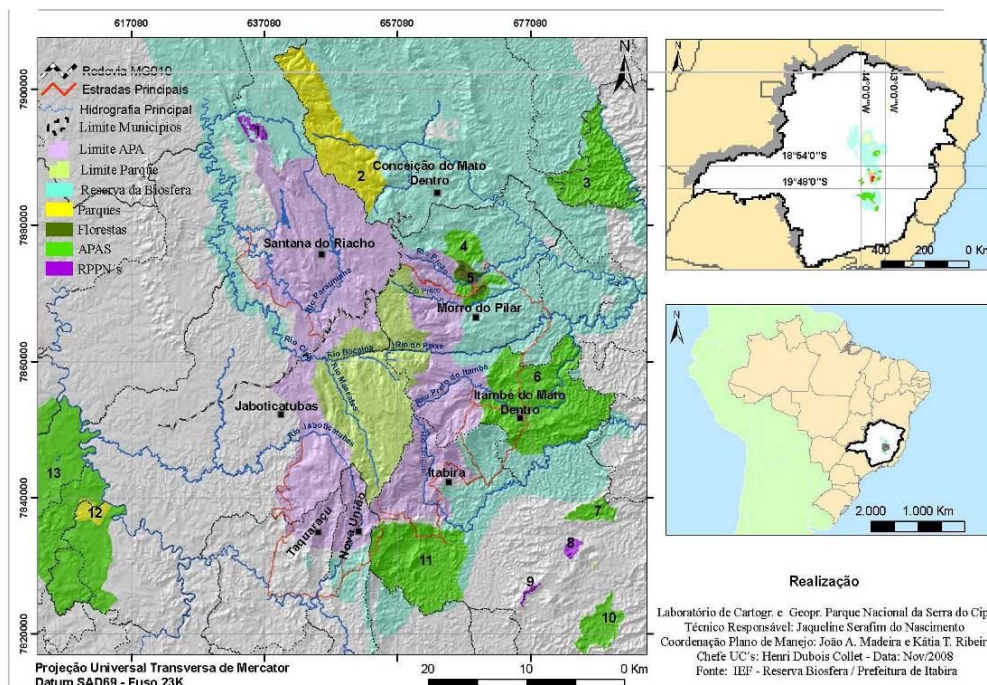


Figura 2. Mapa de localização da região da Serra do Cipó. **FONTE PARNA Serra do Cipó**

A Serra do Espinhaço caracteriza-se como um importante divisor de águas do estado. Em sua porção oeste, os cursos d'água compõem a bacia do rio São Francisco e, devido à facilidade de acesso rodoviário, correspondem à região mais conhecida e visitada da Serra do Cipó. Além da denominação geral de Serra do Cipó, as várias toponímias locais têm nomes individualizados, tais como as serras da Lagoa Dourada, da Caetana, das Bandeirinhas, dos Confins, do Palácio e do Breu. A porção oeste abrange parte dos municípios de Jaboticatubas e Santana do Riacho.

Na porção leste, os cursos d'água compõem a microbacia do rio Santo Antônio, um importante afluente do rio Doce. Essa porção abrange parte dos municípios de Itabira, Itambé do Mato Dentro, Conceição do Mato Dentro e Morro do Pilar. Assim como ocorre na porção oeste, nessa região a Serra do Espinhaço tem várias denominações locais, como Serra dos Linhares, dos Alves, do Lobo, da Boa Vista e Cabeça de Boi.

A porção leste não é tão visitada como a porção oeste devido à maior dificuldade de acesso, feito por estradas não pavimentadas e em estado precário. Porém, algumas localidades, como Itambé do Mato Dentro e o povoado de Cabeça de Boi, já apresentam um fluxo turístico considerável e que vem se desenvolvendo, de certa forma, de maneira desordenada, já apresentando algumas degradações na paisagem e alguns impactos negativos na estrutura social, econômica e ambiental do lugar. Assim como ocorre na porção oeste, os principais atrativos são as cachoeiras, as belas paisagens e o bucolismo do meio rural (até hoje bastante característico) da região.

Ainda citando as várias denominações da Serra do Espinhaço, de acordo com as particularidades locais, pode-se observar que, em sua porção meridional, as serras são conhecidas como Serra da Mutuca, da Contagem e Altamira. Essas serras abrangem parte dos municípios de Jaboticatubas, Nova União e Taquaraçu de Minas. É difícil acessar a região e o fluxo turístico ainda é incipiente, tendo como principais turistas os chamados “mochileiros” e os *trekkers*⁶. Mas, assim como na região de Itambé do Mato Dentro, o turismo já está se consolidando na região da Cachoeira Alta e também na Serra da Contagem. São pessoas que buscam fugir dos “aglomerados turísticos” já característicos na vertente oeste e que, aos poucos, começam a se consolidar na vertente leste.

⁶ Denominação dada aos visitantes que realizam longas caminhadas.

3.3.1 A Serra do Cipó

A região da Serra do Cipó é extremamente importante no que diz respeito à conservação dos recursos naturais e à proteção da biodiversidade. Divide os biomas do cerrado (oeste) e da mata atlântica (leste), com destaque para os campos rupestres, ecossistema peculiar, presente em toda a crista da Serra do Espinhaço, e que é um importante divisor de águas de Minas Gerais, drenando diversos cursos d'água para as bacias dos rios São Francisco, Jequitinhonha e Doce.

Muitas foram, e ainda são, as pesquisas realizadas na região, desde estudos relativos à rica biodiversidade local até aqueles relativos às diversas relações socioculturais entre as comunidades que dão vida à serra. Entre as pesquisas realizadas, vale ressaltar que GONTIJO (2003), desde a sua tese de doutoramento no povoado de Lapinha de Santana, tem dado atenção especial às transformações na região em decorrência da expansão do fenômeno turístico, que desencadeou outras publicações referentes ao assunto⁷. O pesquisador trata a região como “uma jóia que vem sendo cobiçada em nome de um ecoturismo apropriado inadvertidamente por praticantes e promotores da ação turística” (Gontijo, 2007).

⁷ GONTIJO, B. M. As Portas Abertas da Serra do Cipó. Cadernos Manuelzão (BeloHorizonte), v.2,p.11-17, 2007. GONTIJO, B. M.; BRAGA, S. S. O turismo como vetor de mudanças socioespaciais: estudo comparativo entre os distritos de Milho Verde e São Gonçalo do Rio das Pedras, município do Serro, Minas Gerais. In Anais do 12º Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada. Natal: UFRN, 2007.v.1.p. 498518. GONTIJO, B. M.; FERREIRA, R. A. *Trekking* – Da aventura à possibilidade de desenvolvimento do Ecoturismo: Um olhar sobre duas travessias na Serra do Cipó/MG. In: Anais do 2º Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação/Congresso Nacional de Ecoturismo, 2007, Itatiaia-RJ. GONTIJO, B.M.; CASTRO, J. F. Turismo na Serra do Cipó/MG: Uma análise das relações condicionantes entre turismo e meio ambiente. In: Anais do 12º Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada. Natal: UFRN, 2007.v.1.p. 51-58. GONTIJO, B. M.; LOPES, C. G. F. A dinâmica socioespacial do povoado de Lapinha: Uma análise espaçotemporal. In: Anais do 12º Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada. Natal: UFRN, 2007.v.1.p. 323-342. GONTIJO, B. M.; BAHIA, M. L. Valorização turística e transformação do espaço: Estudo de caso do distrito de Ipoema-Itabira/MG. In: Anais do 10º Encontro Nacional de Turismo com Base Local. João Pessoa: UFPB, 2007.v.1.p.738-749. GONTIJO, B. M.; BARBOSA, M. F. P.; COELHO, M. F. A transformação ambiental na vertente oriental da Serra do Cipó/MG: Análise comparativa da pressão do turismo em Serra dos Alves e Cabeça de Boi. In: Anais do 10º Encontro Nacional de Turismo com Base Local. João Pessoa: UFPB, 2007.v.1.p. 11251135. GONTIJO, B. M.; LEONARDOS, O. H. *The illusion of ecotourism in Cipo Range, Brazil: The case of Lapinha*. In: *The 30th Congress of the International Geographical Union, 2004, Glasgow. 30th International Geographical Congress-Abstracts*.

Sabe-se que o turismo na porção oeste do PARNA da Serra do Cipó começou a se desenvolver de maneira espontânea em meados da década de 1980 e se consolidou após o asfaltamento da Rodovia MG-010, entre Lagoa Santa e o distrito da Serra do Cipó (antigo distrito de Cardeal Mota), concentrando os visitantes na parte baixa da região. O asfaltamento da rodovia foi concluído recentemente até a sede do município de Conceição do Mato Dentro, distribuindo e intensificando o fluxo de visitantes entre o distrito da Serra do Cipó e o município de Conceição do Mato Dentro.

Na porção leste do PARNA da Serra do Cipó, o turismo começou a se desenvolver de forma efetiva no final da década de 1990, entre os municípios de Bom Jesus do Amparo e Conceição do Mato Dentro, englobando os distritos de Ipoema e o povoado de Serra dos Alves (Itabira), a sede municipal de Itambé do Mato Dentro e o povoado de Cabeça de Boi, bem como a sede municipal de Morro do Pilar e o povoado de Lapinha do Morro do Pilar (estes, de maneira ainda tímida).

Diferentemente do cenário observado ao longo da Rodovia MG-010 no início da expansão do fenômeno turístico, na porção leste é possível identificar, mesmo que timidamente, algumas ações de planejamento e gestão do turismo que visam a minimizar diversos impactos negativos decorrentes do desenvolvimento turístico.

A busca pela região da Serra do Cipó está muito ligada às características bucólicas que pairam no imaginário dos visitantes. Com uma rica história, a região sempre exerceu certo fascínio pelas belas cachoeiras, pelos rios e riachos, pelas montanhas, pelas pessoas, pelos “causos” e por outras peculiaridades. MOURA (2000) discorre, de maneira simples e apaixonada, sobre muitas das características da região da Serra do Cipó:

Por melhor que seja a apresentação da natureza da Serra do Cipó, de sua gente e de suas histórias, nada se compara a um verdadeiro mergulho em suas águas cor de café, a uma caminhada entre suas rochas, pedras e flores miúdas, em meio ao cheiro do fogão de lenha, ao cafezinho adoçado com rapadura e servido em canequinhas descascadas pelo uso de gerações, ao cheiro de fumo de rolo e de manga adocicando o veranico dos janeiros, o perfume (perfume? É comparado aos cheiros urbanos...) de estrume fresco inundando os pastos, a chuva de estrelas de suas noites claras, ao sopro do vento nas folhas de macaúbas e dos licuris e, é claro, à sagrada cachacinha servida no “coité”.

Sentar ao redor das fogueiras nas noites geladas de julho, fatiando o fumo de rolo e a palha de milho escutando os “causos” dos matutos, dos vaqueiros e dos negros de sorriso tímido e dentes de marfim. (MOURA, 2000, p. 40)

Visando a proteger o patrimônio natural da região, foram criadas duas importantes unidades de conservação: o PARNA da Serra do Cipó – na década de 1980 – e a APA Morro da Pedreira – na década de 1990. Após a criação dessas unidades, outras foram fundadas com o mesmo intuito, o de conservação e preservação dos recursos naturais, sendo, aos poucos, associadas à valorização das culturas locais.

De acordo com o Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC – , os parques nacionais são Unidades de Conservação de Proteção Integral e têm como objetivo básico:

(...) a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. (SNUC, art.11, 2000, p.14)

Diferentemente dos parques nacionais, as áreas de proteção ambiental são Unidades de Conservação de Uso Sustentável e têm características de manejo diferentes. O principal objetivo de uma APA é “proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais” (SNUC, art. 15, 2000, p. 20).

No que tange ao desenvolvimento do turismo, observa-se que a região da Serra do Cipó vive, neste início de século XXI, a consolidação de um processo recente, iniciado lentamente nas quatro últimas décadas do século XX, gerando, assim, transformações nas relações ambientais, sociais e econômicas. Essas transformações estão diretamente ligadas à dinâmica de expansão urbana da região metropolitana de Belo Horizonte em direção àquela região.

3.3.2 A base geológica da serra

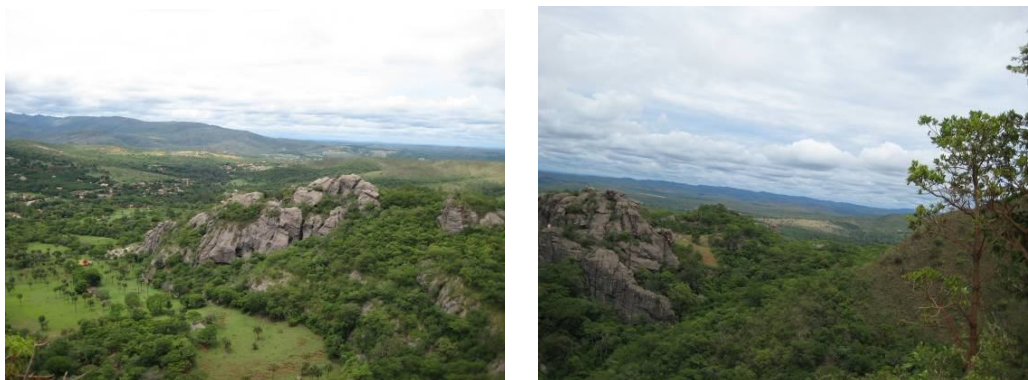
Tratando-se do setor meridional da Serra do Espinhaço, ABREU reconhece os seguintes conjuntos estratigráficos:

(1) o embasamento cristalino, de origem Arqueana, que aflora em alguns pontos, como em Gouvêa (Granito de Gouvêa), e marca notadamente o setor oriental da Serra, dando origem a solos mais ricos em nutrientes. É nessa região a oeste, sobre o embasamento cristalino, que se localizam também as volumosas jazidas de minério de ferro; (2) o Supergrupo Espinhaço, que corresponde ao grande bloco rochoso que dá forma às montanhas, formado principalmente por sedimentos de origem fluvial ou marinha. (ABREU, 1995, p. 12)

De acordo com o autor, são característicos ainda na região os grupos Macaúba e Bambuí, formados por sedimentos depositados em momento posterior aos depósitos do Supergrupo Espinhaço, que recobrem vastas superfícies nas vertentes ocidentais da Serra do Espinhaço.

De acordo com informações do plano de manejo do PARNA Serra do Cipó, “os sedimentos ao longo da Serra do Espinhaço em geral não contêm registros fósseis, pois na época de sua deposição existiam apenas organismos unicelulares” (Plano de Manejo – PARNA Serra do Cipó, 2009, p. 32, Resumo Executivo – ainda não publicado).

O Grupo Bambuí, formado principalmente por deposição carbonática (carbonatos de cálcio oriundos de metabolismo de organismos marinhos, que dão origem às rochas calcárias) e também por argilas e areias, corresponde a depósitos ocorridos a partir de 906 Ma. São os ambientes cársticos, formados por calcários e metacalcários, abrigando dolinas, grutas e lapas, características que se estendem desde a porção ocidental da serra até alcançar a região de Sete Lagoas e adjacências. Na região da Serra do Cipó, o Morro da Pedreira (figuras 3 e 4) é a mais conhecida formação pertencente ao Grupo Bambuí, e a exploração do metacalcário motivou o movimento de protesto que redundou na criação da APA Morro da Pedreira.



Figuras 3 e 4. Morro da Pedreira

De forma simplificada, a base geológica da Serra do Cipó, no Espinhaço Meridional, é constituída predominantemente por uma matriz de quartzito, onde se inserem diques de anfibolito, xistos, ardósia, folhelhos e calcário marmorizado. A partir das áreas escarpadas da face leste (figuras 5, 6, 7 e 8), borda da bacia hidrográfica do rio Doce, surgem as rochas gnáissico-graníticas do embasamento cristalino, além de xistos mais

ricos em biotita. Muitas dessas áreas suportam vegetação florestal, em razão da maior fertilidade e do teor de argila, com melhor retenção de água.



Figuras 5 e 6. Áreas escarpadas no interior do PARNA Serra do Cipó



Figuras 7 e 8. Características da vegetação nas escarpas e fundo de vale e afloramentos quartzíticos

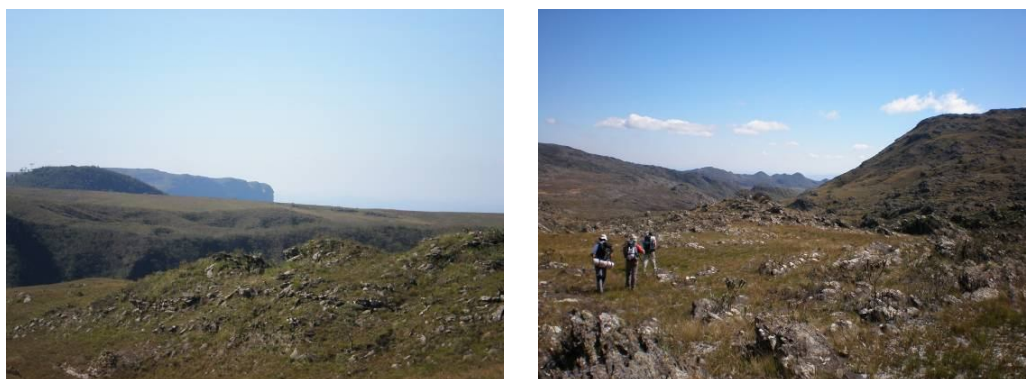
3.3.3 A flora e a fauna

Os campos rupestres compõem um verdadeiro jardim natural entre pedras já que, devido à grande diversidade de espécies vegetais, em qualquer época do ano podemos encontrá-los floridos. Apresentando-se como um verdadeiro paraíso para os botânicos, a organização estética dos campos rupestres é fonte de inspiração para a maioria dos paisagistas e donos de floriculturas que procuram, de todas as formas, reproduzir esse complexo ecossistema. (MOURA, 2000, p. 59)

Os campos rupestres caracterizam a Serra do Cipó e surpreenderam todos os naturalistas que por eles passaram, impressionando-os com o contexto paisagístico, as plantas de pequeno porte e com flores grandes e vistosas, diferentes daquelas observadas no cerrado de onde provinham em longas viagens com tropas de mulas (figuras 9 e 10). Surpreenderam-se principalmente com o número de espécies similares que se substituem rapidamente no espaço, resultando em local de extrema

diversidade de formas parecidas. Percebe-se a impressão profunda causada nos visitantes pelas palavras maravilhadas de Langsdorff, em 1824:

Percorrida uma légua, o caminho começa a melhorar. Já perto do alto da serra, chegamos a um vale relevado plano e úmido, banhado por um pequeno riacho. A vegetação é completamente diferente. Teríamos que trabalhar bastante para recolher todas aquelas espécies novas que se ofereciam; *Rhexia*, *Eriocaulon*, *Sauvagesia*, *Graminae* apresentam novas formas; o vale parece ser muito fértil. Daqui subimos por outra encosta e chegamos a outro vale, este banhado por um riacho bem maior. Encontramos Vello [=Vellozia], *Barbacenia*, *Eriocaulon*, *Cassia*, *Rhexia*, *Banuiaster*, espécies de *Ruber*, numa variedade magnífica. (Silva et al., 1997, p. 132)



Figuras 9 e 10. Campos rupestres da Serra do Cipó

De acordo com o plano de manejo do PARNA Serra do Cipó, “os campos rupestres podem ser vistos como complexos vegetacionais, ou seja, um conjunto de ambientes contrastantes que ocorrem em mosaico – campos graminóides, charcos, afloramentos rochosos e capões de mata se avizinham” (Plano de Manejo – PARNA Serra do Cipó, 2009, p. 148, encarte 3 – ainda não publicado).

De acordo com MENEZES e GULIETTI (1986), “nos campos rupestres é notável a convergência morfológica de várias famílias como resposta à elevada incidência luminosa, necessidade de resistência e/ou de sobrevivência” (MENEZES e GULIETTI, 1986, p. 42). Ainda segundo os autores, nesse bioma destacam-se as *Velloziaceae*, com elevada diversidade na Serra do Espinhaço e uma forma de crescimento bastante característica – são pseudostroncos que podem chegar a 6 metros de altura (no caso de *Vellozia gigantea*, a canela de ema gigante, endêmica à Serra do Cipó), espessados pelas bainhas foliares persistentes e pelo crescimento no entremeio das raízes adventícias, que permitem a absorção da umidade atmosférica. Além dessas, é possível observar diversos exemplares de bromélias (*Bromeliaceae*), orquídeas

(*Orchidaceae*), cactos (*Cactaceae*) e sempre-vivas (*Eriocaulaceae*), além de uma grande variedade de espécies de *Paepalanthus*, *sp* (figuras 11 e 12).



Figuras 11 e 12. Vegetação característica dos campos rupestres, como, por exemplo, as sempre-vivas

O endemismo na vegetação de campos rupestres é muito alto e, segundo MOURA (2000), “estatísticas feitas por estudos botânicos indicam que 91% das *Velloziaceae*, 84% das *Xiridaceae* e 68% das *Eriocaulaceae* são restritos à Serra do Espinhaço, e a maior parte dos exemplares são encontrados na região da Serra do Cipó”, uma vez que é o bioma mais estudado. Os campos rupestres estão localizados, principalmente, nas altitudes mais elevadas da região.

Na Serra do Cipó, as diversas fisionomias associadas ao domínio do cerrado encontram-se, na porção oeste, com ocorrências pontuais em meio aos campos rupestres sobre manchas de latossolo a maiores altitudes (até cerca de 1.400 m). De acordo com informações da equipe do ICMBio – PARNA Serra do Cipó – o cerrado recobre amplas extensões dos municípios de Santana do Riacho, Jaboticatubas e Taquaraçu de Minas. Não há estudos detalhados sobre a vegetação de cerrado propriamente na região, mas Lagoa Santa fica a apenas 50 km das bordas da serra. Em Lagoa Santa foram realizados os primeiros estudos de ecologia do cerrado, sendo considerado pioneiro o pesquisador Warming.

As fitofisionomias típicas de cerrado mais encontradas na região são o campo sujo, o campo cerrado, o cerrado *stricto sensu* e o cerradão (figuras 13 e 14). Nas bordas da serra são comuns áreas ocupadas pelo que se chama de “cerrados rupestres” (Ribeiro & Walter, 1998) sobre solos pouco desenvolvidos, associados aos afloramentos de quartzito. Ainda segundo os autores, “em alguns lugares, como nas encostas da Serra da Caetana e Serra da Lagoa Dourada, no limite sudoeste do parque, desenvolvem-se as matas secas sobre quartzito, com amplo domínio da sucupira-branca, ou monjolos”

(RIBEIRO & WALTER, 1998, p. 89). Há também ampla ocorrência de matas secas associadas a áreas cársticas do grupo Bambuí. Na estação úmida, essa vegetação apresenta uma exuberância bastante peculiar e que muitas vezes lembra a mata tropical atlântica (predominante na porção leste). Os principais exemplares dessa vegetação são as paineiras (barrigudas), os monjolos, várias cactáceas, como, por exemplo, o mandacaru, e as gameleiras, entre outras.



Figuras 13 e 14. Fitofisionomias típicas da borda oeste da serra

Além dessas, na porção onde o cerrado predomina é possível identificar as chamadas matas ciliares típicas e as matas ciliares de solos aluvionais quartzosos, principalmente na baixada do rio Mascates e em seu trecho superior. De acordo com informações prestadas pela equipe do PARNA, não há ocorrência de veredas típicas, com presença do buriti. São encontrados campos brejosos em áreas planas alagáveis, “mas talvez a vegetação que se observa deva-se à antiga história de desmatamento nas várzeas inundáveis do rio Cipó e do seu principal formador, o rio Mascates” (equipe PARNA Serra do Cipó).

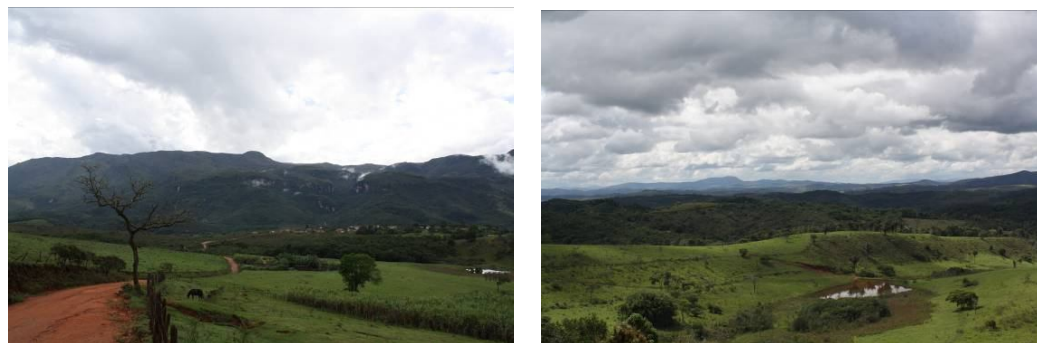
A porção leste apresenta uma vegetação mais densa, representada pela floresta atlântica semidecidual. Essa porção da serra, assim como nas matas ciliares e de galeria da porção oeste, possui exemplares de ingás, pindaíbas, cedros, copaíbas, quaresmeiras, entre outras. Diferente da porção oeste, esta é mais úmida e as espécies da flora são mais altas.

As porções de mata atlântica da Serra do Cipó são ainda muito pouco estudadas, em parte por desconhecimento de sua existência e em parte pelas dificuldades de acesso aos remanescentes mais bem preservados. Toda a vertente oriental da Serra do Cipó já foi recoberta por floresta, como evidenciam os testemunhos de Spix e Martius: “há

quarenta anos passados [toda a região de montanhas entre Gaspar Soares e a referida Vila] era revestida de densa mata virgem sem interrupções, continuando as matas do rio Doce” (SPIX & MATIUS, 1981, p. 187). Já naquela época, os viajantes observaram o avançado desmatamento e o abandono dos campos cultivados pela invasão pelo capim (figuras 15, 16, 17 e 18).



Figuras 15 e 16. Vegetação desmatada para pastagem próximo à cidade de Itambé do Mato Dentro – porção leste



Figuras 17 e 18. Vegetação desmatada para pastagem e cultivos – porção leste

Toda a região da Serra do Cipó está em área classificada pelo IBGE como de “tensão ecológica”, sendo, no caso, uma região montanhosa, com campos rupestres intermediando a transição entre a mata atlântica e o cerrado. Nos mapas de distribuição original e de remanescentes de mata atlântica apresentados por instituições como Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e a ONG SOS Mata Atlântica (www.rbma.org.br; www.sosmatatlantica.org.br), os seus limites nessa região mostram-se bastante arbitrários, fruto de uma ampliação de mapas sem verificação em campo, excluindo, assim, toda a área das duas unidades da Serra do Cipó – PARNA Serra do Cipó e APA Morro da Pedreira (figura 19). Como grandes áreas foram desmatadas na região justamente devido às atividades mineradora e

siderúrgica, bem como por incêndios, pelo menos desde o início do século XIX o resgate da informação referente à cobertura florestal original é bastante dificultado.

Ao descrever a cobertura vegetal no município de Itabira, Brandão et al. (1997) enfatizam que há forte e antiga presença da mineração no município, que quase não dispõe de áreas intocadas devido a ações antrópicas drásticas e sistemáticas para obtenção de lenha e carvão. Os campos de várzeas tiveram a cobertura florestal substituída por culturas e/ou pastagens; os campos rupestres vêm sendo removidos para se alcançar os depósitos de minério (bauxita e ferro) e as áreas de campos limpos mostram as marcas das catas do ouro e de outros minerais no passado.

Os extensos candeiais (formações com dominância de *Eremanthus erythropappa* e *E. incanus*), que hoje recobrem as vertentes de solos quartzosos em toda a faixa leste, correspondem em grande parte a formações pioneiras crescendo onde antes havia floresta. Já as matas em solos mais férteis foram em sua maioria derrubadas para dar lugar a lavouras, e hoje ao plantio de braquiária. Na faixa acima de 1.000m de altitude, a leste, onde a vegetação recebe a umidade das nuvens que ali se condensam, desenvolvem-se legítimas matas de neblina, ricas em epífitas. Nesta mesma faixa, onde há afloramentos rochosos, as matas de neblina são substituídas por formações de canelas-de-ema gigantes (*Vellozia gigantea*), com seus pseudo-troncos com até 6m de altura com raízes adventícias capazes de absorver a umidade atmosférica, recobertos de musgos e epífitas características da Mata atlântica, como a orquídea *Sophronites coccinea*. (Plano de Manejo PARNA Serra do Cipó, 2009, p. 157 – encarte 3)

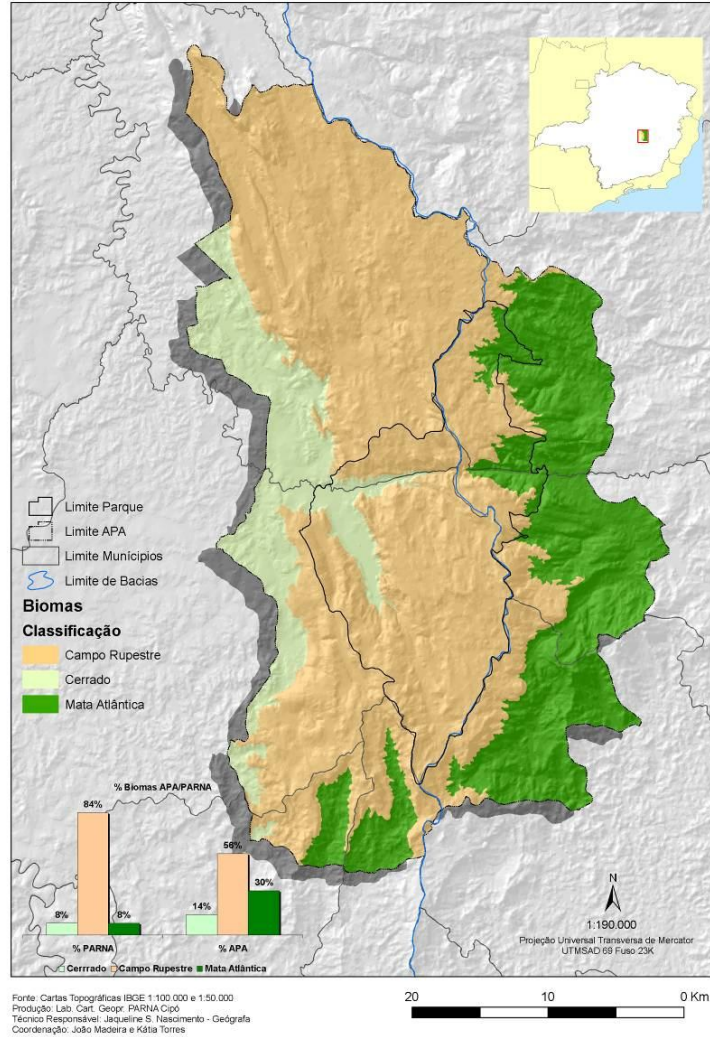


Figura 19. Distribuição dos três biomas, campo rupestre, cerrado e mata atlântica, na região da APA Morro da Pedreira, de acordo com os critérios adotados pela equipe do ICMBio – PARNA Serra do Cipó – **FONTE: PARNA Serra do Cipó/Jaqueline Nascimento**

Além da grande diversidade florística, a região da Serra do Cipó conta também com uma rica fauna. Porém, essa riqueza ainda não é tão conhecida como a florística. Na elaboração do plano de manejo do PARNA, foram realizados estudos de fauna contemplando os grupos de invertebrados, peixes, répteis e anfíbios, aves e mamíferos. Esses estudos contribuíram para enriquecer um pouco mais o conhecimento acerca da diversidade de fauna da região.

A partir desses estudos, constatou-se que os invertebrados representam a principal lacuna de conhecimento sobre a Serra do Cipó, no que se refere à fauna. Até a elaboração do plano de manejo do PARNA, ainda não havia sido realizado nenhum levantamento exaustivo de invertebrados terrestres, segundo informações da equipe

do ICMBio – PARNA Serra do Cipó. Ainda segundo dados fornecidos pela equipe do PARNA, apenas os invertebrados aquáticos bentônicos, por conta dos trabalhos do laboratório de bentos da UFMG, tiveram levantamentos mais detalhados. Foram registradas aproximadamente 205 espécies de insetos durante os trabalhos. É interessante observar que, mesmo em um levantamento rápido e em apenas alguns pontos da região, foi identificado um número significativo de espécies.

A bacia do rio Cipó vem sendo monitorada por equipes ligadas ao Projeto Manuelzão e por pesquisadores da UFMG. É pela grande diversidade de peixes ainda encontrada que o Cipó é considerado estratégico para a viabilidade da “Meta 2010” do projeto Manuelzão. Segundo os resultados do plano de manejo do PARNA, a ictiofauna caracteriza-se por uma predominância de espécies pequenas e boa situação de conservação. A grande quantidade de quedas d’água e corredeiras, entretanto, dificulta a dispersão das espécies. Assim, nas maiores altitudes (acima de 1.000m) foram encontradas apenas duas espécies de pequenos peixes. Nos levantamentos realizados para o plano de manejo, “foram catalogadas 36 espécies que ocupam os cursos d’água que drenam para a bacia do São Francisco e 17 espécies nos cursos d’água que drenam para o Doce, sendo 5 comuns às duas bacias” (Plano de Manejo PARNA Serra do Cipó, 2009, p. 234 – encarte 3).

A diversidade de anfíbios e répteis da Serra do Cipó, segundo ETEROVICK & SAZIMA, “provavelmente é influenciada pela multiplicidade de ambientes, como cerrados e cerradões, florestas, campos, campos rupestres, rios e ribeirões, lagoas, brejos e afloramentos rochosos” (Eterovick & Sazima, 2004, apud Plano de Manejo PARNA Serra do Cipó, 2009, p. 262 – encarte 3), em altitudes que variam de setecentos a 1.600 metros, o que proporciona uma grande variedade de climas e microclimas se substituindo ao longo do tempo e do espaço.

A partir dos levantamentos do plano de manejo do PARNA, foram registradas 309 espécies de aves, estando sete delas incluídas na lista oficial de espécies ameaçadas do estado de Minas Gerais e sendo três endêmicas à Serra do Espinhaço. Esse valor é superior aos dados anteriores, relatados na dissertação de MOURA (2000), que registrara a ocorrência de 131 espécies de aves na região. Ainda nos levantamentos do plano de manejo, foram registradas onze espécies consideradas endêmicas ao cerrado e quinze endêmicas à mata atlântica.

Os mamíferos da Serra do Cipó são espécies típicas de cerrado, mas algumas apresentam características de espécies de mata atlântica, associadas principalmente aos capões de mata do alto da Serra.

Câmara e Murta (2003) reportaram 51 espécies de mamíferos não-voadores para a Serra do Cipó, distribuídas em 44 gêneros e 7 ordens. São quase todas de ampla distribuição geográfica, com algumas exceções, como os roedores *Calomys tener*, *Oxymycterus roberti*, *Thalpomys lasiotis* e a raposa *Lycalopex vetulus*, endêmicos ao Cerrado. O roedor *Trinomys moojeni* só foi encontrado, até o momento, na Serra do Cipó e no município vizinho de Conceição do Mato Dentro. O levantamento para o plano chega a 62 espécies de 22 famílias e 8 Ordens. (Plano de Manejo – PARNA Serra do Cipó, 2009, p. 289)

A elaboração do plano de manejo do PARNA foi fundamental para um maior conhecimento das espécies de fauna da região, uma vez que, até então, os estudos eram escassos e direcionados principalmente para as aves dos campos rupestres.

3.3.4 As águas da serra

Nas regiões montanhosas da Serra do Cipó, as drenagens são condicionadas pelas características acidentadas do relevo, “caracterizado pelos escarpamentos intensamente fraturados e dobrados estruturalmente, com falhas e lineamentos na direção N-S e mergulhos intensos na direção L-W” (CETEC, 1982, apud IBAMA, 1998, p. 201). As águas são em geral escuras, devido à grande quantidade de material orgânico que as areias não conseguem reter. O principal rio da região é o rio Cipó, que apresenta as seguintes características:

O rio Cipó e a parte inferior de seus principais formadores – rios Mascates e Bocaina, recebe água de drenagens ao longo da montanha que se concentram em um terreno plano, arenoso, com profundos depósitos aluvionais retidos por um dique rochoso que forma a Cachoeira Grande. A montante da Cachoeira o rio é meândrico, com diversas lagoas marginais associadas, tanto no interior do Parque como na ZA. A região é conhecida como Areias (Zareias), e o curso do rio mostra-se variável ao longo prazo. O nível das lagoas e dos rios é semelhante ao longo das estações indicando comunicação através do substrato arenoso. Alagamentos conectam a biota de todo o sistema. (Plano de Manejo PARNA Serra do Cipó, 2009, p. 128 – encarte 3)

O PARNA protege todas as nascentes até o encontro dos rios Mascates e Bocaina, os dois cursos d'água que formam o rio Cipó (figuras 20 e 21). De acordo com a CBH Velhas 2003, as águas do rio Cipó eram classificadas como “classe especial” até o ponto onde o rio Cipó cruza o limite do parque. Logo ao sair do parque a qualidade da

água começa a declinar por conta do uso mais intensivo para banho, principalmente na Cachoeira Grande e Prainha, e também pelo assoreamento provocado por um loteamento. Nesse empreendimento, não foi feito um sistema adequado de drenagem de águas pluviais e, além disso, existe uma grande quantidade de gado e de capivaras às margens do rio, o que aumenta o teor de coliformes fecais no curso de água. De acordo com o Instituto de Águas de Minas Gerais (IGAM), a qualidade do rio Cipó após os limites do PARNA passa a ser classificada como boa, e o Índice de Qualidade da Água (IQA) está entre 70 e 90.



Figuras 20 e 21. Rio Cipó fora dos limites do PARNA, antes da ponte do Hotel Cipó Veraneio

Os rios Cipó, Jaboticatubas e mesmo o rio das Velhas são fortemente sinuosos em grande parte de seus cursos. O rio Cipó apresenta grande número de corredeiras e cachoeiras ao longo de seu curso, muito utilizadas para fins turísticos (figuras 22 e 23).



Figuras 22 e 23. Trecho do rio Jaboticatubas e cachoeira das Andorinhas (dentro dos limites do PARNA Serra do Cipó)

Na bacia do Parauninha, principal afluente do Cipó pela margem direita, há duas pequenas usinas hidrelétricas, ambas particulares. Uma é a usina Coronel Américo Teixeira, que represa o córrego Riachinho, formando o lago da Lapinha (figuras 24 e 25). No próprio rio Parauninha há a Usina Pacífico Mascarenhas, pertencente à Cia.

Cedro e Cachoeira. Ambas ocupam áreas de grande beleza cênica, que estão fechadas ao público por questões de gestão e segurança.



Figuras 24 e 25. Represa da Lapinha e barragem da Usina Américo Teixeira

Na porção leste, os rios drenam para a bacia do rio Doce, cujo rio mais importante é o Santo Antônio. Nessa porção, os rios têm nascentes e cursos iniciais bastante encaixados, sendo comum a formação das chamadas “cacimbas”, que sugerem os nomes do rio Tanque e do rio Entancado. Os rios que nascem na porção norte do PARNA – com destaque para o rio do Peixe, que nasce no Travessão, e o rio Preto, que nasce na região conhecida como Salitreiro, com diversos tributários menores – drenam para o Santo Antônio (figuras 26 e 27). As principais bacias hidrográficas da região estão representadas na figura 28.



Figuras 26 e 27. Travessão e cachoeira do Bongue, no rio Tanque

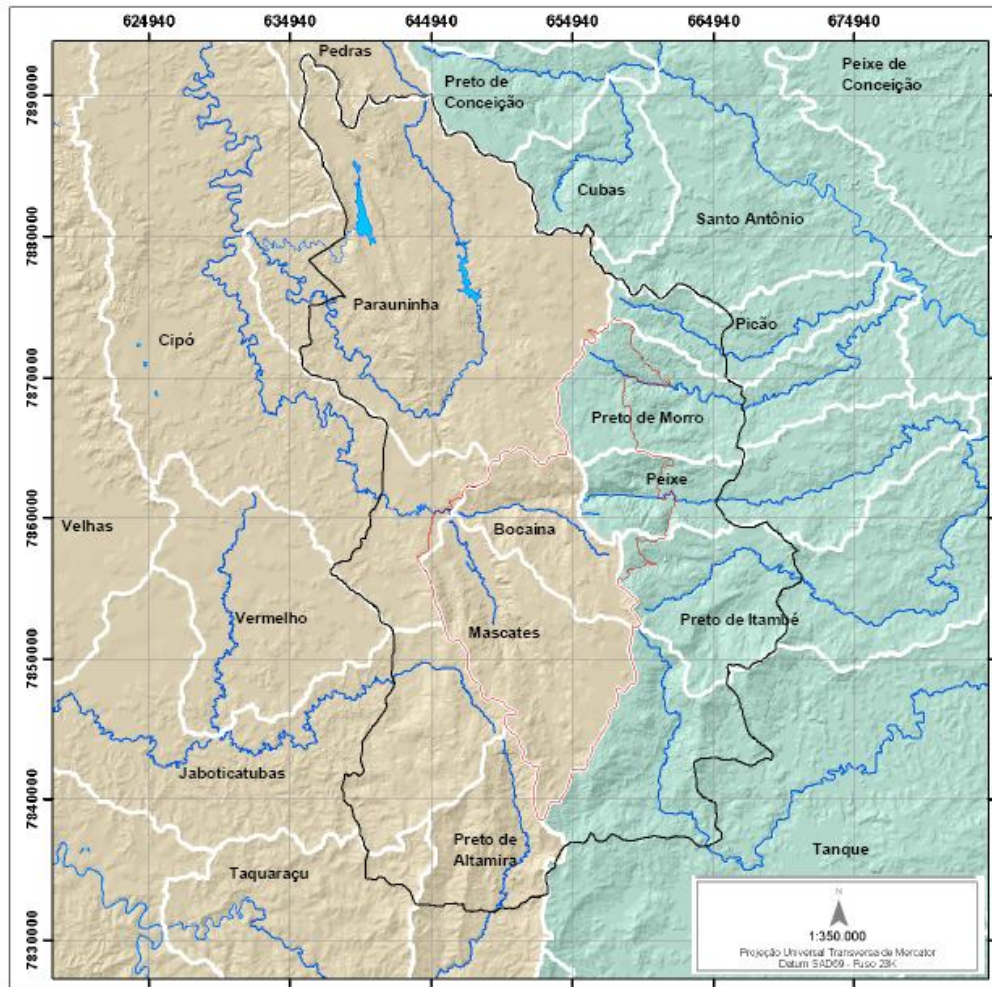


Figura 28. Bacias hidrográficas da Serra do Cipó. Em cinza, as sub-bacias dos rios que compõem a bacia do rio São Francisco (oeste) e, em azul, as sub-bacias que compõem a bacia do rio Doce (leste). **FONTE: PARNA Serra do Cipó/Jaqueline Nascimento**

As águas têm papel central no que diz respeito ao potencial turístico da região. A grande maioria dos visitantes que procuram a Serra do Cipó o fazem atraídos pelas belas paisagens e pela diversidade de cachoeiras, poços e lagoas, entre outros. De acordo com alguns guias turísticos locais, existem mais de setenta cachoeiras na região. Entre os principais atrativos, no que tange aos recursos hídricos da região, estão a cachoeira Grande, a cachoeira do Véu da Noiva, a cachoeira da Capivara (atualmente fechada para visitação), as cachoeiras do Gavião e das Andorinhas, e as cachoeiras da Congonhas, Farofa de Cima, Tombador e Travessão, entre outras (figuras 29, 30 e 31).



Figuras 29 e 30. Cachoeira da Capivara e cachoeira Grande



Figuras 31 e 32. Cachoeira das Andorinhas e cachoeira das Braúnas

Outros locais, mais remotos, têm sido também visitados, mas em menor intensidade. Entre esses, a cachoeira das Braúnas (figura 32), situada dentro dos limites do PARNA. O acesso a ela se dá principalmente por Altamira, Montes Claros e Serra dos Alves, sendo o destino preferencial de moradores ou turistas que chegam ao parque por essas localidades.

Além dessas, existem diversas cachoeiras ainda não descobertas situadas em Lapinha de Santana, São José da Serra, Serra dos Alves, Cabeça de Boi, Itambé do Mato Dentro, Morro do Pilar, Lapinha de Morro do Pilar e em outras localidades.

4. O HOMEM NO ESPAÇO, UM AGENTE TRANSFORMADOR

Após uma apresentação e breve caracterização da Serra do Cipó, lançaremos o olhar e traremos à discussão um importante elemento no que concerne às transformações socioambientais na região: o homem.

O homem, assim como outros seres vivos do planeta, é apenas mais uma espécie que o habita, porém com uma capacidade singular de transformar o ambiente em que vive.

O homem é uma criatura singular. Possui um conjunto de dons que o torna único entre os animais: diferentemente destes, não é apenas uma peça na paisagem, mas um agente que a transforma. Este animal ubiqüitário, usando seu corpo e sua mente na investigação da natureza, construiu seu lar em todos os continentes, mas na realidade, não pertence a nenhum lugar determinado. (BRONOWSKI, 1979, p. 19)

Seguindo a linha de pensamento de BRONOWSKI, em qualquer lugar do planeta os animais se adaptam ao meio e todos se “integram em seus ambientes, como dentes de duas engrenagens”. O autor afirma que, ao longo de milhões de anos de evolução, os animais foram se adaptando a ambientes específicos, determinados de acordo com suas limitações, como, por exemplo, animais miméticos, que utilizam essa técnica para escapar de predadores, bem como para conseguir pegar suas presas.

Porém, “a natureza – ou seja, a evolução biológica – não moldou o homem de modo que ele se ajuste a nenhum ambiente particular” (BRONOWSKI, 1979). O homem é um animal frágil, que veio ao mundo com “equipamentos e técnicas de sobrevivência muito rudimentares”. É aí que está o paradoxo do que BRONOWSKI define como “condição humana”. Como é possível a um ser que não voa, não escala, não se mimetiza e não possui adaptações aquáticas conseguir viver em ambientes das mais diversas condições?

A resposta é simples, porém complexa. O homem, diferentemente dos outros animais, utiliza de razão, imaginação, sutileza emocional e outras técnicas singulares para moldar o ambiente, e não para aceitá-lo como é. Voltando a BRONOWSKI, o autor faz uma consideração peculiar e interessante sobre esse fato: “a série de invenções através das quais, de tempos em tempos, o homem reconstruiu seu *habitat*, se configura como um tipo diferente de evolução – não mais biológica, mas sim, cultural” (BRONOWSKI, 1979, p. 20).

Essa evolução, ao longo de milhares de anos, foi-se transformando e moldando a grande diversidade sociocultural que temos nos dias atuais. Pensar no homem e em suas relações com o meio em que vive é uma tarefa complexa, que exige compreensão acerca de um universo difuso, no qual a cultura e biologia estão em constante conflito e em diálogos divergentes.

Trazendo para a discussão o tema das transformações que o homem causa no ambiente e no espaço vivente, é possível um diálogo com MILTON SANTOS no que este considera o espaço como “um conjunto de fixos e fluxos”. MAURO, interpretando a fala de SANTOS sobre fixos e fluxos, entende que “à geografia caberia estudar o conjunto indissociável, no qual os fixos se traduziriam em objetos e os fluxos em ações, ambos os elementos formadores do espaço” (MAURO, 2007, p. 14).

Os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modifiquem o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar. Os fluxos são um resultado direto ou indireto das ações e atravessam ou se instalam nos fixos, modificando sua significação e o seu valor, ao mesmo tempo em que também, se modificam. (SANTOS, 1982, apud MAURO, p. 14)

Milton Santos traz para a discussão a capacidade do ser humano não apenas de transformar, mas de (re)configurar o ambiente por intermédio da técnica. “A configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais” (SANTOS, 2008, p. 62). Esses acréscimos explicitados pelo autor estão ligados à capacidade do homem de “modelar” o ambiente de acordo com seus interesses e necessidades.

À medida que a história vai fazendo-se, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades, etc, verdadeiras próteses. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humana. (SANTOS, 1996, apud MAURO, p.14)

Seguindo o raciocínio do autor e retomando BRONOWSKI, é possível fazer um pequeno paralelo entre ambos e entender que o homem é um dos principais agentes transformadores do ambiente. Segundo SANTOS, “no começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo do tempo vão sendo substituídos por objetos fabricados, mecanizados e depois cibernéticos” (SANTOS, 2008, p.63). O homem acaba transformando o espaço natural e, conseqüentemente, o ambiente em um espaço extremamente técnico e mecânico, (re)configurando-o e (re)modelando-o de acordo com suas necessidades, causando mudanças significativas em sua dinâmica. SANTOS discorre bem sobre isso ao trazer ainda para a discussão a questão do território:

As configurações territoriais são o conjunto dos sistemas naturais, herdados por uma determinada sociedade, e dos sistemas de engenharia, isto é, objetos técnicos e culturais historicamente estabelecidos. As configurações territoriais são apenas condições. Sua atualidade, isto é, sua significação real, advém das ações realizadas sobre elas. É desse modo que se pode dizer que o espaço é sempre histórico. Sua historicidade deriva da conjunção entre as características da materialidade territorial e as características das ações. (SANTOS, 2001, p. 248)

Voltando ao início da conversa, perceber o homem como um agente transformador do espaço de acordo com uma bagagem histórica, assim como o respectivo contexto sociocultural, é fundamental para se tentar entender o processo de transformação pelo qual passa a região da Serra do Cipó desde o período pré-histórico até os dias atuais.

4.1 O homem e a natureza selvagem (*wilderness*)

Como mencionado, o homem é um importante elemento transformador do ambiente ao qual está inserido, modificando-o de acordo com suas necessidades e seu interesse. As unidades de conservação são exemplos de transformações territoriais, sociais e ambientais ocasionadas pelo homem. Como a região conta com duas unidades de conservação (um PARNA e uma APA), é importante fazer um paralelo sobre o surgimento da idéia de espaços naturais protegidos. Tal entendimento nos leva à concepção moderna de unidades de conservação. Esse resgate é necessário, pois a proposta deste estudo do olhar é fazer uma leitura dos contextos que contribuíram – e contribuem – para a constante (re)construção da dinâmica socioambiental da Serra do Cipó, que passa, também, pela chegada das unidades de conservação, principalmente do PARNA.

A valorização do mundo natural e selvagem (sem interferência alguma do ser humano) deu-se no início do século XIX, quando essa valorização se contrapunha aos avanços técnicos e industriais da sociedade pós-revolução industrial que estava se firmando.

Os escritores românticos da época fizeram uma busca do que restara da “natureza selvagem”, aquela que povoa nosso imaginário, um mundo desconhecido e não domesticado. Na Europa, esse era considerado “o lugar da descoberta da alma humana, do imaginário, do paraíso perdido, da inocência infantil, do refúgio e da intimidade, da beleza e do sublime” (DIEGUES, 2001, p. 54). Essas idéias românticas

foram fundamentais na criação das chamadas áreas naturais protegidas, consideradas “ilhas” de grande beleza e valor estético, que conduziam o ser humano a um “paraíso”, a uma “natureza intocada”.

É nessa perspectiva que se insere o conceito de parque nacional como área natural selvagem, originário dos E.U.A. A noção de “wilderness” (vida natural selvagem), subjacente à criação dos parques, no final do século XIX, era de grande áreas não habitadas, principalmente após o extermínio dos índios e a expansão da fronteira para o oeste. Nesse período já se consolidara o capitalismo americano, a urbanização era acelerada e se propunha reservarem-se grandes áreas naturais subtraindo-as à expansão agrícola e colocando-as à disposição das populações urbanas para fins de recreação. (DIEGUES, 2001, p. 24)

O conceito de natureza selvagem, “intocada”, *wilderness*, influenciou os principais teóricos e ativistas preservacionistas do início do século XX e contribuiu para aumentar ainda mais a dicotomia existente na relação homem e natureza. Essa influência também afetou a maneira como o movimento ambientalista brasileiro agiria, anos mais tarde, na conservação de áreas naturais, “importando” principalmente o modelo norte-americano de áreas naturais protegidas, excluindo populações tradicionais (ribeirinhos, vaqueiros, quilombolas, indígenas, caiçaras, entre outros) de ambientes ricos em biodiversidade, transformando também grandes áreas em “ilhas” isoladas e “intocadas”.

Esse conceito de *wilderness* prevaleceu durante praticamente todo o século XX. Porém, no fim do século ocorreram novas discussões sobre o modelo de conservação adotado e, aos poucos, a “natureza intocada” vem sendo transformada em um local onde o homem também compõe esse “cenário”, esse ambiente intocável.

4.1.1 - Conservação e preservação, domesticando a discussão

Em termos teóricos, nos Estados Unidos do século XIX havia duas visões de conservação do “mundo natural”, que foram sintetizadas nas propostas de Gifford Pinchot e John Muir (DIEGUES, 2001). Essas ideias tiveram grande importância no conservacionismo, dentro e fora dos Estados Unidos.

O engenheiro florestal Gifford Pinchot sugeriu a criação de um movimento de conservação dos recursos naturais, incentivando o uso racional destes. Pinchot agia de acordo com um contexto de transformação da natureza em mercadoria (DIEGUES, 2001, p. 29). Segundo Diegues, Pinchot afirmava que a natureza sempre foi lenta em

suas diversas transformações e que os processos de manejo executados pelo homem seriam capazes de torná-la mais eficiente. Ele acreditava que a conservação dos recursos deveria ser baseada em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente, a prevenção do desperdício e a utilização dos recursos para benefício da maioria dos cidadãos.

Ao analisar as ideias de Pinchot, é possível perceber que elas foram percussoras do que conhecemos hoje como desenvolvimento sustentável. Como afirma Nash (1989), o conservacionismo de Pinchot foi um dos primeiros movimentos teóricos/práticos contra o chamado “desenvolvimento a qualquer custo”. As concepções de Pinchot foram muito importantes no debate entre “desenvolvimentistas” e “conservacionistas”, tendo sido também relevantes em abordagens posteriores de outros temas, como, por exemplo, o ecodesenvolvimento na década de 1970.

Se a essência da “conservação dos recursos” é o uso adequado e criterioso dos recursos naturais, a essência da corrente oposta, a preservacionista, pode ser descrita como a reverência à natureza no sentido da apreciação estética e espiritual da vida selvagem (*wilderness*). (DIEGUES, 2001, p.30)

A análise de DIEGUES acerca do pensamento preservacionista ilustra bem essa outra corrente de pensamento sobre conservação dos recursos. Ela se baseia no conceito de *wilderness*, de uma natureza intocada, na qual o homem é apenas um espectador e não participa das relações, ou seja, não está inserido no meio natural.

O teórico mais importante dessa corrente foi o norte-americano John Muir, que, segundo DIEGUES, afirmava e defendia a ideia de que se devia respeitar a natureza, em relação à qual os homens não poderiam ter direitos superiores aos dos animais. As ideias de Muir contribuíram, posteriormente, para o desenvolvimento das ideias conhecidas como biocêntricas.

As concepções preservacionistas de Muir serviram, também, como base para o desenvolvimento da escola estética/ecológica que, posteriormente, consolidou-se nos movimentos ambientalistas das décadas de 1960 e 1970 (DIEGUES, 2001, p. 45).

Essa controvérsia acerca da relação estabelecida pelo homem com a natureza e da tentativa de compreendê-la um pouco mais é apenas uma introdução para a apresentação e as discussões que surgirão *a posteriori* sobre a região da Serra do Cipó. Ainda faremos pequenas abordagens acerca de determinados temas que nos conduzirão a análises mais elaboradas sobre as transformações socioambientais na

região. Essas incursões, a partir de agora, tentarão não apenas expor pensamentos e discussões teóricas, mas também, aos poucos, apresentar e apontar elementos que descortinem nosso objeto de estudo.

4.1.2 - As unidades de conservação como espaço produzido

O processo de estabelecimento de uma Unidade de Conservação pode ser dividido em duas fases: a seleção ou identificação da área e o seu desenho (*design*), ou seja, a definição do seu tamanho e forma. Nos últimos anos, inúmeras teorias e abordagens têm sido utilizadas para embasar os esforços de conservação da biodiversidade. Entretanto, ainda não podemos contar com uma teoria completa, que possa explicar a manutenção da biodiversidade em um período ecologicamente relevante. Isso torna a seleção e o desenho das novas Unidades de Conservação um desafio ainda maior. (ARAÚJO, 2007, p. 97)

Tendo como ponto de partida o disposto por Araújo, vale a pena lançar um olhar sobre esses espaços “não naturais”, ou seja, espaços produzidos/construídos. Por que dizer que as unidades de conservação são espaços produzidos?

O surgimento das unidades de conservação, como as conhecemos hoje, está intimamente ligado ao processo de uso e ocupação do solo para fins econômicos. O modelo que prevalece atualmente foi “importado” dos Estados Unidos durante o período em que o país fazia sua corrida para a exploração do Oeste. Data de 1872 a criação da primeira unidade de conservação do período moderno, o Parque Nacional de *Yellowstone*.

(...) a idéia de criação do Parque Nacional de Yellowstone nada teve de altruísmo e estava ligada aos interesses comerciais das empresas ferroviárias. Desde o início do século XIX, os americanos tinham o hábito de realizar turismo em regiões selvagens e de grande beleza cênica. (...) A região de Yellowstone, com suas belezas naturais, apresentava grande potencial para o desenvolvimento do turismo. Após a guerra civil americana, a Companhia Ferroviária do Pacífico Norte planejava estender seus trilhos para o território do Estado de Montana. A partir daí, a chegada até a região de Yellowstone seria fácil, e a construção da via férrea não demandaria grandes investimentos. (SELLARS, apud Araújo, 2007, p. 31)

De acordo com Araújo, “um dos grandes objetivos da criação de unidades de conservação é a manutenção de áreas naturais da forma menos alterada possível” (ARAÚJO, 2007, p. 31). Grande parte das unidades que temos hoje espalhadas pelo mundo serve como uma espécie de refúgio para exemplares da biodiversidade. São áreas que, salvo exceções raras, geralmente excluem a presença humana, uma vez

que o homem, de acordo com o olhar de biólogos heterodoxos, contribui para a degradação do ambiente natural.

Os critérios de escolha de áreas para a criação de unidades de conservação até o fim do século XX eram basicamente voltados para questões biológicas, ou seja, para a proteção de determinada espécie de fauna e/ou flora. O desenho (tamanho e forma) de uma unidade de conservação era definido de acordo com as necessidades de determinadas espécies em relação à necessidade de hábitat.

O desenho baseava-se na identificação de hábitat apropriados para a espécie alvo, na elucidação das interações obrigatórias com outras espécies que necessitavam ser mantidas e em considerações de tamanho populacional necessário para evitar a depressão por endogamia. Os estudos auto-ecológicos eram a chave para se chegar à proposta final da forma e do tamanho da unidade. (SIMBERLOFF, apud Araújo, 2007, p. 102)

Outro fator que reforça o olhar de espaços produzidos é que as unidades de conservação podem ser entendidas como uma organização. De acordo com Moresi, “os bens e serviços proporcionados pelas unidades de conservação variam de acordo com a categoria de manejo à qual pertencem” (MORESI, 2001, p. 84) e a finalidade dessas unidades é fornecer alguma combinação de bens e serviços a seus usuários, sejam eles turistas, pesquisadores, moradores locais, governo, etc.

Essa visão das unidades como organizações pode ser interpretada como uma visão gerencial de um grande “empreendimento”, em relação ao qual Araújo acredita que “a visão das unidades de conservação como organizações abre caminhos bastante promissores, pois permite a utilização das mais modernas tecnologias gerenciais para administrá-las” (ARAÚJO, 2007, p. 127).

A necessidade de criação de um espaço para conservação dos recursos naturais, com regras, restrições, imposições, ações de manejo e, muitas vezes, exclusão de comunidades, demonstra que esses espaços não são “naturais”, e sim construídos. Não se pretende aqui questionar a eficácia nem a importância das unidades de conservação, mas olhar para elas como um espaço que, a partir do momento em que se mostra construído, conseqüentemente traz resultados para a dinâmica socioambiental e espacial onde se encontra, principalmente para os olhos de quem está no lugar onde esses espaços são criados.

Como espaços produzidos (empreendimentos), o grande desafio das unidades de conservação é a aproximação com a realidade onde elas acabam se inserindo. Essa aproximação muitas vezes é complicada justamente pelo caráter exógeno que as unidades carregam consigo, deturpando o olhar de quem sempre esteve ali.

4.1.3 – A questão das UCs no Brasil

A primeira unidade de conservação criada no Brasil foi o Parque Nacional de Itatiaia, em 1937, e reproduzia exatamente o modelo de parque nacional americano, uma grande “ilha” isolada, capaz de preservar os recursos naturais e excluir o homem de seus limites.

Com o passar dos anos, estabelecida uma maior discussão sobre a relação homem e natureza, outras unidades de conservação – com características diferentes dos parques nacionais – foram criadas no Brasil e no mundo de acordo com os critérios da IUCN – União Internacional de Proteção à Natureza. Essa variação de unidades buscava diversificá-las de acordo com os interesses nacionais e internacionais, no que diz respeito à conservação dos recursos naturais.

Com a criação de novas categorias de unidades de conservação, foi aprovada, em 2000, uma lei instituindo o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC –, para “estabelecer critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação” (SNUC, 2000) do território nacional.

Como uma de suas diretrizes básicas, o SNUC determinou que, logo após a sua criação, as unidades de conservação deveriam dispor do “Plano de Manejo”, uma ferramenta que, partindo de uma ampla análise da situação da unidade, permitisse o planejamento adequado de sua gestão, de modo a garantir o cumprimento das finalidades para as quais foi criada. Segundo a definição do SNUC, o Plano de Manejo

(...) é um documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma Unidade de Conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade. (IBAMA, SNUC, 2000)

A idéia de basear a gestão de unidades de conservação em documentos norteadores, no entanto, é bem anterior ao SNUC. No Brasil, as primeiras tentativas de elaboração e implementação de planos de manejo para unidades de conservação se deram em

1976, no antigo Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal (IBDF), um dos órgãos que veio a constituir o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 1989.

Outra exigência do SNUC quanto ao planejamento das unidades de conservação é de que ele seja participativo e inclusivo. Para isso, devem ser feitas reuniões com as comunidades locais para que estas apresentem sugestões e demandas que venham a contribuir para o planejamento e zoneamento interno da unidade. São considerados todos os “atores sociais” que possam ter interesse nos destinos da unidade, seja por morarem próximo ou dentro da unidade, podendo ser afetados pelas decisões de uso e manejo da área, seja por atuarem profissionalmente em atividades envolvidas com os usos pertinentes às categorias de unidades de conservação, como pesquisa e turismo, seja por desenvolverem outros trabalhos que influenciem na gestão da unidade.

Diferentemente das categorias adotadas pela IUCN, o SNUC conta com doze categorias de unidades de conservação, sendo cinco delas de proteção integral, ou seja, têm como “objetivo básico a preservação da natureza, admitindo apenas o uso indireto de seus recursos naturais” (SNUC, 2000). Entre as unidades que compõem esse grupo, estão as estações ecológicas, as reservas biológicas, os parques nacionais, os monumentos naturais e os refúgios de vida silvestre.

Além das Unidades de Proteção Integral, o sistema ainda tem sete categorias de uso sustentável, cujo “objetivo básico é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos recursos naturais” (SNUC, 2000). Compõem essa categoria as áreas de proteção ambiental, as áreas de relevante interesse ecológico, as florestas nacionais, as reservas extrativistas, as reservas de fauna, as reservas de desenvolvimento sustentável e as reservas particulares do patrimônio natural.

A criação de um grupo de Unidades de Uso Sustentável teve como objetivo compatibilizar a relação homem-natureza sem colocá-los em confronto, uma vez que esse grupo permite que populações tradicionais continuem vivendo dentro dos limites das unidades, explorando os recursos naturais de maneira sustentável.

Apesar dos avanços com a criação do SNUC, a gestão das unidades de conservação no Brasil ainda é bastante deficiente devido ao grande número delas (288 unidades de proteção integral e uso sustentável) e a falta de funcionários capazes de geri-las e

administrá-las. A maioria das unidades apresenta problemas relacionados à questão fundiária (desapropriação e indenização de antigos proprietários) e grande parte delas carece de planos de manejo. Muitas unidades de uso sustentável não conseguem conciliar a questão da exploração sustentável dos recursos, reproduzindo a lógica da exploração tradicional, entre outros entraves que dificultam a gestão das unidades de maneira geral.

4.1.4 O PARNA Serra do Cipó e a APA Morro da Pedreira

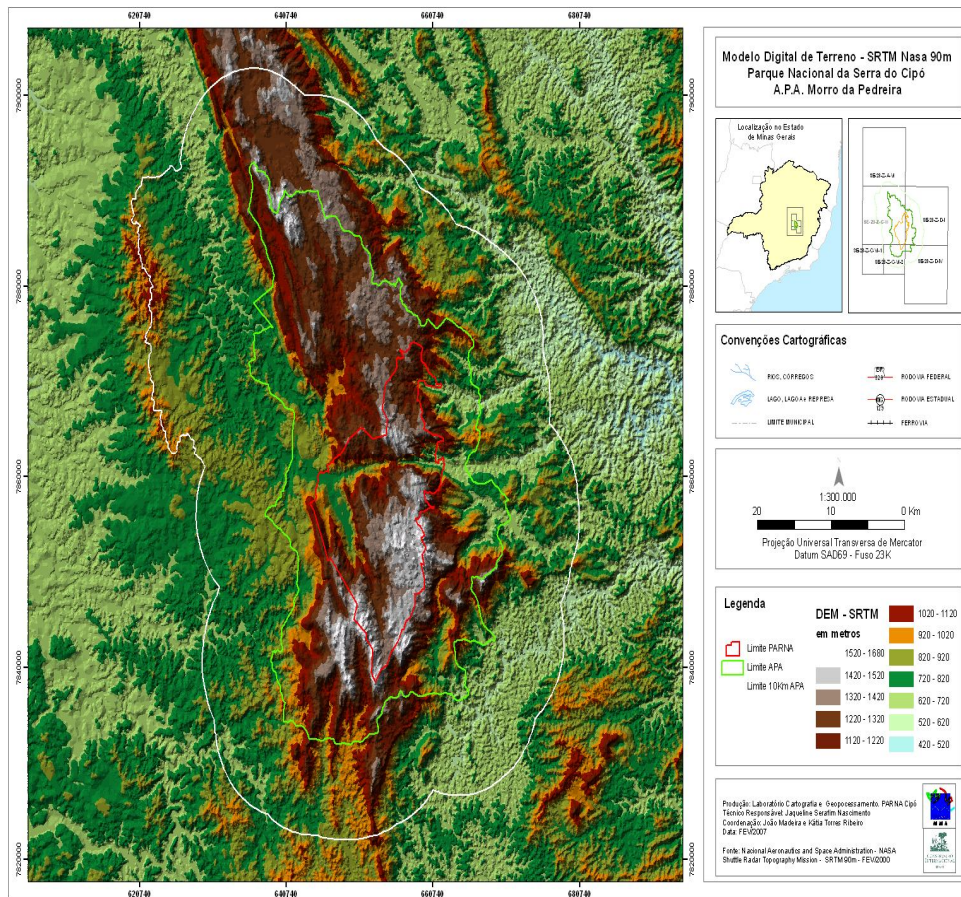


Figura 33. Modelo de elevação digital contendo os limites do PARNA (vermelho) e da APA (verde). **FONTE: PARNA Serra do Cipó – Jaqueline Nascimento**

O que se conhece hoje como PARNA da Serra do Cipó foi primeiramente instituído como uma Unidade de Conservação Estadual – o Parque Estadual da Serra do Cipó – e estabelecido de acordo com a Lei Estadual n.º 6.605, de 14 de julho de 1975. A criação dessa unidade recebeu influências principalmente de cientistas e pesquisadores preocupados com a conservação da biodiversidade da Serra do Cipó.

O Parque Estadual tinha uma área de 27.600 ha e abrangia partes dos municípios de Santana do Riacho, Jaboticatubas e Itambé do Mato Dentro.

Em outubro de 1981, o então IBDF (Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal) instituiu uma comissão para estudar a viabilidade de se transformar a Unidade de Conservação em Parque Nacional (IBAMA, 1994). Decidida a federalização da unidade, uma das tarefas dessa comissão passou a ser a de adquirir amigavelmente a maior parte possível das terras que comporiam o PARNA. Em 25 de setembro de 1984, por meio do Decreto n.º 90.223, foi criado o Parque Nacional da Serra do Cipó, com um total de 33.800 ha (estimativa da época), dos quais 14.400 ha, cerca de 40% da área, já haviam sido adquiridos de forma amigável. As principais justificativas para a criação do Parque Nacional foram: a) proteção da fauna e da flora, devido ao alto grau de endemismo de suas espécies; b) proteção da bacia de captação do rio Cipó, importante pelas cachoeiras e águas límpidas; c) preservação das belezas cênicas da região.

Atualmente, o PARNA da Serra do Cipó abrange quatro municípios: Jaboticatubas, Morro do Pilar, Santana do Riacho e Itambé do Mato Dentro. A área total do PARNA é de 31.670 ha, diferentemente dos 33.800 citados no ato da respectiva criação. A maior parte da área do PARNA está inserida no município de Jaboticatubas (aproximadamente 65%), seguido por Morro do Pilar (19%), Santana do Riacho (9%) e Itambé do Mato Dentro (7%).

Em 26 de janeiro de 1990, foi criada, pelo Decreto n.º 98.891, a Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira, com cerca de 130 mil ha. De acordo com informações coletadas pela equipe do PARNA da Serra do Cipó, o fato que desencadeou o processo de criação da APA foi um movimento liderado por montanhistas contra a mineração, com o objetivo de proteger o maciço que tem o mesmo nome da APA. A delimitação final levou à proteção de diversos ecossistemas inseridos na mata atlântica e no cerrado, visando a constituir uma zona de amortecimento a todo o perímetro do PARNA da Serra do Cipó (“área circundante” correspondente a uma faixa de 10 km ao redor dos limites de Unidades de Conservação de Proteção Integral).

A criação da APA Morro da Pedreira teve um caráter inovador, já que ainda não existia em lei a figura da zona de amortecimento. Segundo os técnicos do ICMBio, no decreto de criação da APA foi determinado que seriam consideradas como zonas de vida silvestre as áreas de campo rupestres e a área abrangida pelo Morro da Pedreira,

incluindo os chamados grupos 1, 2, 3 e 4 (conjuntos de afloramentos rochosos, muito utilizados para escaladas esportivas).

Como foi dito anteriormente, a APA Morro da Pedreira conta com aproximadamente 130 mil ha, abrangendo os municípios de Taquaraçu de Minas (4.160 ha – 4,03% do território da APA), Nova União (5.485 ha – 5,32% do território), Morro do Pilar (7.896 ha – 7,65% do território), Itabira (12.540 ha – 12,15% do território), Itambé do Mato Dentro (11.800 ha – 11,44% do território), Jaboticatubas (13.927 ha – 13,51% do território) e Santana do Riacho (41.360 ha – 40,09% do território).

Diferentemente do PARNA da Serra do Cipó, a APA é uma unidade de uso sustentável e tem características de manejo diferentes. Dentro dos limites da APA é permitida a permanência de propriedades privadas, cujos donos são responsáveis pela manutenção e gestão dos recursos naturais, de acordo com as deliberações do SNUC.

Apesar de ser uma unidade de conservação, a APA enfrenta diversos problemas relacionados à gestão ambiental, principalmente devido à ocupação desordenada e aos parcelamentos ilegais das terras. Pode-se observar esgotos que são diretamente despejados nos rios da região, falta de saneamento básico, falta de coleta de lixo em alguns distritos municipais da APA, desmatamentos ilegais e queimadas, entre outros.

Com relação ao desenvolvimento turístico, a APA concentra o maior fluxo de visitantes, que se distribuem ao longo dos municípios, tendo como destaque Santana do Riacho, que apresenta os atrativos mais conhecidos e visitados da região.

Assim como a APA Morro da Pedreira, o PARNA da Serra do Cipó localiza-se em local estratégico para a conservação. Os limites do PARNA encontram-se na zona de transição entre dois dos biomas mais ameaçados do país, o cerrado e a mata atlântica (dois *hotspots*). A região é considerada um corredor ecológico natural e foi recentemente declarada Reserva da Biosfera, tendo o PARNA Serra do Cipó como uma de suas principais áreas núcleo.

Em conversas com o gestor do PARNA Serra do Cipó, este apontou que as principais ameaças ambientais à região e, conseqüentemente, ao PARNA são: desmatamento para abastecimento local de lenha e, principalmente, para abastecimento de carvão para a indústria siderúrgica; retirada de candeia; plantio de braquiária para formação

de pastagens; incêndios provocados por queimadas sem controle usadas para manejo de pastagens e, mais raramente, de áreas de plantio; parcelamento desordenado do solo associado ao crescimento da atividade turística; promoção da Estrada Real como programa de governo sem a devida contrapartida em infraestrutura; outorga de água para irrigação sem embasamento em estudos; uso de agrotóxicos em excesso e sem as precauções adequadas; pesca predatória no rio Cipó a jusante da APA, inclusive com uso de redes de malha fina, explosivos e gás; intervenções em APP para construções, parcelamento do solo, plantio, balneários; retirada ilegal de plantas nativas para comercialização, sobretudo orquídeas e bromélias.

Com a criação do parque estadual, começou a ter mais direcionamento para questão de proteção da Serra, a população começou a ter conhecimento disso, mas a pressão de tanta gente que já vinha foi incentivando de criar um núcleo, começar a ter loteamento, o pessoal tava vendo que a procura era muito grande... Começaram a ter os parcelamentos... Naquela época a gente tinha na beira da estrada quatro ou cinco casas, só (...) Se não tivesse criado o parque e se não tivesse criado a APA, a situação aqui já seria muito pior, porque esse vale mesmo dos Mascates já tinha direcionamento de uso das cachoeiras, mesmo que com menos pressão, porque não tinha acesso, mas o pessoal já entrava... Então se tivesse ficado sem parque, isso aqui já era puro loteamento, de ponta a ponta, pode ter certeza disso... (Conversa com Henri, gestor do PARNA Serra do Cipó, 28/10/2009)

Como um dos objetivos dos parques nacionais é o desenvolvimento de atividades turísticas, o PARNA Serra do Cipó já recebe visitantes desde antes da elaboração de seu plano de manejo. A abertura para visitação, mesmo sem o respectivo documento de gestão, deveu-se principalmente à necessidade de diversificar as opções de lazer para os visitantes da região. De acordo com dados do ICMBio, pode-se observar que o número de visitantes se mantém estável ao longo dos anos (tabela 1). Porém, com a implantação das infraestruturas previstas no plano de manejo para o turismo, o aumento das facilidades de acesso à região, a grande divulgação (jornais, revistas, *folders*, televisão, entre outros meios) feita sobre a Serra do Cipó, a inserção do PARNA em programas governamentais de incentivo ao turismo e a estruturação do PARNA, esse fluxo tende a aumentar ano a ano.

ANO	PAGANTES	NÃO PAGANTES
2002	11.918	-
2003	14.342	-
2004	13.132	-
2005	12.594	294 (a partir de maio)
2006	12.840	835
2007 (até fevereiro)	1.700	134

Tabela 1. Visitação no PARNA no período de 2002 a 2007

FONTE: PARNA da Serra do Cipó

Com relação aos atrativos turísticos encontrados nos limites do PARNA, assim como acontece no entorno, pode-se dizer que os mais procurados são as cachoeiras, famosas por suas belezas e magnitudes. Como o PARNA não conta ainda com seu plano de manejo, a visitação da unidade vem sendo permitida de maneira mais cautelosa. Apenas a região da baixada do ribeirão Mascates foi oficialmente aberta à visitação pelo Plano de Ação Emergencial (PAE), elaborado em 1994, que deveria vigorar por dois anos. Sua vigência começou em 1997 e, como não se seguiu a elaboração do plano de manejo, suas regras continuaram perdurando até os dias atuais, com pequenas alterações negociadas entre a equipe gestora do PARNA e os segmentos interessados na manutenção da visitação. Ao fim de 2009, o plano de manejo do PARNA foi finalizado e prevê uma série de atividades voltadas para o desenvolvimento do turismo em distintas áreas.

4.1.5 - O turismo como elemento transformador do espaço

Após discorrer sobre as unidades de conservação e a apresentação da situação das unidades da Serra do Cipó, trazemos para discussão o turismo, identificando-o também como um elemento transformador do ambiente.

O turismo, segundo CORIOLANO e SILVA, é um fenômeno que atua e transforma o espaço, o que torna necessário entender o processo pelo qual isso ocorre, trazendo-o para o contexto da região da Serra do Cipó. É importante esse entendimento para se tentar visualizar em que medida o fenômeno atua na transformação socioambiental da serra. Seguindo com as afirmações dos autores, “o turismo provoca profunda mudança socioespacial, redefine as singularidades espaciais, além de reorientar usos”, ou ainda, “o turismo age desterritorializando e produzindo novas configurações geográficas” (CORIOLANO e SILVA, 2005, p. 146).

Seguindo essa linha, RODRIGUES (2001), em sua publicação sobre o espaço e o turismo, aponta que o turismo incide em três esferas específicas do território, sendo elas: áreas de dispersão (emissoras), áreas de deslocamento e áreas de atração (receptoras). Destacamos sua expressão nas localidades receptoras, as quais, de fato, são as áreas que, de certa forma, sentem as mudanças introduzidas em sua dinâmica preestabelecida. O autor complementa afirmando que, nessas esferas, “se manifesta materialmente o espaço turístico ou se reformula o espaço anteriormente ocupado. É aqui também que se dá de forma mais acentuada o consumo do espaço” (RODRIGUES, 2001, p. 43).

A título de exemplo, tem-se o caso dos *resorts* na costa do nordeste brasileiro, onde são oferecidos equipamentos e atividades que fazem com que os hóspedes não transponham o lugar onde está localizado o empreendimento. De acordo com MAURO, “são inegáveis os impactos e transformações geradas nesses espaços pela implantação de equipamentos turísticos, mais ainda pela pouca ou nula participação da população autóctone nesse processo” (MAURO, 2007, p. 17-18).

Sobre tal forma de conceber e executar a atividade turística, Coriolano (2006) discute sobre os territórios turísticos, afirmando que o turismo:

(...) materializa-se na lógica da diferenciação histórica e geográfica dos lugares e regiões. É pertinente ao local tanto quanto ao mundial, pois domina as relações sociais históricas em função de mudanças e reestruturação dos espaços, aproveitando os recursos locais. Transfere o valor dos patrimônios culturais, das cidades, dos lugares e da população local para os turistas, enquanto objetos do olhar, do prazer e desejo. (CORIOLANO, 2006, p. 371)

O que se percebe em relação aos *resorts* é que, quando implantados, as modificações do espaço ocorrem de forma brusca e com extrema rapidez, uma vez que obras de grande extensão são feitas em pouco tempo, transformando fortemente a dinâmica socioespacial anteriormente vigente. Além disso, os atores locais são excluídos do processo de (re)configuração do próprio território.

MAURO observa que “outras situações podem ser visualizadas tendo o turismo como fator de transformação da configuração territorial” (MAURO, 2007, p. 18). “Para cada modalidade turística existe uma demanda espacial” (CORIOLANO, 2006, p. 371). MAURO acredita “que as situações não se diferenciem em todos os aspectos do que ocorre na costa nordestina, mas talvez a configuração de uma nova organização do espaço ocorra de forma mais gradativa” (MAURO, 2007, p. 19). A autora ainda afirma

que essa situação pode ser observada em muitos pequenos municípios e em seus respectivos povoados, nos quais o processo gerado pelo turismo chega aos poucos: “vão chegando os turistas, as pousadas, as casas de segunda residência, e assim, gradativamente, se estabelece como uma alternativa econômica para o local, impondo uma dinâmica diferente da habitual” (MAURO, 2007, p. 19).

A autora ainda dispõe que a nova dinâmica é percebida principalmente em povoados que, por contarem com belezas cênicas singulares e traços histórico-culturais marcantes, são atrativos aos turistas. Além dessa constatação apresentada pela autora, LOPES aponta em seu trabalho as transformações socioespaciais ocorrentes no povoado de Lapinha, um local antes ermo e que teve acelerado seu processo de transformação, influenciado em algum momento pela chegada do turismo. “Aos poucos, os forasteiros pioneiros do povoado da Lapinha tornaram-se empreendedores turísticos, construíram pousadas, chalés, restaurantes, lojas e começaram a alugar suas casas” (LOPES, 2006, p. 70).

É interessante esse diálogo em que os pesquisadores mostram a faceta do turismo como agente modificador de espaços que sofrem com a nova configuração territorial que se instala – tanto locais transformados em “não-lugares” (caso dos *resorts*) quanto pequenos polos cujo apelo se deve aos atrativos locais naturais e culturais. “São transformadas paisagens em mercadoria e dados novos usos aos diversos segmentos do espaço. Enfim, construindo uma nova realidade” (MAURO, 2007, p. 20).

São análises interessantes e factíveis. Porém, um aspecto que vale a pena ser pontuado nas análises dos pesquisadores é que, além do turismo, existe todo um contexto histórico, político e econômico que acaba desencadeando esse olhar sobre o fenômeno turístico. É fato que tal fenômeno contribui para as transformações dos locais aonde chega; mas até que ponto ele é “o” agente transformador? Vale guardar essa pergunta, pois, ao longo da discussão, ela será recorrente, de maneira sutil, instigando o leitor a refletir sobre o turismo como “o” eventual elemento transformador do espaço.

5. DESCORTINANDO A SERRA DO CIPÓ – UM OLHAR PARA O PASSADO

São poucos os lugares em que podemos testemunhar traços de um passado distante e que, portanto, permitem-nos tentar decifrar algo do que se passou ao longo de sua pré-história. No caso da Serra do

Cipó, os testemunhos da história antiga são mais evidentes do que os da história recente. Pinturas rupestres em sítios arqueológicos estudados com riqueza de detalhes por especialistas reconhecidos da área contrastam com a falta de registros referentes à história colonial e mesmo republicana da região. (...) Em função disto, resta buscar nas reminiscências dos habitantes mais velhos da região, algo da maneira como a vida era levada ao longo desses recentes anos. Os testemunhos são vagos, mas refletem a essência de um estilo de vida que não foge da dinâmica, que espera-se habitual, do interior mineiro ao longo do século vinte. (GONTIJO, 2003, p. 48)

A partir dessa leitura feita por Gontijo, buscou-se entender o processo de ocupação da Serra do Cipó desde seus primitivos habitantes. Essa busca é importante na compreensão dos processos de mudança que ocorrem na região, desde períodos remotos, quando o homem ainda peregrinava e vivia sob os abrigos de pedras espalhados por todo território brasileiro.

Como bem afirmou Gontijo, a história “recente” da região muitas vezes não é contada em livros e/ou periódicos, mas sim por moradores descendentes dos antigos (primeiros) habitantes da região, que narram as transformações vivenciadas por seus antepassados e por eles próprios ao longo dos anos. A região da Serra do Cipó passa por constantes transformações desde o período pré-histórico, e estas são percebidas nos vestígios impressos nas rochas que moldam a paisagem da região, no silêncio dos rios que correm e drenam em suas vertentes e na vegetação que, diversa, modifica-se de acordo com os interesses do homem, bem como na história oral que os moradores narram a visitantes e jovens locais.

5.1 A serra pré-histórica e a serra dos bandeirantes

Para dar início à discussão sobre a pré-história da região da Serra do Cipó, tomaremos a liberdade de compartilhar o olhar do pesquisador Bernardo Gontijo, uma vez que ele apresenta uma interessante discussão/diálogo com outros pesquisadores ao longo de sua tese sobre o povoado de Lapinha, situado na porção oeste da Serra do Cipó. Compartilhar esse olhar é um exercício interessante, uma vez que, por meio do olhar de outro pesquisador, conseguimos identificar o nosso sobre uma remota era que foi de grande importância para a compreensão das transformações socioambientais do presente.

A ocupação humana na região da Serra do Cipó é bastante discutida e debatida entre analistas especializados em antropologia, arqueologia, história e outras disciplinas que

buscam entender o passado do homem. De acordo com Malta & Kohler, “o karst do Planalto de Lagoa Santa que bordeja a Serra do Cipó foi utilizado como habitação, sítio cerimonial ou cemitério desde o Pleistoceno Terminal, há cerca de 12.000 anos” (apud Gontijo, 2003, p. 48). Seguindo essa datação, Prous afirma que “a presença humana em Minas Gerais só é claramente atestada a partir de um período datado entre 11.000 e 12.000 anos atrás” (Prous, apud Gontijo 2003).

Descobrir como esses primeiros habitantes chegaram até a região é um interessante exercício de compreensão das grandes migrações humanas do período pré-histórico. Essas migrações, ao longo dos anos, deram origem às diferentes etnias que compõem o mundo atual e, conseqüentemente, a América do Sul e o Brasil.

Voltando à região da Serra do Cipó, Prous afirma que as primeiras populações humanas “se pareciam muito menos com os asiáticos do que os índios americanos atuais ou com grupos pré-históricos documentados nos últimos oito milênios” (Prous, 2000).

Outro importante pesquisador da pré-história da região, Cartelle, faz relatos importantes e tece considerações sobre o chamado “Homem de Lagoa Santa”:

(...) populações do “Homem de Lagoa Santa” carregariam em suas andanças, seus franciscanos pertences em cestos, nas costas, pendentes de uma fita que apoiavam na testa. Os deslocamentos freqüentes eram favorecidos pelo tipo de moradia que usavam: preferencialmente abrigos em paredões e entradas de grutas. Na região dispõem de numerosos acampamentos, o que lhes permitia grande mobilidade. Conheciam o fogo no qual assavam alguns alimentos. Acidentalmente poderiam caçar grandes animais, mas como não tinham instrumentos ou tecnologia para que essa se tornasse uma atividade comum, comiam o que conseguiam coletar e utilizavam algumas ferramentas toscas de materiais como pedra, madeira, ossos, conchas e chifres, mas não conheciam cerâmica ou metais. (CARTELLE, apud Gontijo, 2003, p. 49)

As características dos primeiros habitantes da região, como se pode notar, não são exatamente precisas. Contudo, é possível verificar, em primeiro lugar, que eram sociedades basicamente nômades, integradas por caçadores, que deixaram vestígios de seu modo de vida e de seu olhar em pinturas rupestres, em fogueiras pré-históricas e em outros traços incluídos na paisagem. O passar dos anos conservou, de forma peculiar, essa primeira ocupação e a transformação da região, permitindo que o olhar de “pesquisadores contemporâneos”, de certa forma, fizesse uma leitura desse momento inicial de colonização da Serra do Cipó.

Passando para o período pré-histórico mais recente, Gontijo, ao tratar das transformações na serra, afirma que “pesquisas arqueológicas começaram a apontar uma transição da economia de caça e coleta para a agricultura” (Gontijo, 2003). Essa transição econômica é reafirmada em pesquisas realizadas por Prous, que identificaram “a ocorrência de milho numa fogueira de mais de 3000 anos” (Prous, apud Gontijo 2003, p. 53). Porém, ele não considera que o início da agricultura tivesse mudado imediata e profundamente a economia e o *modus vivendi* dos últimos caçadores-coletores. Já com relação às pinturas rupestres,

(...) a tradição planalto desaparece, enquanto a figura humana passa a desempenhar o papel principal (...) e grupos de homens e mulheres com sexo muito marcado formam verdadeiras cenas que parecem relacionadas a rituais de reprodução (...) essas manifestações traduzem provavelmente uma influência da chamada Tradição Nordeste, originária das caatingas do Piauí e do rio Grande do Norte. (PROUS, 2000, apud Gontijo, 2003, p. 53)

Essas mudanças nos levam a pensar e a imaginar o processo de transformação não apenas da organização social dos primeiros habitantes, mas também das mudanças paisagísticas que esse novo modo de vida trouxe à Serra do Cipó. Levando a imaginação para longe, podemos pensar que, no período nômade, tínhamos poucos vestígios claros de ocupação territorial, ficando a presença humana desenhada em lapas que registram caçadas e a presença de animais de outras regiões. A partir do momento em que os nômades passam a se “sedentarizar”, os vestígios/olhar se modificam, deixando rastros de fogueiras, desenhos que retratam a vida cotidiana e outras peculiaridades que uma sociedade em transformação começa a revelar. Apesar dessa gradativa mudança, as sociedades pré-históricas mantinham a caça como elemento fundamental de sobrevivência.

As proteínas ainda tinham de ser obtidas de fontes animais porque a mandioca carece delas e mesmo o milho fornece apenas algumas. Os agricultores itinerantes não podiam substituir caça selvagem por animais domésticos porque seus campos não eram adequados a fornecer forragem para animais maiores e porque não dispunham de meios de engaiolar e proteger animais ou aves menores. Por outro lado, as faixas plantadas, como qualquer área queimada, atraíam caça e assim serviam a dois objetivos. (DEAN, 1996, p. 46)

As pistas da ocupação humana pré-histórica na região da Serra do Cipó, segundo Prous, “foram quase completamente destruídas por mais de dois séculos de ocupação urbana, de garimpagem e de agricultura intensiva” (Prous, 2000, p. 321). Esse processo acabou por “varrer” um período de aproximadamente dois milênios, segundo

o autor, uma vez que os vestígios arqueológicos ocorreram principalmente nas margens das lagoas e dos rios, devido à proximidade de solos férteis. Esse olhar de Prous demonstra a continuidade de ocupação e transformação da região, que, após períodos menos intensivos no que tange ao uso da terra, vivenciou “bruscas transformações” paisagísticas e sociais.

Enquanto a costa brasileira começava a ser ocupada por europeus, e estes davam início a um processo inexorável de devastação da mata atlântica, pouco se poderia imaginar diferente o quadro de agricultores itinerantes na região do planalto de Lagoa Santa, aos pés da Serra do Cipó. (...) especula-se que a população nativa praticamente desapareceu em um raio de 300 quilômetros das vilas litorâneas, em decorrência das entradas e saltos, da disseminação de doenças infecciosas e da fuga de sua população para as áreas mais interiorizadas. (GONTIJO, 2003, p. 54)

Esta seria talvez a primeira grande transformação de fato a ser observada na região da Serra do Cipó: a chegada dos primeiros desbravadores europeus em busca de metais preciosos. Um olhar a serviço da coroa, buscando riquezas e transformando paisagens e culturas. Pode-se afirmar que o grande marco de ocupação da porção centro-sul de Minas Gerais (onde está localizada a região em estudo) foi a descoberta de ouro em aluviões nos diversos rios que cortam a região, “especialmente daqueles rios que fluíam das porções elevadas do alinhamento quartzítico do Espinhaço Meridional” (GONTIJO, 2003, p. 56).

Por volta de 1600, os bandeirantes abriram os caminhos para as minas de ouro, situadas no interior selvagem e desconhecido. Saíam da já próspera cidade de São Paulo, chamada inicialmente de Vila de São Paulo de Piratininga, primeiro posto avançado além do litoral. A trilha subia a Serra da Mantiqueira, atravessava a região do Rio Grande e tomava rumo norte, seguindo o Rio das Velhas, em direção ao Rio São Francisco. Era chamado de Caminho Geral do Sertão. (Goulart, 2001, p. 40)

De acordo com informações obtidas em conversas informais com membros da equipe responsável pela elaboração do plano de manejo do PARNA Serra do Cipó, as primeiras “bandeiras” a desbravarem a região foram as de Fernão Dias Paes, entre 1673 e 1681, e a de Antônio Soares Ferreira, iniciada em 1701. A entrada de Fernão Dias teria passado pela porção oeste da serra, onde hoje se encontra o município de Lagoa Santa. Já Antônio Soares percorreu ambas as porções, partindo de Sabará até chegar à região do Serro.

Nesse novo processo de uso e ocupação do território, de acordo com Guimarães (1996), é possível perceber o surgimento de vários núcleos populacionais na região do

entorno da Serra do Cipó, destacando-se aí desde aqueles localizados na bacia do rio das Velhas (Macaúbas e Jequitibá) até aquelas localizadas na bacia do rio Doce (Conceição do Mato Dentro e Morro do Pilar).

A Serra do Espinhaço serviu de marco de orientação para o desbravamento e a colonização dos gerais. É a serra divisora do sertão e do mato-a-dentro, ou seja, do cerrado e da mata atlântica. A oeste, o sertão, com imensos tabuleiros dos gerais, com suas árvores retorcidas e clima mais seco. A leste, a floresta atlântica, os grandes vazios demográficos, ocupados então apenas por esparsas tribos de índios. (Goulart, 2001, p. 40)

De acordo com Santos (2001), em 1714 foram descobertas as primeiras jazidas de diamante, entre o Arraial do Tejuco (atual município de Diamantina) e a Vila do Príncipe (atual município do Serro). Essa descoberta contribuiu para o surgimento de novos caminhos de ligação entre a capital Vila Rica (atual município de Ouro Preto) e a região do Arraial do Tejuco. Sob o olhar de Santos, esse caminho “era uma via de amplitude regional, pois ligava dois centros dentro da mesma capitania. (...) Era um caminho de ligação comercial entre o maior núcleo urbano e a sede de um de seus distritos” (SANTOS, 2001, p. 101).

A descoberta do diamante na região onde hoje se encontram os municípios do Serro e de Diamantina tornou-se o caminho de ligação mais importante do estado, contribuindo para o crescimento populacional e, conseqüentemente, para um aumento significativo das transformações socioespaciais e ambientais na Serra do Cipó.

(...) já em 1731, existiam pelo menos três grandes caminhos que partiam da região do Pico do Itacolomi (Ouro Preto) em direção ao Espinhaço Meridional. O primeiro (“Caminho dos Curraes”) seguindo pela margem esquerda do rio das Velhas; o segundo (“Caminho de Dentro pelas Macaúbas”) passando pela margem direita, seguindo da região de Santa Luzia até a altura do Riacho Fundo, de onde galgava o “Serro Frio” e ia em direção a Gouveia, já nas proximidades do Tejuco; e o terceiro que partia de Villa Rica (Ouro Preto) e via Santa Bárbara e Cocais, atingia a ponta meridional do Espinhaço e seguia margeando-o na sua vertente leste por “Mato Dentro” (Itambé do Mato Dentro), “Morro Antônio Soares” (Morro do Pilar), “N. Sra. da Conceição” (Conceição do Mato Dentro) e Vila do Príncipe (Serro). Por essa época já estavam lançadas, então, as três principais rotas que passavam pela, ou próximo, à Serra do Cipó. (GONTIJO, 2003, p. 82)

Esses caminhos deram origem ao que conhecemos hoje como “Estrada Real”. As estradas reais eram fiscalizadas pela coroa portuguesa e utilizadas para escoamento das riquezas extraídas das jazidas minerais encontradas principalmente na porção central de Minas Gerais. Na região da Serra do Cipó, esse caminho era aquele que

ligava a antiga capital de Vila Rica à região dos diamantes, atrás do chamado “caminho do rio Doce”, porção leste da serra.

A Estrada Real, que saía do porto de Parati em direção às minas, foi se prolongando com as novas descobertas e, ao chegar a Diamantina, atingiu o percurso de 800 quilômetros. Foi por um período a principal via de tráfego do Brasil Colônia, sido rigorosamente controlada pelos portugueses para evitar contrabando de ouro, diamante e pedras preciosas. Por essa época, Vila Rica, com 80 mil almas, era a maior cidade das Américas, quatro vezes mais populosa que Nova York. (Goulart, 2001, p. 47)

O caminho do Mato Dentro, principal rota real utilizada para escoamento de pedras preciosas e diamante, demorou certo tempo para se estabelecer. Os índios denominados Botocudos eram aguerridos e relutavam contra a ocupação de suas terras. De acordo com Goulart, “em 1808, D. João VI chega ao Brasil e redigiu um decreto declarando guerra aos botocudos” (Goulart, 2001, p. 49).

Três décadas após já não havia mais aldeamento dos botocudos no vale do Rio Doce. Perseguidos implacavelmente, foram simplesmente exterminados, mortos à força de bacamartes, além de outras muito eficientes armas usadas, intencionalmente ou não, pelo homem branco: a varíola e o sarampo, vírus desconhecidos pelo sistema imunológico dos índios, contra os quais o tacape e as flechadas envenenadas com curare não resolviam. Os agrupamentos indígenas eram identificados à noite pelo choro dos pequenos curumins famintos, e na manhã seguinte o serviço era feito de forma exemplar, com requintes de qualidade total às avessas. (Goulart, 2001, p. 50)

Com a conquista da região do “mato-a-dentro”, a mata atlântica aos poucos foi sendo devastada e dando lugar a áreas de pastagem (atividade principal dos pequenos núcleos urbanos), assim como se explorava a madeira para transformá-la em carvão vegetal ou para ser utilizada em construções.

Nesse momento da história, podemos chegar à conclusão inicial de que, após o período pré-histórico (das sociedades nômades e posterior sedentarismo), passando pelo período dos índios até a chegada dos bandeirantes europeus, existiam três vetores de penetração de uso e ocupação da região que hoje conhecemos como Serra do Cipó. Esses vetores eram usados principalmente como pontos de passagem para a região dos diamantes e também como indutores do surgimento dos primeiros núcleos urbanos espalhados pela serra. A partir da interpretação de alguns autores, pode-se destacar a porção leste como o vetor mais importante do período bandeirantista, o principal no que tange à passagem e ao povoamento.

Essa primeira percepção e reconhecimento de ocupação da região a partir de caminhos/vetores de penetração torna-se importante para que possamos olhar e diferenciar o que vem ocorrendo na região nos dias atuais, tema que será abordado adiante.

5.2 A serra dos naturalistas – um olhar científico/exploratório

Decididos a impedir que a exuberância dos recursos e da natureza brasileira despertassem a cobiça dos demais povos europeus, por três séculos os portugueses mantiveram o Brasil completamente fechado aos olhos estrangeiros. Essa situação só começou a se modificar a partir de 1808, com a chegada da família real ao Rio de Janeiro e a abertura dos portos. A partir daí, um ávido enxame de sábios, cientistas e naturalistas desembarcou no Brasil. E houve um efeito-cascata: cada trabalho publicado na Europa atraía novas levas de estudiosos. (COSTA et al. 2004, p. 146)

Tendo como ponto de partida o momento histórico vivido pelo Brasil no início do século XIX, é fácil entender o porquê da cortina que se estendia pelo país e sua posterior abertura com a chegada da família real portuguesa. Foi um período de expansão no campo das artes e da ciência justamente pelo fato de que a colônia agora recebia a corte, com seus costumes europeus carregados de necessidades supérfluas aos olhos dos brasileiros.

Até então, o país vivia intensamente a expansão em direção ao interior – principalmente a capitania das Minas Gerais – visando à exploração das jazidas de ouro, outros minerais e pedras preciosas. A “abertura” do Brasil ao olhar estrangeiro não mudou esse foco exploratório, mas permitiu que outros olhares fossem lançados para as mais distintas regiões do país. Esses “invasores” estrangeiros eram cientistas interessados em estudar a exuberante flora e fauna do país, assim como outras peculiaridades do território.

O primeiro estrangeiro a visitar a fechadíssima região das Minas Gerais em 1807 – e a escrever minuciosamente sobre ela – foi o inglês John Mawe. Outros importantes estrangeiros, a maioria naturalistas, passaram pela região da Serra do Cipó em direção a outras regiões do estado e do interior do Brasil. Dos inúmeros viajantes, podem ser destacados o Barão Wilhelm Ludwig von Eschwege, o príncipe Maximilian von Wied, os naturalistas Johann Baptist von Spix e Carl Friedrich Phillip von Martius, o barão Georg Heinrich von Langsdorff e Augustin François Saint-Hilaire.

O inglês John Mawe fez uma longa viagem pela capitania de Minas Gerais visando a identificar oportunidades econômicas para a região das minas – um olhar, portanto, desenvolvimentista. Passando pela região onde se encontra a cidade de Morro do Pilar, atestou o início dos trabalhos que culminariam com a instalação da primeira siderurgia de minério de ferro brasileira.

Assim como Mawe, Eschwege chegou ao Brasil, em 1811, com olhares econômicos, cujo objetivo principal era o de “reanimar a decadente mineração de ouro em Minas Gerais” (Costa et al, 2004, p. 63). Visitou desde a região do rio Guanhanes até o distrito Diamantino, passando pela Serra do Cipó, então chamada de “Serra da Lappa”. De acordo com Gontijo, “no mapa da Capitania de Minas Gerais desenhado por Eschwege estão nítidos os três caminhos do Espinhaço Meridional” (GONTIJO, 2003, p. 59). O pesquisador ainda afirma que, “observando-se uma série de fazendas nas duas vertentes da Serra da Lappa (entre Jaboticatubas e Gouveia), contam-se 21 fazendas enquanto que na mesma faixa na vertente oriental contam-se 38 fazendas” (GONTIJO, 2003, p. 59). Eschwege foi cético sobre a tentativa de instalação de uma siderurgia de ferro em Morro do Pilar, cuja produção nunca foi significativa e que, depois de uma série de interrupções, encerrou-se em 1826.

O mapa desenhado por Eschwege serviu de base para a exploração e posterior complementação dos alemães Spix e Martius. Com um olhar diferente de seus antecessores, esses dois viajantes preocuparam-se com o conhecimento das diversas peculiaridades do território brasileiro, desde sua biodiversidade até suas características paisagísticas.

Em sua passagem pelo Espinhaço Meridional, em 1818, os naturalistas preocuparam-se em registrar cartograficamente os caminhos percorridos, com a máxima “fidelidade possível” (SPIX e MARTIUS, 1981, p. 50). Além do registro cartográfico, os viajantes buscaram retratar, por meio de grandes transectos, as espécies mais significativas da flora. Na região da Serra do Cipó foram registradas as Velózias Gigantes nas regiões mais altas e, na vertente leste do Espinhaço, é possível perceber, por intermédio dos relatos, que a região encontrava-se preenchida por uma extensa mata.

Spix e Martius chegaram ao Rio em 15 de julho de 1817. Depois de quatro meses de deslumbramentos e descobertas numa das mais belas cidades do mundo, partiram para São Paulo no dia 8 de dezembro, dando início à jornada que os levaria a percorrer mais de vinte mil quilômetros ao longo de três anos. De São Paulo, foram para Minas (Mariana, Sabará e Villa Rica, onde realizaram várias pesquisas geológicas), cruzaram o sudoeste da Bahia até Goiás e

daí, pelo vale do rio São Francisco, seguiram até Salvador. (BELUZZO, 1994, p.151)

Alemão de nascimento, Langsdorff era cônsul da Rússia no Brasil, onde esteve pela primeira vez em 1803. Voltou ao país em 1820, e fixou residência na cidade do Rio de Janeiro, na fazenda da Mandioca, lugar que se tornou reduto de diversas pesquisas agrícolas. Em setembro de 1825, Langsdorff partiu para sua grande expedição científica pelo interior do Brasil. De acordo com Costa et. al, “a aventura custou 350 mil rublos ao czar e estava fadada ao fracasso” (COSTA et. al. 2005, p. 93), devido às grandes dificuldades encontradas pela expedição – doenças, febres, suicídios, paixões, delírios e descaminhos. Ao longo de dois anos, o naturalista percorreu dezesseis mil quilômetros, coletando aproximadamente cem mil amostras de plantas pelo território brasileiro.

Na região da Serra do Cipó, a viagem de Langsdorff percorreu o lado oeste da serra, subindo pelo chamado “caminho dos escravos” em direção ao Distrito Diamantino. Entre seus relatos estão as características da flora do cerrado, descrita como árvores retorcidas e baixas, assim como o número de áreas queimadas para implantação de áreas de pastagens para o gado. Além disso, o relevo é alvo de destaque nos relatos do naturalista, em relação ao qual o pesquisador identifica alguns marcos na paisagem, como o Pico do Breu (na região de Santana do Riacho), além de chamar a atenção para as variações climáticas da região.

Saint-Hilaire percorreu mais de doze mil quilômetros em lombo de mula, a pé ou em frágeis pirogas indígenas, coletando plantas e “observando a transformação de florestas em descampados, índios em indigentes e negociantes desonestos em poderosos oligarcas” (COSTA et. al. 2005, p. 56). Relativamente à região da Serra do Espinhaço, o naturalista percorreu sua porção leste e atentou na transformação da paisagem. De acordo com relatos do naturalista, foi constatado que “toda a região que se estende até a Vila do Príncipe é montanhosa, e as florestas, que a cobriam outrora, deram lugar, em muitos pontos, a imensas pastagens de capim gordura” (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 130). Em um de seus relatos, entusiasmado pelas regiões mais altas da cadeia do Espinhaço, o naturalista escreveu: “atingi um vasto planalto arenoso e descoberto que termina num morro elevado. Lá jamais existiriam florestas; pequenos arbustos crescem no meio dos relvados, e a vista se expande ao longe sobre morros áridos entremeados de bosques” (SAINT-HILAIRE, 1975, p.130).

Para muitos estudiosos da história das expedições científicas ao Brasil, o maior dos viajantes a percorrer o território foi o francês

Augustin François César Prouvençal de Saint-Hilaire (1774-1853). Apesar de a obra científica de Saint-Hilaire ter sido gloriosa, não foram seus estudos sobre a flora brasileira que o transformaram no mais cultuado de todos os viajantes que estiveram no Brasil no século XIX. Observador minucioso, crítico feroz dos costumes, generoso e ferino em uma só fase, iracundo e conformado na seguinte, Saint-Hilaire traçou um retrato tão vívido, tão dinâmico, tão humano do Brasil que, passado mais de um século e meio desde sua publicação, os nove volumes nos quais ele narra sua ampla jornada pela colônia continuam sendo uma leitura apaixonante – e bastante elucidativa. (BELLUZO, 1994, p. 155)

A chegada dos naturalistas ao Brasil foi um grande ganho. Com olhares voltados para “um outro país”, além daquele das riquezas minerais, esses viajantes contribuíram para uma melhor compreensão de outros aspectos do território nacional. O olhar científico se misturou com o olhar artístico e humano que esses viajantes expõem em seus relatos. Suas viagens, sempre marcadas por histórias mirabolantes, foram capazes de identificar costumes, flora, fauna e diferenças da paisagem do país. Foram viagens marcantes também no que diz respeito à cartografia, uma vez que muitos mapas foram gerados a partir dessas grandes expedições científicas.

Para a região da Serra do Cipó, os olhares estavam sempre atentos para a impressionante “cadeia montanhosa” que se entendia pelo interior da Capitania das Minas. Os relatos passam pela observação da diferença de formações vegetais na porção leste, oeste e topo dos morros, na transformação da paisagem em função da consolidação de pequenos núcleos populacionais, entre outros relatos. É interessante observar que os viajantes optaram por fazer uso dos principais caminhos abertos até o distrito diamantino, reforçando mais uma vez a importância desses “antigos vetores de penetração” para a ocupação e o trânsito ao longo da região da Serra do Cipó e, conseqüentemente, da Serra do Espinhaço.

6. UM OLHAR PARA O PRESENTE – A SERRA E SEUS VETORES DE PENETRAÇÃO TURÍSTICA

Após um breve resgate da história de uso, ocupação e transformações da região da Serra do Cipó, é possível observar que as mudanças ocorreram lentamente, tendo sua dinâmica acelerada a partir do início das incursões bandeirantes em direção à região de Diamantina em busca de metais e pedras preciosas. A partir do contexto exposto, lançaremos agora um olhar para o século XX e início do século XXI, período que compreende grandes (re)organizações e transformações espaciais, sociais e ambientais na região.

O século XX traria ainda algumas novidades em termos de intervenções humanas na Serra do Cipó. À tranqüila vida nas fazendas da região, que Ferreira (1999) deixa transparecer em suas memórias, somaram-se eventos relacionados tanto com a abertura de estradas como com a incursão de empreendedores, alguns bem sucedidos, outros nem tanto. (GONTIJO, 2003, p. 65)

A exposição de GONTIJO é convidativa, pois fala sobre a vida tranqüila nas fazendas da região. Seu posicionamento foi pautado nas descrições de Ferreira (1999) – antigo morador da Serra do Cipó, que foi recenseador do IBGE nas décadas de 1950, 1960 e 1970 – e também em vivências *in loco*, principalmente na porção oeste da serra. Essa característica de fazendas e pequenas propriedades rurais é uma particularidade dessa porção, em que as comunidades e os povoados concentravam-se do outro lado, ou seja, na porção leste, no antigo Caminho Real.

Identificar essas diferenças é importante, pois a dinâmica de transformações está intimamente ligada à maneira com que cada porção se organizou, espacial, social e ambientalmente, ao longo dos anos.

A partir desse contexto, tentar-se-á entender porque os dois últimos séculos foram importantes na (re)definição socioespacial e ambiental da região, como o turismo e as unidades de conservação se inserem nessa dinâmica e até que ponto são fatores fundamentais nas transformações locais. Além do olhar do pesquisador e do diálogo com a organização cronológica da discussão, será importante, neste momento, lembrar o olhar de quem presenciou – e presencia – essas transformações, ou seja, dos atores das localidades visitadas ao longo do trabalho.

6.1 O vetor de penetração oeste

O vetor de penetração oeste pode ser definido como a atual estrada estadual MG-010, que liga a atual capital, Belo Horizonte, à cidade do Serro, passando por Conceição do Mato Dentro. Na região da Serra do Cipó estão compreendidos, nesse vetor, os municípios de Jaboticatubas, Santana do Riacho e Conceição do Mato Dentro.

O surgimento do município de Jaboticatubas teve origem nas sesmarias. De acordo com informações prestadas pelo plano de manejo do PARNA Serra do Cipó, no século XVIII Félix da Costa iniciou as obras de construção do mosteiro de Macaúbas e, na busca por recursos, deparou-se com terras de aparência fértil e agradável “na barra do Jaboticatubas, rio das Velhas abaixo”.

Com a instalação do mosteiro, Félix da Costa negociou parte das terras, surgindo, então, as primeiras fazendas de gado. Em 1753, foi erguida a capela dedicada à Imaculada Conceição, onde, aos poucos, foi se formando um povoado que, atualmente, é a sede urbana do município. Com o passar do tempo, o povoado passou à condição de distrito de freguesia, até que, no ano de 1938, já com o território desmembrado de Santa Luzia, conseguiu, pela Lei n.º 148, de 17 de dezembro, o *status* de município de Jaboticatubas, compreendendo os distritos da Sede, Baldim e Riacho Fundo, os dois últimos emancipados, respectivamente, em 1948 e 1962.

Sobre Santana do Riacho, tem-se que o primeiro registro de exploração da região é de 1744, quando foi concedida ao Sargento-Mor Antônio Ferreira de Aguiar e Sá, por meio de uma Carta de Sesmaria, a região denominada “Riacho Fundo” – pertencente à comarca de Serro Frio – , tornando-se, então, a fazenda Riacho Fundo.

Porém, devido às ocupações do passado, é provável que a efetiva ocupação da região tenha se iniciado antes, como era costume entre os desbravadores da época, que solicitavam a posse das terras após o fato consumado. Outros pontos próximos foram ocupados várias décadas antes, assim como ocorreu com o mais expressivo núcleo urbano surgido na região durante o século XVIII, Conceição do Mato Dentro.

Em 1759 foi construída a capela local, ao lado da qual se desenvolveu um pequeno arraial, que se tornou o distrito de Riacho Fundo, pertencendo à freguesia de Conceição do Mato Dentro, comarca do Serro Frio. Em 1836, o distrito de Riacho Fundo foi suprimido e incorporado ao território de Morro do Pilar. Após muitas reivindicações locais, em 1844, Riacho Fundo voltou a ser distrito, entretanto, não mais de Morro do Pilar, e sim de Conceição do Mato Dentro. Mais tarde, em 1911, após muitos atritos políticos, criações e revogações de inúmeras leis, o distrito de Riacho Fundo passou a pertencer ao município de Santa Luzia. Em 1938, com a criação do município de Jaboticatubas, passou a fazer parte do novo município.

Durante 203 anos, desde a construção da capela local, em 1759, o distrito do Riacho Fundo permaneceu sem identidade territorial, sem autonomia, à margem das decisões políticas dos municípios aos quais pertenceu, sofrendo as dificuldades de seu isolamento político e geográfico. Os acessos davam-se apenas por trilhas onde trafegavam somente cavalos, carroças e pessoas.

Em 1962, o distrito do Riacho Fundo emancipou-se do município de Jaboticatubas, passando a se chamar Santana do Riacho. O novo município passou a contar com duas divisões administrativas: a sede e o distrito de Cardeal Mota, porta de entrada da Serra do Cipó, originado do antigo povoado da Vacaria.

Sobre Conceição, sabe-se que, por volta de 1701, um grupo de bandeirantes liderados pelo coronel Antônio Soares Ferreira, partindo de Sabará, atingiu a região então conhecida como Iviturú ou Serro Fino. O lugar já era habitado pelos índios botocudos. Os sertanistas Gaspar Soares, Manoel Corrêa de Paiva e Gabriel Ponce de Leon partiram da Vila do Príncipe (atual Serro), seguindo rumo ao sul. Em 1702, este último, admirado com as riquezas da região, decidiu erguer uma pequena capela de pau a pique em homenagem a Nossa Senhora da Conceição, dando também origem ao nome da cidade. O ouro descoberto ao longo do ribeirão Santo Antônio e seus afluentes determinou o povoamento do município.

A primeira caravana foi formada ao longo do percurso dos arraiais de Tapera, Córregos e Conceição. Assim, imigrantes em busca de ouro chegavam constantemente e o arraial desenvolveu-se com rapidez. Após o término das lavras, a região passou a ser caracterizada por uma agricultura de subsistência e uma pecuária extensiva.

A emancipação ocorreu em 1851, denominando-se o município como Conceição do Serro. Cerca de 74 anos mais tarde, em 1925, teve seu nome alterado para Conceição e somente recebeu o nome atual em 1943. Até 1930, a cidade sofreu lento processo de desenvolvimento, tendo ligação rodoviária com Belo Horizonte por meio da antiga Estrada Real.

A cidade é caracterizada por uma arquitetura singela, representada por casarões coloniais e pequenas igrejas datadas do século XVIII. A riqueza histórica do período barroco é bem simbolizada, principalmente pelos traços deixados nas pinturas em ouro que são atribuídas a mestres barrocos, em especial nas igrejas do Rosário e de Bom Jesus de Matozinhos.

Entre as principais manifestações culturais destacam-se a festa de Nossa Senhora do Rosário e o jubileu do Bom Jesus de Matozinhos. O jubileu é um dos festejos mais tradicionais da região, com cerca de 170 anos de existência, sempre atraindo

peregrinos vindos dos diversos municípios mineiros, principalmente da região da Serra do Cipó.

Esse pequeno resgate da história de formação dos municípios que compõem o vetor oeste (ocidental) é importante para a compreensão da dinâmica de ocupação e transformação deste ao longo do século XX e início do século XXI. Como mencionado anteriormente, tratava-se de um caminho secundário para se alcançar a região das minas em Diamantina, assim como era secundário para os naturalistas que viajavam pela região em direção ao interior do país.

Excluindo Conceição do Mato Dentro, as atuais sedes municipais sempre estiveram, de certa forma, à parte do contexto transformador da região. Foram os distritos, povoados e fazendas que acompanharam, ao longo dos anos, a mudança de suas características de forma acelerada e contínua, por se encontrarem no eixo de influência do vetor de penetração pelo oeste, o que é facilmente perceptível em relação aos distritos de São José do Almeida (Jaboticatubas) e Cardeal Mota (Santana do Riacho).

Essas transformações estavam diretamente relacionadas “à mudança do eixo político e administrativo do estado, que com o advento da república, encontrou-se diante de um impasse” (GONTIJO, 2003). Ouro Preto já não supria mais as necessidades desenvolvimentistas do novo tempo, nem as demandas políticas de então. Assim, uma nova capital começava a se erguer no antigo Curral d’El Rey, aos pés da Serra do Curral, no vale do ribeirão Arrudas.

Belo Horizonte foi inaugurada em 1897 e passaria um bom tempo por se firmar politicamente e, mais ainda, economicamente. Nos estudos que antecederam a escolha do sítio da nova capital⁸ constava uma rede viária então existente e daquela planejada de acordo com o “Plano Geral da Viação Mineira”. Este plano previa a construção de um grande tronco ferroviário no eixo leste-oeste, a “Estrada de Ferro do Araxá ao Peçanha”, à qual teria um trecho que seguiria ao longo de toda a margem esquerda do rio Cipó (Barreto, 1995:390). O traçado sugere a transposição da escarpa da Serra do Cipó na altura da antiga trilha dos escravos, ou seja, na região da Vacaria (Cardeal Mota). (GONTIJO, 2003, p. 66)

⁸ A cidade de Paraúna, na barra do rio Cipó, foi uma das cinco estudadas para sediar a nova capital. A topografia e a distância com relação ao centro econômico do estado foram os fatos que determinaram a sua não escolha. Curiosamente, até Almeida foi aventada por um deputado para sediar a capital (Barreto, 1995).

Boa parte desse planejamento da malha viária citado por Gontijo não se concretizou, mas, com o deslocamento do centro político e administrativo para o então Curral d'El Rey – Belo Horizonte, o vale do rio das Velhas ganhou uma importância significativa no contexto de desenvolvimento do estado.

Esse fato contribuiu também para uma mudança significativa no conjunto do Espinhaço Meridional, pois, antes da mudança da capital, atingia-se Conceição do Mato Dentro, Serro e Diamantina (importantes municípios de então) pela porção leste (oriental) da Serra do Cipó, via Mariana, Santa Bárbara, Cocais e Ipoema, ou seja, pelo antigo Caminho Real. Com o olhar sobre a nova capital e a busca de se viabilizar novas redes viárias de ligação entre Belo Horizonte e o norte do estado, o deslocamento até Caeté, para depois alcançar Ipoema e tomar a antiga Estrada Real, tornou-se inviável, fortalecendo a dinamização da abertura de uma nova via na porção ocidental da serra.

O rio das Velhas oferecia através de seu antigo caminho “Caminho dos Curraes”, uma alternativa de alcance ao norte de Minas pela vertente ocidental da Serra do Espinhaço Meridional. Por esse caminho também se planejou um ramal ferroviário que não se concretizou. Conceição do Mato Dentro, por sua vez, acabaria isolada na nova capital em função do esculpamento da Serra do Cipó. Só com a construção da MG 10, no início do século XX, a cidade ganharia um atalho com relação a nova capital. Este atalho passava por Almeida e daí divergia para a Vacaria em função de uma topografia mais favorável e já se conhecia a “trilha dos escravos” para Morro do Pilar. Galgava-se, então, uma “estrada de rodagem”, a Serra do Cipó, e esta chegaria até Conceição, cortando mais de 100 km de caminho se seguisse até Ipoema. (GONTIJO, 2003, p. 66)

Reiterando esse caráter de isolamento da região da Serra do Cipó até o início do século XX, CARDOSO afirma que “foi em 1922, com a posse do novo governo do Estado que se iniciaram obras de melhoria da estrada que dava acesso a Vespasiano” (CARDOSO, 2008, p. 52). Posteriormente, foi aprovada também a construção de uma estrada que desse acesso à Serra do Cipó, por haver apenas uma trilha para cavalos, bois e caminhantes.

No trecho de São José dos Almeidas até o sopé a linha fora lançada sem cuidadoso estudo prévio do traçado, em tangentes quase justapostas sem atender às curvas de nível do terreno já bem acidentado, nem as possibilidades de vencer a Serra do Cipó que se levanta abruptamente na direção da estrada. (CARVALHO, 1958, p. 102)

A questão do traçado para Conceição do Mato Dentro não ficou resolvida com a bifurcação da linha na “garganta” do Alto Palácio (caminho atual para Morro do Pilar).

Dali, a linha atingiria um vasto planalto da serra, por onde se poderia desenvolver, com relativa facilidade, até encontrar a vertente oposta, cuja descida, viável por vários pontos, ainda oferecia bastante dificuldade; todavia, alongaria a estrada para Conceição. Segundo CARDOSO, “o plano geral de execução da obra só foi aprovado em 1924, com seu traçado seguindo as diretrizes do plano rodoviário do estado” (CARDOSO, 2008, p. 52).

A estrada que vinha sendo aberta até então tentava ser o mais leve possível em seu traçado. De acordo com CARVALHO, “para evitar cortes e aterros, faziam-se curvas em meia encosta, o que tornou o traçado de certo modo defeituoso, demasiadamente sinuoso e longo” (CARVALHO, 1958, p. 119). Ainda segundo o autor, para a conclusão da obra, “o serviço foi atacado por administração direta até o Alto Palácio e, daí em diante, por empreitada, até Conceição” (CARVALHO, 1958, p. 119).

Anos mais tarde, o governo de Milton Santos analisou o plano rodoviário do estado e, a partir da estrada tronco Belo Horizonte – Diamantina, investiu nas obras de Conceição ao Serro. Dando continuidade ao projeto iniciado por Milton Santos, “o governo Juscelino terminou, em 1952, o trecho da estrada Belo Horizonte – Serra do Cipó – Conceição do Mato Dentro – Diamantina. Estava finalizado o processo de ligação do novo centro político e administrativo do estado à região, que, nos séculos XVIII e XIX, foi uma das mais importantes no contexto socioeconômico de Minas Gerais e também do Brasil.

Toda essa dinâmica de (re)planejamento do eixo viário e ocupação do território começou a mudar, lenta e continuamente, o cotidiano daqueles que moravam ao longo da estrada entre Vespasiano, Cardeal Mota (Serra do Cipó) e Conceição do Mato Dentro. Em uma das conversas com Maria Fabíola, moradora da fazenda Cipó Velho, no distrito da Serra do Cipó, é possível perceber que a região ainda vivia ares de isolamento, com pequenas chácaras que ocupavam o território, não se configurando como povoado, mas sim como um grande arraial. O olhar de Maria Fabíola sobre a serra pode ser assim delineado:

Como era a serra antigamente?⁹

A serra?

⁹ Todas as marcações em negrito e itálico correspondem às perguntas do pesquisador. As respostas estarão dispostas sempre em itálico, sendo estas as transcrições literais das conversas gravadas com os atores locais.

É, a região aqui da Serra do Cipó, Cardeal Mota, até ali na Vacaria, no Alto Palácio... Como era isso aqui antigamente?

Eu posso dizer a você, só de 1930, não... 1937 pra cá...

Pois é, tá ótimo...

Porque pra lá não tinha nada, eu nasci em 1930... Mas antigamente a gente não tinha acesso à serra igual tá hoje... Hoje todo mundo vai, todo mundo conhece, de avião, de carro, de tudo quanto há... Não tinha acesso pra gente, né?! E é como eu falo, a gente que mora no lugar não conhece a terra da gente... Quer dizer, a gente não acha um tempo suficiente, às vezes o domingo que dá pra gente passear, chega uma visita pra gente, aí a gente não pode sair... Eu aproveitei muito foi quando o hotel Veraneio chegou aí, porque eu fui uma espécie de guia para os meus parentes que passavam aí, e a gente rodava... Aí eu rodei um pouco, né?! Mas não tinha acesso, eles não caminhavam a pé, era só cavalo, ou carro...

Era meio difícil caminhar por ai afora? O acesso era difícil?

*Era mata... Mata, ali onde é o IBAMA, pra cima do IBAMA, na beirada do rio, era puro mato, mato com madeira desse tamanho ó **(faz uma alusão com os braços, demonstrando que os troncos das árvores eram bem largos...)**... Foi desmatado lá por Joaquim mais o Hilton, aquela beirada de vargem grande toda... Mas ali tudo era mato...*

E tinha poucas casas ali?

*Era reserva de meu avô... Vovô plantava pra cá, onde tem aquelas casas **(refere-se às casas localizadas às margens dos rios Bocaina e Cipó)**, ali era onde ele plantava arroz e feijão de seca... Porque era úmido, então plantava lá, arroz e tinha uns meeiros plantados...*

E tinha muita casa lá embaixo (referindo à região onde atualmente está o parque), ou não?

Não, não tinha nenhuma... só tinha na beirada do córrego das pedras, aquele córrego que desce do Capão dos Palmitos... Ali tinha uns moradores, mas eles mudaram pra fora... E pra cima, no Capão dos Palmitos, morava lá um moço que olhava pro meu pai, porque meu pai tinha gado lá, plantava o milho, o feijão lá no Capão dos Palmitos... Hoje a filha dele é até empregada do doutor Oswaldo... Ele morava aqui no Soberbo, na beirada onde mora o Nelson... Você conhece? Ali que ele morava... E tinha um quintal maravilhoso, tinha uva, tinha tudo lá, muito caprichoso... Mas ele ficou meio doido...

Na fala e no olhar da moradora sobre a antiga Cardeal Mota (atualmente distrito Serra do Cipó), percebe-se que a organização e distribuição espacial eram influenciadas, principalmente, pela agricultura e pela pecuária de subsistência, com acessos restritos e pouca movimentação e circulação de pessoas na região.

Retratando também um pouco da cidade de Conceição do Mato Dentro no início do século XX, um antigo morador constata:

Conceição evoluiu muito, era uma cidadezinha de estrada de chão, tudo muito ruim, jardineira levava quase 8 horas daqui a Belo Horizonte... Às vezes era umas 6 horas, saía daqui de manhã e chegava lá de tarde... Com muita dificuldade... o centro ainda é parecido como você vê hoje... Mas cresceu muito a periferia, tem muita gente que veio pra cá, né? A roça tá ficando desfalcada porque o povo tá mudando, tá vindo pra cá... É muito diferente a vida na cidade, né? A distração da gente antigamente era ver as jardineiras na hora que chegavam de Belo Horizonte... Antigamente tinha aquelas vendinhas derrubadas, né?! Com aqueles sacos de mantimentos, usava muito sentar no balcão, pedir os mantimentos e ensacar... Tinha também queijo, rapadura, exportava banana... O pessoal levava muita banana e galinha, né?! Mas isso acabou, ainda mais agora, com a facilidade de transporte...

Com o acesso finalizado, a porção oeste da Serra do Cipó começou a atrair novos empreendedores, que buscavam diversificar a dinâmica socioeconômica e apostavam na possibilidade de geração de recursos devido ao novo acesso e às facilidades que este poderia trazer. É interessante observar que, mais uma vez, a região tornou-se alvo do interesse de empreendedores forasteiros, uma vez que, no fim do século XIX, outros já haviam tentado, sem sucesso, desenvolver na região atividades além das agropastoris.

A presença de ingleses na bacia do rio das Pedras é bem conhecida. Eles lá chegaram por volta de 1880 com direito de lavra concedido por Dom Pedro II e compraram uma extensa sesmaria. Por lá permaneceram durante quarenta anos, abrindo grandes crateras no sopé do pico da Calçada, a Mina do Gigante, onde ainda hoje podem ser vistas as ruínas de casas, muros, aquedutos e escavações. Tentaram sem sucesso desviar o rio das Pedras e dois sulcos de 300 metros de comprimentos foram cavados por escravos e ainda estão lá, secos, restando ainda uma ponte de madeira de lei, num dos poucos vaus do rio das Pedras. (GOULART, 2000, p. 78)

Devido à dificuldade de exploração, “os ingleses anunciaram a venda de suas terras num jornal de Londres em 1923. As mesmas foram compradas por um norte-americano filho de irlandeses, Jorge Davis, que se naturalizou brasileiro” (GOULART, 2000, p. 78). Esse norte-americano teve grande importância histórica no que tange à ocupação da serra, pois a terra por ele comprada deu origem à fazenda Palácio, marco de referência no planalto da serra para viajantes que faziam o percurso Belo

Horizonte – Diamantina, após a abertura da estrada. Hoje, a fazenda se encontra às margens da Rodovia MG-010, e a área total da propriedade foi desmembrada entre os familiares do antigo patriarca.

Outros ingleses, Pigot e Cumberland, tentaram, em meados do século XIX, montar uma fábrica têxtil em Cana do Reino, às margens do rio Cipó, no trecho entre a sede municipal de Santana do Riacho e o rio das Pedras. Tomando a narrativa de DIAS et. al., “a fábrica enfrentou várias dificuldades: ausência de água abundante, infertilidade do solo para a cultura do algodão, impossibilidade de se alcançar o desejado grau de pureza do algodão, carência de mão de obra hábil para os serviços, dentre outros” (DIAS et. al., 1994, p. 69). Mais um investimento que não se concretizou na região. Dessa fábrica restou apenas o topônimo “fábua”, que os moradores ainda usam para se referir ao local.

Os primeiros empreendimentos do século XX na porção oeste dizem respeito à Companhia Cedro Cachoeira. FERREIRA (1999), identificando através de relatos um antigo morador da região¹⁰, expõe o momento em que três empreendedores da companhia adentraram pelos caminhos da serra em busca da cachoeira do rio Parauninha, com o objetivo de construir uma pequena central hidrelétrica (PCH) “para geração de energia elétrica para duas fábricas têxteis da empresa (São Vicente, próxima a Baldim, e Caetanópolis, entre Sete Lagoas e Cordisburgo)” (GONTIJO, 2003, p. 67). A usina foi construída em 1927 e recebeu o nome de Usina Pacífico Mascarenhas. Atualmente a usina continua fornecendo energia para a unidade de Caetanópolis, porém a unidade de São Vicente foi desativada em meados dos anos 1990.

Outra usina hidrelétrica foi instalada próximo à sede municipal de Santana do Riacho, entre as décadas de 1940 e 1950. Trata-se da usina Coronel Américo Teixeira, que represou o rio denominado Riachinho e criou um grande lago no povoado de Lapinha:

De repente, o riacho deixou de ser dorminhoco; acordou e ficou esperto! Foi invadido por levas de gente, vinham de toda parte, trazidas pelas empreiteiras para a construção da usina hidrelétrica da cachoeira. A estes, juntaram-se outros forasteiros, todos à procura de emprego, invadiram nossa praça e as poucas ruas.

¹⁰ Carlos Augusto Santos Pinto, que escreveu o livro *Evocações e Saudade*, de data desconhecida.

*Meses depois de cessar a chegada desses comboios de caminhões com trabalhadores, ainda pingava gente avulsa, em busca de serviço.*¹¹

Outro empreendimento marcante da porção oeste é a fábrica de sabão localizada na antiga Fazenda Cipó, instalada na década de 1950, mais precisamente no ano de 1956. Sobre essa fábrica, ninguém melhor do que um antigo trabalhador e morador da região para descrevê-la:

*É, eu trabalhei, pode falar que a vida inteira, foi lá no Cipó Veio, eles fala Cipó Veio – Fazenda do João Nogueira. Tinha uma fabricazinha de sabão, né, sabão de coco de macaúba, sabão muito bão. Eu trabalhei lá uns quarenta anos mais ou menos. Vendia pra fora, pra todo canto, pra Vespasiano, Belo Horizonte, Conceição e Serro.*¹²

A par da implantação desses projetos, a partir da década de 1940 começaram a ser criados os primeiros empreendimentos turísticos na região. Será lançado, adiante, um olhar mais detalhado sobre essa fase inicial do turismo e seus desdobramentos, uma vez que esse tópico merece um olhar mais atento e cauteloso, para que possa ser feito um paralelo com os momentos atualmente vividos pela serra e seu entorno.

É interessante observar e identificar que, ao longo do vetor oeste (entre o distrito Serra do Cipó e a cidade de Conceição do Mato Dentro), todos os empreendimentos localizam-se perto do distrito de Serra do Cipó. Esse fato é relevante, pois a organização socioespacial do distrito e de outras localidades ao longo do trecho, antes da abertura da estrada de ligação Belo Horizonte – Conceição do Mato Dentro, eram, como dito anteriormente, pequenas chácaras e sedes de fazendas espalhadas e distantes umas das outras.

Com a abertura e a consolidação da estrada, o distrito de Serra do Cipó foi ganhando, aos poucos, ares de comunidade: as chácaras foram se aproximando, novos moradores surgiram e outros fatos importantes ocorreram. Por outro lado, o trecho de 60 km entre a base da Serra do Cipó e Conceição do Mato Dentro pouco se modificou no que diz respeito à organização socioespacial, conservando-se as características de

¹¹ Fala do senhor Zé Clauver, retirada da tese *A ilusão do ecoturismo na Serra do Cipó/MG: o caso de Lapinha*, de Bernardo Machado Gontijo.

¹² Fala do Senhor Zé Croá, retirada da dissertação *As interfaces socioambientais de um lugar em reconstrução: distrito Serra do Cipó*, de Christiane Vilela Cardoso.

grandes áreas de fazendas e pouca ocupação. A antiga fazenda Palácio e o restaurante/pousada Chapéu do Sol mantinham-se como referências locais e regionais, sendo este último um importante ponto de parada rodoviária para viajantes, caminhoneiros e ônibus comerciais que cruzavam a região. Apenas a partir da década de 1980, o restaurante/pousada Chapéu do Sol passou a ser utilizado como equipamento turístico.

6.1.1 O vetor oeste e o turismo

Pode-se dizer que a fazenda Cipó já foi a “primeira pousada” da porção oeste da Serra do Cipó, pois era utilizada como pouso dos antigos viajantes, tropeiros e naturalistas que por ali passavam. Mas não podemos dizer que existia um turismo se consolidando, pois os objetivos das viagens eram basicamente comerciais e científicos.

O marco importante e significativo para o desenvolvimento do turismo na região foi o surgimento do hotel Cipó Veraneio como local de hospedagem para visitantes que buscavam conhecer a região. A partir da década de 1980, o restaurante/pousada Chapéu do Sol também se revelou importante empreendimento turístico na região alta da serra.

O hotel Cipó Veraneio surgiu na primeira metade do século passado, em meados da década de 1940, e hospedava principalmente caçadores de perdizes, pescadores e casais em lua de mel que começaram a frequentar a região. Localizado às margens do rio Cipó, o hotel está em local privilegiado, reforçado pela beleza cênica do lugar.

A antiga hospedaria conhecida como Chapéu do Sol está situada no alto da antiga Serra da Vacaria, assim como a fazenda Cipó, que vai além do apelo turístico do hotel Cipó Veraneio e sempre funcionou como ponto de parada para viajantes que cruzavam a região em direção a Diamantina. Segundo o dono do Chapéu do Sol¹³:

Antigamente o Chapéu do Sol era uma parada de ônibus, tinha grande circulação, pois o fluxo que hoje é da BR-262 passava todo por aqui, mesmo sendo uma estrada de terra. Tudo vinha da região do Vale do Rio Doce. Hoje, o pessoal traz tudo de fora para levar para as regiões aqui da serra.

¹³ O restaurante e pousada Chapéu do Sol atualmente está arrendado. Segundo o dono, o Chapéu do Sol data de 1954.

Porém, com a abertura da estrada Belo Horizonte – Conceição, a hospedaria ganhou ares de empreendimento turístico, destinada a receber visitantes que queriam, também, desfrutar as belezas naturais da região.

A importância simbólica do hotel Cipó Veraneio para a região é marcante no olhar de uma antiga moradora de Cardeal Mota. Em uma das conversas, quando indagada sobre as mudanças na região, ela afirmou:

Quando é que a senhora começou a perceber que estava mudando alguma coisa na serra?

Começou com o Veraneio... O Veraneio foi o primeiro hotel que teve aqui... E lá (refere-se à Cardeal Mota) não tinha pousada nenhuma, eu não sei, foi depois de 1900, eu não sei, quem guarda data é Antônia mesmo... (refere-se à irmã). Cardeal Mota começou a desenvolver foi depois que fez a igreja... Diz que quando faz uma igreja no lugar, de repente acontece isso, né?!

Entre a inauguração do hotel Cipó Veraneio e o início da década de 1980, a região aos poucos foi se tornando mais conhecida e, gradativamente, passou a ser procurada por novos viajantes e visitantes. Existe uma lacuna de informações sobre como o turismo local se desenrolou entre as décadas de 1940 a 1980. Muitos pesquisadores e inúmeras bibliografias sobre a região apontam uma atividade turística efetiva a partir de meados da década de 1980, principalmente ao final, com o asfaltamento da Rodovia MG-010 entre o trecho de Lagoa Santa (a partir da ponte sobre o rio das Velhas) e o distrito da Serra do Cipó, antiga Cardeal Mota.

Porém, para evitar análises repetitivas e tornar possível um olhar sobre o turismo apenas a partir da inauguração do Veraneio, tendo a década de 1980 como novo marco, buscou-se informações com o atual chefe do PARNA Serra do Cipó, antigo morador da região, que pôde auxiliar nesse olhar sobre o turismo em um “período esquecido” das bibliografias em geral.

Para começar, como você via a região aqui da Serra do Cipó (Cardeal Mota) antigamente? Desde que você era pequeno, ao longo dos anos, como você enxergava essa região em termos de organização de pessoas, turismo, meio ambiente, essas coisas assim...

A Serra do Cipó na minha época de menino, vamo dizer assim aí, né?! Tinha uma pressão já muito grande, principalmente de ônibus especiais que vinham para

aproveitar as belezas do rio Cipó. Todo período de verão, período de calor, você tinha quarenta, cinquenta ônibus especiais, era estrada de chão, quarenta, cinquenta ônibus especiais, que o pessoal parava ali perto da ponte do rio Cipó e entrava pro rio, tanto pra cima, quanto pra baixo.

Você lembra que época mais ou menos era isso? Isso era 1968, 1969, 1970. Em 1976, foi criado o Parque, estadual. Com a criação do parque estadual, começou a ter mais direcionamento para questão de proteção da serra, a população começou a ter conhecimento disso, mas a pressão de tanta gente que já vinha foi incentivando de criar um núcleo, começar a ter loteamento, o pessoal tava vendo que a procura era muito grande... Começaram a ter os parcelamentos... Naquela época a gente tinha na beira da estrada quatro ou cinco casas, só...

Pela fala do gestor, cai um mito que sempre perdurou na imaginação, na fala e nos escritos sobre o tipo de turismo que acontecia na serra antes da década de 1980. Devido às dificuldades de acesso, mesmo com a estrada aberta encontrando-se em condições precárias, pensava-se que, antes de 1980, o turismo era uma atividade incipiente, sendo caracterizada principalmente por pessoas interessadas em grandes caminhadas, cachoeiras de difícil acesso, escaladas e outras atividades que exigiam um certo desprendimento de conforto por parte dos viajantes. Realmente existiam grupos com essas características, mas não estavam sozinhos, pois já eram acompanhados de perto pelos chamados “turistas de massa”.

Ainda segundo o gestor, os chamados “mochileiros” usufruíram sozinhos da região da antiga Cardeal Mota na década de 1950. Na década seguinte, eles começaram a desbravar outros lugares, rumo principalmente a Conceição, pois Cardeal já começava a receber ônibus de turismo. Assim, é possível concluir que a região conhecida como Alto Palácio começou a receber visitantes ao final da década de 1950, época que coincide com a ampliação do Chapéu do Sol como pousada, além de servir de ponto de parada de mais linhas de ônibus.

Apesar dessas constatações, é inegável reconhecer que a década de 1980 foi de grande importância no que diz respeito ao aumento do fluxo turístico e às transformações socioambientais da porção oeste. Nessa década, em 1984, o PARNA foi transferido da esfera estadual para a federal, passando a ser então gerido pelo IBAMA (atualmente, pelo ICMBio).

Porém, o fato de maior relevância nessa década, sem dúvida, foi o asfaltamento do trecho da Rodovia MG-010 entre Lagoa Santa e a Serra do Cipó (antiga Cardeal Mota), que tornou a região e muitos de seus atrativos mais acessíveis a um público maior. Nessa época também começaram alguns dos principais problemas do vetor oeste, principalmente no que se refere aos parcelamentos do solo e às modificações na estrutura espacial do distrito.

Ahhh, o principal problema aqui sempre foi parcelamento de solo, a mesma coisa, o mesmo parcelamento irregular...

Você acha que esse parcelamento está atrelado a que? A alguma atividade econômica específica?

*É a atividade econômica, porque se você imaginar os tipos de terreno que a gente tem, o solo que tem, ele não se presta para agricultura, só para agricultura de subsistência, então é a fazenda, aquele sítio, aquelas pessoas que moram ali há anos, tem um pouquinho de arroz, um pouquinho de milho, tem uma vaquinha, tem um leite... É subsistência... Só que na hora que vem a pressão, que vê que a cidade tá crescendo, o pessoal tá procurando o campo para descansar, não aguenta mais a cidade, a cidade tá crescendo demais mesmo... Então, na hora que ele chega, tá com dinheiro, ah, me vende um pedacinho, dois hectares, cinco hectares, aí começa a ter esse fracionamento todo... Só que alguns locais que são vendidos, por exemplo, em áreas rurais, dois hectares, compra cinco, seis pessoas, se cotizam para adquirir esse terreno pra lá dentro fazer cinco, seis, sete casas... Mas tão perto de uma igreja, de um pequeno núcleo, e esse núcleo começa a crescer, começa a ter restaurante... É o caso de São José da Serra (**povoado localizado a 23 km do distrito da Serra do Cipó**)... Começa a aparecer um supermercado, um mercadinho, né?! Já começa a Opa! Vou virar um supermercado, porque senão o outro vem, né?! Aí aparece a pizzaria, aparece o restaurante, o franguinho da roça, o ovo da roça, né?!*

Você acha que o turismo contribui para essas coisas? *Ah, contribui com certeza... Lógico que a gente precisa do turismo, o caminho é esse, né?! Pra região, pro entorno do parque, é o turismo... Aqui não cabe indústria, grandes indústrias, e o turismo, organizado, né?! Ele é possível, ele é necessário... Não da maneira como estão fazendo... Só especulação...*¹⁴

Na década de 1990, o processo de ocupação acelerou-se. Com o rápido parcelamento do solo e todos os impactos decorrentes, as preocupações com a preservação do patrimônio ambiental se intensificaram, “resultando em constante confronto entre alguns empreendedores imediatistas e aqueles com características conservacionistas”

¹⁴ Conversa com o gestor do PARNA Serra do Cipó.

(MOURA, 2000, p. 87). Visando a amenizar as consequências do aumento do número de pessoas que buscavam a região não apenas para visitar, mas também para morar, foi criada a APA Morro da Pedreira, que tinha como um dos objetivos o controle da pressão decorrente da especulação imobiliária e do turismo, o qual estava se consolidando de maneira desordenada em razão da descoberta do grande potencial da região, bem como de seu elevado número de atrativos (principalmente cachoeiras e rios) destinados à recreação.

Mas o que a senhora percebe de mudança, o que a senhora acha que mudou em Cardeal Mota ao longo dos anos, o que vem acontecendo...

Eu achei que mudou muito, porque hoje, lá, tem mais gente de fora do que gente do lugar... O povo do lugar foi vendendo e saindo, agora eles têm vontade de voltar, mas não têm onde morar... Eu acho que cresceu muito desordenado, sem um plano... Você vê, teve aquele Teobaldo, loteou lá e vendeu os pedacinhos de terra... Tem lugar que é uns becos, não tem estrutura suficiente... Cada vez que eu vou lá, fico espantada de ver, porque lá tem de tudo, só tá faltando um banco, mas eu acho que agora vem pra cá também...

O que a senhora acha que contribui pra mudança lá em Cardeal Mota, o que tem contribuído para as mudanças lá em Cardeal?

O turismo mudou muito a rotina do povo, mudou demais... Primeiro porque tem gente nova pra cá, tem vez que vem gente boa, tem vez que vem gente má... O turismo modificou muito a vida do povo... Tinha a venda ali e a venda do Zeca... Não tinha esse tanto de restaurantes, essa banda que vem tocar aí, não tinha nada disso, nada, nada, nada... Aquilo tudo lá era mato, aquele lado direito lá era tudo mato... Mato até lá em cima..."¹⁵

A partir do conhecimento das belas paisagens da região, em 1990 começou também a operação turística de maneira informal. A comercialização de pacotes turísticos na região teve início com a operadora Tropa Serrana, especializada em passeios a cavalo. Na época, a atividade era motivada pelo prazer de se reunir um grupo de amigos e familiares nos finais de semana para apreciar as belezas naturais do entorno. Junto com a Tropa Serrana, aos poucos vieram outras operadoras e, em 1999, instalou-se o primeiro receptivo local da Serra do Cipó, a Cipoeiro Expedições.

Com o aumento do fluxo turístico na região, motivado principalmente pelas belezas naturais (cachoeiras, serras, flora, fauna, entre outros) e também pela melhoria do

¹⁵ Conversa com moradora de Cardeal Mota.

acesso, pode-se observar um aumento na procura por atividades ligadas ao turismo de natureza, mais especificamente o turismo de aventura e o ecoturismo. A partir dessa constatação, a região da Serra do Cipó foi inserida no Programa de Qualificação e Certificação do Turismo de Aventura – Programa Aventura Segura, uma iniciativa do Ministério do Turismo em parceria com o SEBRAE Nacional, projeto executado por intermédio de um convênio com a Associação Brasileira das Empresas de Turismo de Aventura e Ecoturismo (ABETA, 2006). O principal objetivo do programa é “melhorar a qualidade, a segurança e a competitividade dos profissionais e empresas do segmento de turismo de aventura no país através de ações de qualificação, certificação e disseminação de conhecimento” (Mtur e ABETA 2006).

A partir desse programa, a ABETA elaborou um documento contendo informações sobre a situação do turismo de aventura em quatro municípios: Conceição do Mato Dentro, Morro do Pilar, Jaboticatubas e Santana do Riacho. Foram contemplados apenas esses municípios, pois, até então, eram os únicos que apresentavam empresas credenciadas junto à EMBRATUR e que operavam atividades ligadas ao turismo de aventura. Além disso, os quatro municípios são os principais receptores de turistas na região, com destaque para Santana do Riacho.

É importante observar que, dos quatro municípios contemplados pelo programa, dois deles estão situados na porção oeste (Santana do Riacho e Jaboticatubas), um na porção leste (Morro do Pilar) e o remanescente (Conceição do Mato Dentro) é o ponto de interseção entre os dois vetores de penetração considerados nesta pesquisa.

Ao longo do caminho, é possível perceber que a atividade turística já é uma realidade consolidada na região da Serra do Cipó, principalmente no distrito com nome homônimo, e que a situação atual é consequência do processo de ocupação da região, que teve momentos marcantes ao longo dos anos.

A partir desse cenário, pode-se observar e salientar que a porção oeste da Serra do Cipó vive, neste começo do século XXI, a consolidação de um processo iniciado lentamente no início do século XX, de transição/transformação. A maneira como o turismo se consolidou nessa porção é reflexo dos momentos históricos pelos quais o estado se propôs – e se propõe – a desenvolver tal processo, o que, conseqüentemente, influencia na região.

Por que falar sobre isso e, ao mesmo tempo afirmar que o desenvolvimento turístico nessa porção teve início no princípio do século, e não a partir da década de 1980? Ora, a partir dessa construção de acontecimentos temporais, no meu olhar, não se pode atribuir ao turismo o *status* de “fator principal” no que tange às transformações do vetor de penetração oeste. O turismo é reflexo de outros acontecimentos decorrentes de políticas públicas e privadas, que delinearão diferentes cenários na região. Essa discussão será retomada mais adiante, após a finalização de alguns pontos sobre esse vetor.

6.1.2 Um olhar frio sobre o vetor oeste

A partir de todo o resgate histórico-geográfico realizado ao longo do texto, neste momento serão utilizados dados censitários do IBGE – de 1970 a 2000 – para visualização, em números, das atividades econômicas desenvolvidas nos municípios de Jaboticatubas, Santana do Riacho e Conceição do Mato Dentro. Esses dados têm como função auxiliar na descrição já feita, agora sob outro olhar.

Os dados referentes aos setores econômicos relativos aos censos citados anteriormente foram tabulados para cada município dos vetores oeste e leste (tabelas em anexo) e permitem que uma análise geral seja feita, como será descrito a seguir.

Em relação a Jaboticatubas e de acordo com os dados censitários, até a década de 1990 as principais atividades econômicas do município estavam ligadas ao setor de agropecuária e da produção extensiva vegetal e animal, à indústria de transformação e construção civil e comércio e a atividades auxiliares. O setor administrativo, ao longo dos anos, foi ganhando certo destaque em todos os setores da economia do município.

É interessante observar que, a partir do censo de 2000, o setor de agropecuária e da produção extensiva vegetal e animal perdeu grande importância na economia do município, tornando-se as indústrias de transformação e construção civil o principal grupo de ocupação em quase todos os setores da economia. E que o setor de prestação de serviços passou a ser um dos principais elementos da economia local.

Sendo o turismo uma atividade ligada principalmente ao setor de prestação de serviços, é importante pontuar e observar esse crescimento do setor exatamente no

período em que o turismo se consolidou nessa porção da Serra do Cipó e no município de Jaboticatubas.

Para demonstrar melhor esse crescimento, foram separados os dados referentes à prestação de serviços e ao comércio, para que possam ser observadas as curvas de crescimento desses setores, ligados também ao turismo.

JABOTICATUBAS 1970 -2000	
Setor de Atividade	Grupo de Ocupação
	Prestação de Serviços
Prestação de Serviços 1970	132
Prestação de Serviços 1980	250
Prestação de Serviços 1990	584
Prestação de Serviços 2000	1086

Tabela 2 . Tabela referente à evolução do setor de prestação de serviços entre as décadas de 1970 – 2000/município de Jaboticatubas



Gráfico 1. Representação gráfica do crescimento do setor de prestação de serviços entre as décadas de 1970 – 2000/município de Jaboticatubas

Assim como o município de Jaboticatubas, a principal atividade econômica do município de Santana do Riacho, até a década de 1990, esteve ligada às atividades de agropecuária e de produção extensiva vegetal e animal. Mesmo que em menor escala, esse setor era o responsável pela economia municipal. Por intermédio das tabelas, é possível perceber um aumento do número de pessoas que trabalham na indústria de transformação e construção civil a partir da década de 2000. Além disso, o setor de prestação de serviços também cresceu na última década.

Como mencionado anteriormente, o município de Santana do Riacho é o principal destino do circuito turístico da Serra do Cipó. O antigo distrito de Cardeal Mota abarca os principais atrativos e a infraestrutura de apoio ao turismo, sendo possível observar, de fato, um aumento do número de pessoas que trabalham no setor de construção civil (construção de pousadas, novas casas, etc) e na prestação de serviços, principalmente ligados ao turismo. Esses dados reforçam o que já vem sendo discutido ao longo do trabalho, na medida em que o município viu o fluxo de pessoas aumentar após o asfaltamento da MG-010, uma vez que, até o fim da década de 1990, o trecho asfaltado terminava exatamente no distrito Serra do Cipó. Com a consolidação desse vetor, a atividade turística se dinamizou nessa porção, distribuindo o fluxo também para outras destinações e povoados de Santana do Riacho, caso do povoado de Lapinha de Santana. A tabela e o gráfico que se seguem demonstram a consolidação do setor de prestação de serviços em Santana do Riacho na década de 2000.

SANTANA DO RIACHO 1970 -2000	
Setor de Atividade	Grupo de Ocupação
	Prestação de Serviços
Prestação de Serviços 1970	16
Prestação de Serviços 1980	32
Prestação de Serviços 1990	55
Prestação de Serviços 2000	178

Tabela 3. Tabela referente à evolução do setor de prestação de serviços entre as décadas de 1970 – 2000/município de Santana do Riacho

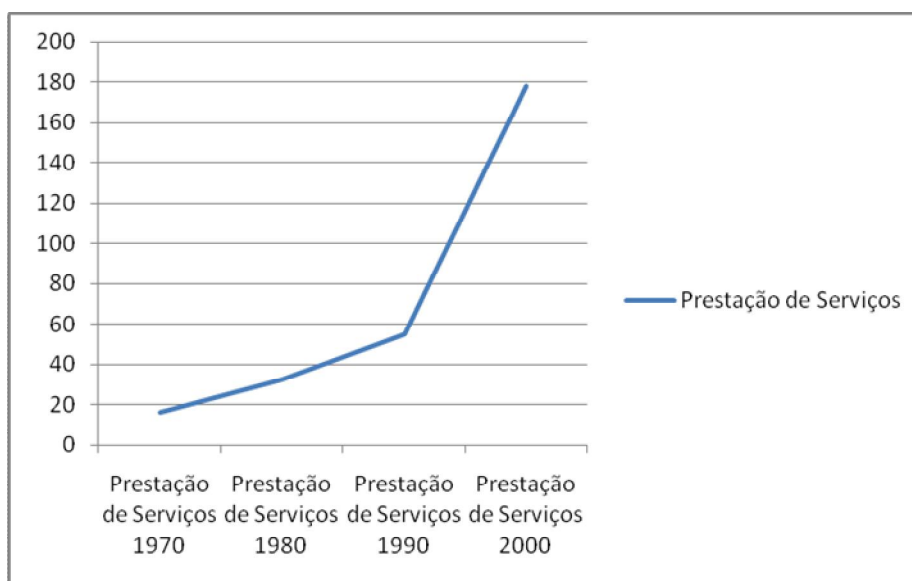


Gráfico 2. Representação gráfica do crescimento do setor de prestação de serviços entre as décadas de 1970 – 2000/município de Santana do Riacho

O município de Conceição do Mato Dentro, como já demonstrado, tem importância histórica significativa devido ao fato de ter sido uma das principais rotas de escoamento das riquezas minerais advindas de Diamantina em direção ao Rio de Janeiro. De acordo com os dados do IBGE, é um município de atividades econômicas diversificadas, que tem na agropecuária, nas atividades de extração vegetal e pesca, na indústria de transformação e construção civil e nas atividades administrativas sua base econômica.

Percebe-se que, devido a essa diversificação, o setor de prestação de serviços sempre foi uma atividade significativa, que serve de auxílio às matrizes econômicas municipais. É possível constatar, também, que as atividades do setor agropecuário vêm perdendo espaço ao longo dos anos e que os setores da indústria de transformação e construção civil e de atividades administrativas vêm ganhando espaço e significância maior no município.

Conceição do Mato Dentro vive hoje uma grande expectativa em relação ao setor minerário, uma vez que a Companhia Anglo Ferrous do Brazil está instalada na região e iniciará, em breve, o processo de mineração de áreas ricas em ferro. É importante frisar que esse fato contribuirá para uma (re)organização profunda das dinâmicas socioespaciais e ambientais do município. A tabela e o gráfico que se seguem demonstram o crescimento da prestação de serviços.

Conceição do Mato Dentro 1970 -2000	
Setor de Atividade	Grupo de Ocupação
	Prestação de Serviços
Prestação de Serviços 1970	592
Prestação de Serviços 1980	454
Prestação de Serviços 1990	542
Prestação de Serviços 2000	613

Tabela 4. Tabela referente à evolução do setor de prestação de serviços entre as décadas de 1970 – 2000/município de Conceição do Mato Dentro

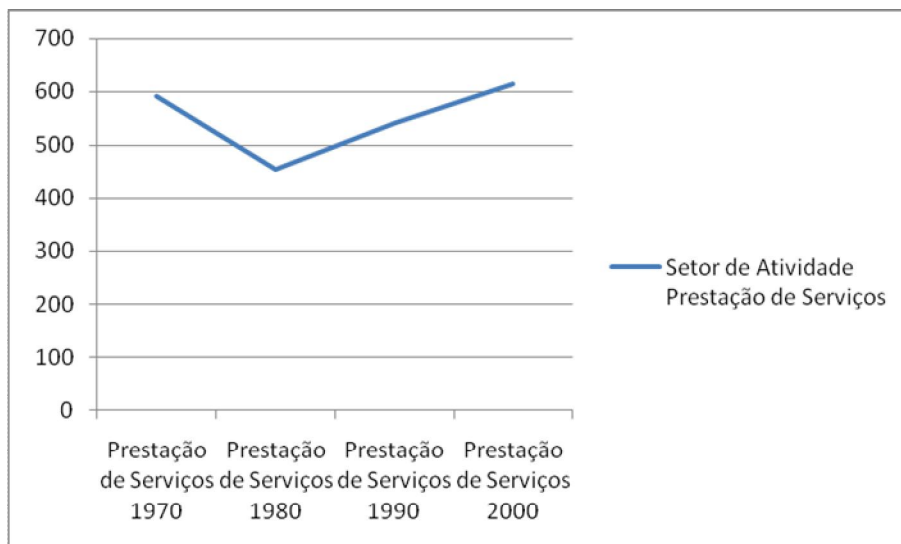


Gráfico 3. Representação gráfica do crescimento do setor de prestação de serviços entre as décadas de 1970 – 2000/município de Santana do Riacho

Como citado na metodologia, a utilização dos dados censitários auxilia no que tange à identificação das características socioeconômicas de cada município. São dados concretos, que refletem as realidades locais e ajudam também no planejamento e na gestão municipal. Para a pesquisa, esses dados contribuem para a compreensão da dinâmica de transformações socioambientais na região da Serra do Cipó, uma vez que, por meio das informações dispostas, é possível perceber a mudança da matriz econômica dos municípios em análise, ao longo dos anos.

No que diz respeito a esta pesquisa, é importante observar que o setor de prestação de serviços cresceu exponencialmente desde a década de 1970, consolidando-se a partir do início deste século. Esse setor complementa outros setores da matriz econômica, sendo um deles o turismo. Como já relatamos ao longo do trabalho, a consolidação do turismo nessa porção se deu na década de 1990, contribuindo também para o crescimento da prestação de serviços destinada a suprir as necessidades dos novos visitantes da região. Porém, é importante deixar claro que é preciso entender melhor o comportamento do setor com relação a outras atividades econômicas, pois seria precipitado concluir que o crescimento da prestação de serviços está atrelado apenas ao crescimento do turismo. A figura 13 é uma consolidação dos dados referentes à prestação de serviços nos três municípios do vetor oeste. Sendo assim, tais dados norteiam o início de uma nova discussão, mas não deixam de explicitar que o turismo tem seu papel nessa dinâmica para o vetor oeste.

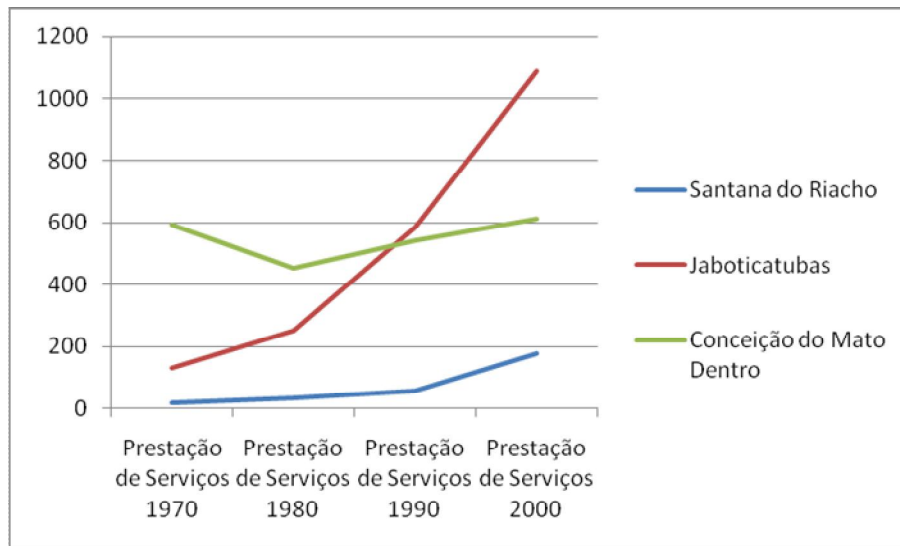


Gráfico 4. Representação gráfica do crescimento do setor de prestação de serviços entre as décadas de 1970 – 2000/consolidação dos dados do vetor oeste

6.2 O vetor de penetração leste

O vetor de penetração leste pode ser definido como o antigo Caminho Real, que ligava a antiga capital do estado, Vila Rica, a Diamantina, passando por Conceição do Mato Dentro. Nesse vetor estão compreendidos, na região da Serra do Cipó, os municípios de Itabira, Itambé do Mato Dentro e Morro do Pilar. Nesse vetor, será lançado um olhar mais atento para o distrito de Ipoema e o povoado de Serra dos Alves, pertencentes a Itabira, assim como o povoado de Santana do Rio Preto, popularmente conhecido como Cabeça de Boi, pertencente a Itambé do Mato Dentro.

Os primeiros registros da existência do povoado de Itabira datam do início do século XVIII. Segundo historiadores, em 1705, desbravadores descobriram ouro de aluvião na região e ali construíram uma pequena capela. O ano oficial de fundação do povoado é 1720, com a chegada dos irmãos Farias de Albernaz, em expedição vinda de Itambé. O ouro, no entanto, era escasso e o povoado pouco progrediu no século XVIII, quando vigorava uma proibição da coroa portuguesa do uso do minério de ferro, cujo aproveitamento era restrito à confecção de instrumentos de uso doméstico. Somente no final do século XVIII, o ouro agregado ao ferro dos picos da Serra da Conceição, em Itabira, veio a ser explorado por pequenas companhias mineradoras, que usavam mão de obra escrava. Esse segundo ciclo do ouro estendeu-se até meados do século XIX.

Com a vinda da família real para o Brasil, em 1808, interrompeu-se a proibição da exploração do ferro, o que trouxe, de imediato, tempos de maior prosperidade ao povoado, fase descrita por Sait-Hilaire como de “notável esplendor” em comparação com o ar de decadência que ele e outros naturalistas sempre observavam nos arredores das áreas de exploração de ouro. De acordo com informações obtidas no plano de manejo do PARNA Serra do Cipó, em 1817 a cidade contava com treze forjas e uma fábrica de espingardas. Em 1825, Itabira é elevada à categoria de freguesia. Sete anos mais tarde se transforma em vila e, em 1848, é levada à condição de cidade, desligando-se definitivamente de Caeté, à qual até então respondia administrativamente. Passou a contar com três distritos: Senhora do Carmo, Ipoema e São José da Lagoa.

Na segunda metade do século XIX, Itabira passou a viver um período de economia voltada para seu próprio mercado. Havia produção agrícola, e as ferramentas eram produzidas na própria cidade. De acordo com SANTOS, “havia duas fábricas têxteis que utilizavam o algodão plantado na região, um teatro, bandas de música, dois jornais e um hospital, inaugurado em 1859” (SANTOS, 1992, p. 78). Todo o sistema produtivo se baseava na utilização de mão de obra escrava. Com a abolição da escravatura, a maior parte dos proprietários rurais preferiu voltar-se mais para a pecuária, abandonando a lavoura. O esquema de economia voltada para o mercado interno e regional prevaleceu até meados do século XX, quando se iniciou a exploração de minério de ferro em grande escala, com a chegada da Companhia Vale do Rio Doce.

O nome dado ao município de Itambé do Mato Dentro tem suas origens indígenas. A palavra Itambé vem de “ita-aimbé”, que pode significar “penedo pontiagudo”, “rochedo a prumo”, “escarpa”, “despenhadeiro” ou “pedra áspera pontiaguda”, na língua dos índios Tupis, os primeiros habitantes até a chegada dos bandeirantes, cujos sinais de existência estão em grutas e lapas da região. No ano de 1718, bandeirantes vindos de São Paulo passaram por Caeté e seguiram para Itabira. Em 1720 foi erguida a primeira capela, Nossa Senhora da Oliveira, já demolida. Itambé e Nossa Senhora da Oliveira de Itambé foram as primeiras designações comuns da localidade, elevada à categoria de paróquia em abril de 1841 e cuja gênese se deveu à exploração aurífera, embora com fraco sucesso. Segundo relatos de Saint-Hilaire, “nesta época, a região era pobre e quase não havia agricultura” (Saint-Hilaire, 1975, p. 153).

A paróquia pertenceu a Conceição do Mato Dentro até 1943, quando foi criado o município de Santa Maria de Itabira, que transferiu o distrito de Itambé para o novo município e, ao mesmo tempo, alterou-lhe o nome para “Itacuru”. Essa denominação foi novamente mudada para Itambé do Mato Dentro, que a elevou à categoria de município em 1962, com território desmembrado de Santa Maria de Itabira. O município conta hoje com pouco mais de 2.500 habitantes (IBGE, 2000) e é o menor da região em quase todos os aspectos, causa de um intenso êxodo rural.

O povoado que deu origem à atual cidade/município de Morro do Pilar iniciou-se ao redor da capela dedicada a Nossa Senhora do Pilar, erguida em um morro no alto da Canga pelo bandeirante Gaspar Soares, participante de um grupo de bandeira que seguiu para a região nos primeiros anos do século XVIII, atraído por sinais de existência de ouro. O arraial velho, com cerca de quarenta casas, e a mineração eram abastecidos por um tanque construído na cabeceira do rio Caldeirão, situação que durou mais de trinta anos.

A mineração foi paralisada em 1743 devido a um desmoronamento no qual morreram dezoito escravos. Gaspar Soares morreu em 1745, pouco depois da paralisação de sua pequena indústria, e o local ficou com o nome de Morro de Gaspar Soares. Encerrada a mineração, o arraial entrou em decadência. Nessa época, Saint-Hilaire passou por Morro de Gaspar Soares e relatou o incômodo que sentia em razão da miséria de seus moradores.

O desembargador Manoel Câmara Bittencourt e Sá, o Intendente Câmara, conhecido por seu empreendedorismo e pelo seu amor à pátria, visitou o lugar e interessou-se pela localidade. Em 1808, por Carta Régia, foi criada a Fábrica de Ferro de Morro do Pilar, ou Fábrica do Rei, como era conhecida a primeira fundição do Brasil, na qual Câmara, dada a falta de mão de obra qualificada, foi engenheiro, desenhista, mestre de obras, fundidor, carpinteiro e oleiro. Após muitos percalços, foram produzidas, pela primeira vez no Brasil, cerca de trezentas arrobas de ferro.

Morro do Gaspar Soares, depois conhecido por Morro do Pilar, foi considerado distrito em 1818, vinculado a Conceição do Mato Dentro. Em 1953 foi criado o município de Morro do Pilar, com população de grande religiosidade, onde as heranças culturais foram mantidas por meio de várias festas tradicionais, tais como Semana Santa, festa da Padroeira de Nossa Senhora do Pilar (celebrada em 15 de agosto), festa de São

Benedito, festa do Divino e festa do Rosário, associando-se o culto litúrgico a manifestações folclóricas.

Depois de desativada a fundição, o município voltou a viver um período de decadência econômica, o que resultou na atual situação, uma vez que, aos olhos da população local, a única alternativa econômica é a exploração extrativista de madeira nativa, que tem sido feita de forma predatória e sem qualquer preocupação com questões de cunho ambiental.

Assim como foi feito para o vetor de penetração ocidental, esse pequeno resgate histórico é importante para a compreensão da dinâmica de ocupação e transformação do vetor oriental ao longo do século XX e do início do século XXI. Aos poucos, ao lançarmos um olhar atento e resgatando alguns dizeres anteriores, é possível traçar paralelos comparativos entre os dois vetores. Esse exercício será realizado mais à frente, pois, neste momento, tais paralelos são sutis.

Voltando ao contexto do vetor leste, este se tratava do principal caminho para o alcance da região das minas em Diamantina, sendo utilizado também pelos naturalistas que viajavam pela região em direção ao interior do país. Ao longo do processo de exploração das pedras preciosas localizadas na região de Diamantina, esse vetor constituiu uma dinâmica de uso e ocupação diversa. Foram fixados núcleos de povoamentos e pequenas comunidades, caracterizando uma dinâmica comercial intensa e atividades econômicas múltiplas, diferentemente do ocorrido na porção oeste, onde se tinha uma característica rural consolidada, tendo na agricultura e na pecuária de subsistência as bases da economia.

Com a mudança do eixo político administrativo de Ouro Preto para Belo Horizonte, começa-se um declínio econômico na região a partir do início do século XX. É interessante observar que existem poucas bibliografias que discutem sobre os processos de transformação socioespaciais nessa porção da Serra do Cipó. Apenas Itabira tem destaque devido à chegada da Companhia Vale do Rio Doce no município, em 1942, o que impulsionou o desenvolvimento municipal e se reflete, de forma significativa, até os dias de hoje.

Em consequência, os municípios localizados ao longo desse eixo viário perderam, aos poucos, importância política no cenário regional. Assim, o que antes era observado na

porção oeste passava a acontecer, agora, na porção leste, tornando-se este um vetor secundário de uso e ocupação.

Por meio de observações em campo e conversas informais com outros pesquisadores, é possível constatar que o município de Morro do Pilar, entre todos, talvez tenha sido aquele que sofreu maior estagnação política e econômica ao longo do século XX e do início do século XXI. Isso pode ser interpretado pela posição geográfica do município, que se localiza a 60 km de Itabira, via estrada de terra em condições precárias, a 40 km de Conceição do Mato Dentro, também em estrada de terra em condições similares, e a 22 km em estrada de terra do trevo da Rodovia MG-010, asfaltada entre o distrito da Serra do Cipó e Conceição do Mato Dentro. A sede municipal está, aparentemente, “ilhada”.

O município de Itambé do Mato Dentro sempre esteve em posição secundária nesse vetor de penetração devido à falta de atividades econômicas significativas, como, por exemplo, a fundição de Morro do Pilar. Até a descoberta de seus atrativos turísticos (principalmente no povoado de Cabeça de Boi), o município tinha características rurais e sua atividade econômica baseava-se na agricultura e na pecuária de subsistência.

Esses períodos diversos, de prosperidade e estagnação econômica, são relatados em falas de moradores da região:

Como era Morro do Pilar antigamente?

*Olha, nós sofremos uma certa transformação a partir de 1953, quando emancipou... Aqui pertencia a Conceição do Mato Dentro e o município pertence até hoje à comarca de Conceição... Morro do Pilar era uma cidade sem nenhuma melhoria urbana, onde a população dividia exatamente entre zona rural e zona urbana, você tinha 2500 habitantes na cidade e 2500 habitantes na zona rural, era bem dividido... Só que depois houve um êxodo, e o pessoal da zona rural foi despovoando a zona rural, indo para a cidade... Ai a cidade sofreu algumas transformações, recebeu calçamento, as melhorias básicas, mas ainda falta muita coisa né?! Então esses benefícios gerais chegam no município também, mas o município continua ainda desenvolvendo lentamente, deveria aproveitar muito mais as oportunidades que tem pelo fato de ser berço da siderurgia brasileira, onde foi fundido o primeiro ferro do Brasil, e a partir daí poderia, através desta, fazer um resgate cultural e histórico e aproveitar as oportunidades que hoje estão ligados... Isso tem uma boa ligação que é com o turismo...*¹⁶

¹⁶ Fala do antigo prefeito de Morro do Pilar.

O senhor nasceu em Ipoema e veio para Cabeça de Boi com cinco anos?

É, vim pra cá com cinco anos de idade...

Como era aqui antigamente?

Na época que eu vim pra cá, só tinha trilhas, não tinha estrada... A gente só andava a pé, ou a cavalo...

E o movimento era grande? Como era o movimento?

Aqui em Santana do Rio Preto na época que vim pra cá e depois até os dezenove anos, que eu saí e fui pra Belo Horizonte uns tempos, para tratamento e a trabalho também, depois voltei, ainda continuava com uns 150 habitantes...

E aí foi crescendo aos poucos?

Depois caiu um pouco, porque veio pra Belo Horizonte a Mannesman, e outras companhias e firmas, que a juventude saiu toda a procura de trabalho... Ficou muito pouca gente aqui... Inclusive, a maioria acabou ficando por lá... Agora, de uns dez anos pra cá é que vêm voltando algumas pessoas, devagarzinho, principalmente alguns aposentados que deixou alguma propriedadezinha aí, né?!

E modificou alguma coisa de antigamente para os dias de hoje aqui em Cabeça de Boi?

Ué... Grandes modificações né?! Algumas coisas para pior, outras para melhor...

O que o senhor sentiu que mudou mais?

O que mudou é o seguinte: aí, depois que Itambé emancipou, não me lembro a data certinha, mais ou menos há cinquenta e tantos anos, foi melhorando, já foram criando as estradas..¹⁷.

Como era Serra dos Alves antigamente?

Olha, a ocupação daqui é desde a época da estrada real... Na procura do ouro, passa-se a contar a história daqui a partir de 1850, pois foi quando fizeram a igreja... Que é tombada hoje tem até plaquinha lá... Mas o povoamento é bem antes, meu tataravô foi um dos primeiros moradores dessa região... A minha família aqui na serra já ocupa há mais de duzentos anos... Olha, já foi maior, já teve alguns comércios maiores, mais fortes ainda, tinha os tropeiros que traziam café e isso foi acabando... Hoje a comunidade é de pessoas bem mais velhas, quase todas as casas têm alguém aposentado e vive de agricultura de

¹⁷ Fala do morador e mais antigo comerciante (65 anos) de Santana do Rio Preto (Cabeça de Boi) – distrito de Itambé do Mato Dentro

*subsistência em alguns lugares e a maioria de todas as casas tem alguém aposentado... A base maior da economia do povoado hoje é a aposentadoria...*¹⁸

Como era Serra dos Alves antigamente?

Tinha as pessoas que trabalhavam na agricultura e também com as tropas e as estradas ainda eram piores do que são hoje, porque não tinha esses manilhamento nos córregos, nem nada... Era muito mais difícil do que hoje, mas a partir de seis, sete anos pra cá a coisa vai tá só mudando... Cada ano que passa a gente acha uma transformação maior, porque até a população só saía, ninguém voltava pra região, os mais novos iam para as companhias trabalhar, os mais velhos também, muito incentivados pelos filhos, também estavam indo embora... E hoje, eles estão retornando, cada morada que já foi morada as pessoas estão voltando a reconstruir na comunidade, então isso já tá sendo um avanço muito grande... Fora as pessoas que vêm de Belo Horizonte, que já tem comprado várias áreas de terrenos aqui, então isso tá sendo um grande empenho para a transformação, né?!¹⁹

Com a relativa estagnação socioeconômica ao longo do século XX, apenas no fim da década de 1990 e no início do século XXI a porção oriental começou a sentir mudanças que, aos poucos, têm transformado sua dinâmica de organização socioespacial, ambiental e econômica. Essas modificações estão atreladas ao crescimento/expansão da zona urbana de Itabira, ao surgimento de uma demanda turística que vem crescendo e também a um programa governamental de asfaltamento das rodovias estaduais denominado ProAcesso.

Segundo dados do governo de Minas Gerais, o programa ProAcesso foi lançado em 2004 e seu objetivo é o investimento em obras rodoviárias no estado. O investimento nessas obras está voltado para o asfaltamento das rodovias que ligam sedes municipais, priorizando regiões com baixo IDH do estado, localizadas principalmente nas regiões norte e nordeste.²⁰

¹⁸ Fala de uma liderança local de Serra dos Alves, povoado de Itabira.

¹⁹ Fala do morador e presidente da associação de moradores de Serra dos Alves, povoado de Itabira.

²⁰ De acordo com informações do DER, até 2003, 26% dos municípios mineiros (225 cidades) não tinham ligação pavimentada à rede rodoviária principal do Estado, totalizando 5,6 mil quilômetros. Ainda segundo o DER, até o momento já foram concluídas as pavimentações de 81 acessos, o que representa 1.698 quilômetros de rodovias, e os investimentos foram de aproximadamente R\$ 932 milhões.

Inseridos nesse programa estão os trechos Itambé do Mato Dentro – Itabira, Morro do Pilar – entroncamento do trevo da MG-010 e Santana do Riacho (sede municipal) – Cardeal Mota (Serra do Cipó) (figuras 34 e 35).



Figuras 34 e 35. Placas publicitárias do programa ProAcesso em Itambé do Mato Dentro e Santana do Riacho, respectivamente



Figura 36. Mapa do trecho do programa ProAcesso entre Itambé do Mato Dentro e Itabira
FONTE: DER



Figura 37. Trecho do programa ProAcesso entre Morro do Pilar e trecho da Rodovia MG-010
FONTE: DER

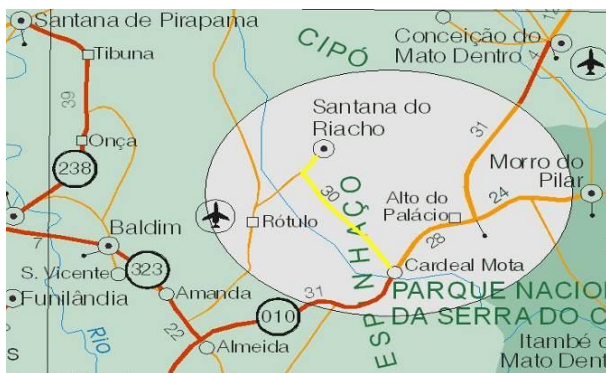


Figura 38. Trecho do programa ProAcesso entre Santana do Riacho e Cardeal Mota.

FONTE: DER

A chegada do asfalto tem gerado expectativa e certa apreensão nos moradores da região:

Essa questão do asfalto, por exemplo, você acha que com a chegada do asfalto vai mudar alguma coisa?

Com certeza... O asfalto chegando vai ser um diferencial... Tanto pra Ipoema, pois tem muito turista daqui que passa por Ipoema, pois é muito mais fácil chegar aqui na Serra dos Alves passando por Ipoema pra quem vem de Belo Horizonte... Nós estamos a 120 km mais ou menos, né?! Então, o asfalto está chegando nos dois distrito ao mesmo tempo, Ipoema e Senhora do Carmo... Então, essa preocupação nós já estamos tendo mesmo, pois tem de qualificar muito mais pessoas... Nós já estamos trazendo mais cursos e treinamento do pessoal para atendimento... As casas aqui são receptivos, alugam casas... Tanto que o grande movimento aqui é nas casas que alugam... Tem várias casas que são alugadas...²¹

O senhor acha que as mudanças que estão ocorrendo aqui estão ligadas a que? Ao asfalto, ao turismo, ao pessoal saindo...

Ué... O povo tá muito incentivado ao turismo sabe? Eu até que sou o morador mais antigo daqui, não sou muito a favor que o asfalto chegue tão perto...

Por que o senhor não gosta que o asfalto chegue mais perto?

Eu acho que a movimentação traz muito problema... Acumula muito, e a cidade grande tá muito problemática... Apesar da gente não viajar tanto pra cidade, né?! A gente vê no noticiário as notícias... Mas também, apesar das dificuldades, há melhoras também, né?! Melhora o acesso...²²

²¹ Fala de morador da Serra dos Alves

²² Fala de morador de Cabeça de Boi.

O senhor acha que as transformações que ocorrem/ocorreram aqui em Morro do Pilar estão ligadas a que, especificamente?

As transformações ocorreram em Morro do Pilar quase de maneira natural e muito lenta... Pra você ter uma idéia, o governador Aécio vai asfaltar todos os municípios de Minas, Morro do Pilar até hoje não tem asfalto... Então você veja bem, é Estrada Real, é tronco da Estrada Real, tá a 150km de Belo Horizonte, tá a 24km da MG-010 e ainda não veio... Por que não veio?! Falta uma ação política mais efetiva... Então as coisas vão acontecendo quase que de uma forma natural, eu diria até o seguinte, quando não tiver lugar nenhum mais para asfaltar, aí asfalta aqui... Não tem nenhuma outra coisa que força acontecer... Não se explora o fato histórico, não se explora a cultura, a proximidade de Belo Horizonte, então as coisas não acontecem planejadas...²³

6.2.1 O vetor leste e o turismo

Falar sobre o turismo na porção leste é retomar uma história recente, mais precisamente em fins dos anos 1990 e início do século XXI. Em conversas com o gestor do PARNA Serra do Cipó, este observou que o processo turístico da porção leste tem uma “defasagem” de dez anos em relação à porção oeste, principalmente nas localidades próximas a Itabira (Serra dos Alves e Ipoema).

A partir do aumento do fluxo turístico na porção oeste nas décadas de 1980 e 1990, muitos foram os turistas que começaram a desbravar o outro lado da serra. A principal motivação era buscar lugares que ainda se mantinham, de certa maneira, tranquilos, com poucas pessoas e belos atrativos exclusivos.

É nessa época que o município de Itambé do Mato Dentro começou a ser descoberto por turistas interessados em resgatar um sossego que a porção leste rapidamente estava perdendo. O turismo passou a ser encarado como a alternativa econômica que sempre faltou ao município. Há diversas cachoeiras, grutas e a tradição das cavalgadas. Já se percebe, principalmente em feriados, problemas relacionados à presença de inúmeros turistas, em quantidade superior à comportada pela pouca estrutura do local.

²³ Fala do ex-prefeito de Morro do Pilar.

Com essa descoberta, o povoado de Cabeça de Boi passou a receber, gradativamente, um maior fluxo de visitantes em busca das belas cachoeiras e de caminhadas no local. Segundo BARBOSA, “a economia local, anteriormente baseada no corte de candeia para a fabricação de carvão, e no plantio de braquiária para a alimentação dos bois, atualmente encontra-se proibida pelo IBAMA” (BARBOSA, 2007, p. 50). Isso fez com que a população do povoado perdesse grande parte de suas principais fontes de renda, percebendo no turismo uma possibilidade de desenvolvimento e retomada da distribuição de renda. Ainda sobre esse fato, um morador faz suas observações:

E turista, o senhor começou a perceber a vinda de turistas pra cá quando?

O turista é o seguinte... O turista mesmo, já vinha algumas pessoas, visitava e tal... Mas o turista mesmo é de uns 10 anos pra cá... De uns 10 anos pra cá é que começou a movimentar mais... Aqueles que vieram conhecer passavam pra outros e aí foi aumentando...

E mudou muita coisa quando começou a vir mais gente pra cá?

A mudança é justamente de movimento... Aumentou o número de pessoas e animou algumas pessoas que mudaram daqui, a voltar depois de aposentado...

Tem muita casa nova aqui?

Justamente, de uns dez anos pra cá, eles animaram de começar a construir, fazer umas casinhas e tal...

Antes disso não tinha nada não?

Antes disso não... Antes, o povo daqui, mesmo com as dificuldades que tinham, construíam suas casinhas, ou ranchinhos, principalmente para os filhos ficarem e estudarem no próprio povoado... Depois que descobriram, algumas pessoas de fora já estão comprando lotes, construindo, e mesmo as pessoas do lugar...

Percebe-se, na fala do morador, que o turismo trouxe uma nova dinâmica para o pequeno povoado, cujos habitantes passaram a contar com uma alternativa de renda, em detrimento das proibições do órgão ambiental em relação às atividades que eram desenvolvidas anteriormente.

Outro local que merece destaque no cenário turístico da porção leste é o povoado de Serra dos Alves, próximo ao distrito de Ipoema, em Itabira. O povoado ainda está sendo descoberto, com processo de desenvolvimento turístico recente (início do

século XXI). Porém, a partir de vivências pessoais²⁴, percebe-se que o local vem se transformando rapidamente nos últimos cinco anos, mesmo com dificuldades de acesso e com a relativa falta de infraestrutura para receber um contingente maior de visitantes (a primeira pousada do povoado foi construída em meados de 2009). Essas mudanças podem ser observadas nas falas de dois moradores:

Aqui o movimento de turismo mais forte e até de ocupação de estar chegando mais gente, adquirir terra, de querer comprar terra no local tem uns quatro anos... Entre quatro e cinco anos, surgiu muito mais casas... Hoje tem mais casas, já tá começando a ter pousada... Mas tá recente, mas tá muito procurado, muita especulação no local... Nós estamos à mesma distância de Belo Horizonte, assim como a Serra do Cipó... Então, assim, é preocupante essa ocupação não tá ainda muito grande, mas já tem uma procura... Já tem ocupação irregular aqui... Mas nós temos uma coisa boa, é que o município tem plano diretor e tem capítulo específico pra cá... O plano diretor de Itabira tem um capítulo específico que coíbe um tanto de coisas e ações do próprio Instituto Chico Mendes... Na região está em estudo a ampliação do Parque...

Mas você acha que o turismo contribui para a modificação da Serra, do modo de vida e outras coisas nesse sentido?

Ainda não... A comunidade ainda não está inserida no que é o turismo ainda... A comunidade ainda não despertou para o que é isso não... A gente faz o trabalho aqui junto da associação, tem uma associação comunitária que envolve quatro comunidades...

E essa pousada, é recente?

É recente, tem um ano que ela está funcionando e o pessoal é lá de Itabira... São dez quartos na pousada e o dono ainda tem mais duas casas que ele aluga para grupos fechados... É uma outra realidade do turismo que já está chegando... Eu acho que é uma coisa boa esse tipo de empreendimento no local... Algumas casas estão melhorando a infraestrutura pra receber turistas, e assim nós estamos levando a vida por aqui...²⁵

O senhor acha que mudou muito, tá mudando do que era antigamente? O número de casas, pessoas diferentes...

Tá, isso aí vem acontecendo, né?!

²⁴ A primeira visita foi em abril de 2004 e a última, em novembro de 2009.

²⁵ Fala de morador de Serra dos Alves.

O senhor acha que é em função do turismo isso? Como é que é?

Olha, é do turismo e de uma região que graças a Deus é privilegiada pela quantidade de água que tem, pela quantidade de serras... E isso, todos que vêm gostam e já procura mesmo é ter um pedacinho de terra aí na região...

E aumentou o número de casas para alugar aqui na Serra dos Alves?

Vem aumentando... Já tem um número de casas bastante elevado...

Tem quantas casas pra alugar aqui?

Fora a pousada, deve ter umas dez a quinze casas para alugar...

E essa pousada, o que o senhor achou dela?

Olha, tá trazendo bastante gente, que têm ficado aí o tempo todo... Até no meio de semana tem gente que tá ficando aí...

Mas tem trazido algum problema pra comunidade, ou algo do tipo?

Não, isso ainda não tá aparecendo não, por enquanto tá tudo normal... Tá tudo na base controlada...²⁶

A partir das falas dos atores locais, percebe-se que a dinâmica turística dos povoados foi se organizando a partir do aluguel de casas dos moradores e, posteriormente, pela aquisição de terras para construção de segundas moradias por parte dos visitantes.

Outra localidade com boa diversidade de atrativos é o Morro do Pilar, porém o turismo ainda é incipiente no município, tanto na sede municipal quanto em seus distritos e povoados.

E o turismo aqui, como é que é?

Ah..., o turismo está muito incipiente, ainda não pode se dizer que tem e acontece turismo em Morro do Pilar... O que acontece aqui são algumas visitas, mas não pode dizer que o turismo tem reflexo... Tem muito potencial, mas visita mesmo? Não tem nada não...

Por que o senhor acha que acontece isso?

Acontece porque a cidade não está preparada... E não estando preparada, o que se faz? Você traz uma camada de visitantes, que eu digo com todo respeito, que são farofeiros... Claro que nesse meio vêm pessoas boas, com potencial turístico mesmo... Mas a cidade não oferece nada... Você tem que fazer um planejamento

²⁶ Fala do presidente da associação de Serra dos Alves.

integrado, que contemple a área do lazer, da cultura, da gastronomia, do descanso através de dormitório... Quando se fala em turismo, se fala em pousada... Pousada é um item... Não diria que é um item menos importante, mas é um item comum, você vai fazer turismo, você não quer ficar na cidade pra dormir o dia inteiro! Você quer que na hora de dormir o quarto esteja limpinho, cheirosinho, com segurança... É isso que você quer... Mas o resto, você quer ver o que tem! Se é um turismo de aventura, você quer ver mato, se é um turismo religioso, você quer ver as peças de igreja... Então é isso, não tem um planejamento integrado... Então o turismo, no meu entendimento, não está acontecendo nada ainda...

Como exposto anteriormente, as localidades que se encontram ao longo desse vetor de penetração estão sob a influência do antigo Caminho Real. A partir desse fato, lançou-se, no ano 2000, uma política de estado cujo objetivo era resgatar os municípios que compunham os antigos caminhos reais e transformá-los em um grande roteiro turístico, intitulado “Estrada Real”. Trata-se de um programa de desenvolvimento turístico dos antigos caminhos utilizados para o escoamento da produção de ouro e diamantes da colônia para Portugal.

O projeto Estrada Real foi um grande projeto turístico idealizado em parceria com o sistema FIEMG e o governo do estado. A intenção era de implantar um grande roteiro turístico em municípios de Minas Gerais (162 municípios), Rio de Janeiro (sete) e São Paulo (oito), que compunham o chamado eixo do antigo Caminho Real. Porém, o projeto não trouxe os resultados esperados para os municípios, entre eles o desenvolvimento socioeconômico, o que gerou impactos negativos e expectativas frustradas em muitas localidades.

Com o fim do ciclo do ouro e dos diamantes, grande parte dessas estradas permaneceu praticamente esquecida, sem receber qualquer tipo de investimento e sem vocação econômica definida. O trajeto oficial da Estrada Real na região da Serra do Cipó passava ao leste do PARNA do Cipó, por Senhora do Carmo, Itambé do Mato Dentro e Morro do Pilar, encontrando a MG-010 a caminho de Conceição do Mato Dentro.

A intenção inicial era de que a Estrada Real fosse um dos circuitos turísticos a ser apoiado de acordo com a política de turismo do Estado. O sucesso decorrente do forte apelo da idéia da Estrada Real e a própria dimensão do roteiro, que se estende do litoral do Rio de Janeiro até Diamantina, acabou determinando que a Estrada Real se

tornasse um conjunto de circuitos turísticos, entre os quais se encontra o Circuito Turístico do Parque Nacional da Serra do Cipó, mais conhecido e divulgado como “Circuito Serra do Cipó”. Até o momento, a maior parte do investimento no projeto Estrada Real foi direcionado para a divulgação e o *marketing* do programa, o que causou diversos problemas a municípios inseridos no chamado “eixo principal” da estrada, os quais, devido a prioridades do governo e do próprio programa, não receberam a mesma atenção que outros municípios mais conhecidos, nacional e internacionalmente. Os próximos investimentos do programa estão voltados, em sua maior parte, para a melhoria da infraestrutura, sobretudo das estradas e da sinalização. Nessa nova etapa do programa, a região da Serra do Cipó está em destaque, sendo uma das áreas considerada como núcleo do próprio IER (órgão executor do programa Estrada Real).

Uma das vertentes em que têm trabalhado governos e empresários interessados na Estrada Real é a possibilidade de que a recuperação e a valorização dos caminhos reais como patrimônio cultural possa ser a alavanca para o seu desenvolvimento econômico, que passaria especialmente pelo turismo e pelas economias a ele associadas. Nessa perspectiva têm atuado, de forma não necessariamente integrada, órgãos e agências governamentais como a Secretaria de Turismo de Minas Gerais, o SENAC-MG e a EMBRATUR. A criação do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real, por meio da lei n. 13.173/99, regulamentada pelo Decreto n. 41205/00, ambos do governo do estado de Minas Gerais, representou um esforço, no âmbito da normatização legal, de estimular o turismo na área mineira dos caminhos reais. (http://www.descubraminas.com.br/Turismo/EstradaRealPagina.aspx?cod_pgi=1608 acessado em 02/02/10)

Como exposto, o contexto no qual o turismo na porção leste vem se consolidando difere, em certos aspectos, da forma como foi consolidado na porção oeste. A porção leste teve evidenciado o fenômeno turístico nos últimos sete anos, no máximo nos últimos dez anos, o qual vem sendo estimulado por uma política governamental de incentivo ao desenvolvimento turístico, o programa Estrada Real. Porém, esse programa não apresenta resultados relevantes na região e é criticado por atores locais que, de certa forma, criaram expectativas, pois o projeto foi vendido como uma possibilidade efetiva de geração de renda. Contudo, não se percebe, até o momento, efeitos positivos para a população.

Como mencionado anteriormente, o ProAcesso tem estimulado o (re)olhar para os distritos, povoados e outras aglomerações nesse vetor, inclusive sob o ponto de vista do turismo. O asfaltamento das vias é esperado com grande expectativa por empreendedores locais, que aguardam um aumento do fluxo e uma melhoria de

infraestrutura e serviços. Sobre esse fato, é interessante apontar e questionar, também, até que ponto o turismo é fator de transformação socioambiental desse vetor? Assim como o questionamento levantado sobre o vetor oeste, essa questão será melhor discutida mais adiante, ao final das explanações e pontuações sobre a dinâmica da serra.

6.2.2 Um olhar frio sobre o vetor leste

Assim como feito sobre o vetor oeste, lança-se aqui um olhar frio sobre o vetor leste. Foram utilizados também, os dados censitários do IBGE – de 1970 a 2000 – para visualização, em números, das atividades econômicas desenvolvidas nos municípios de Itabira, Itambé do Mato Dentro e Morro do Pilar.

A partir de uma análise dos dados de Itabira, percebe-se uma maior diversidade/concentração de pessoas nos variados setores econômicos. É possível verificar que a economia tem como base a indústria de transformação e construção civil, cuja representatividade ganhou força ao longo dos anos devido à dinâmica do município. Além desse setor, a atividade extrativa mineral é uma das bases econômicas de Itabira. Tal fato é evidenciado pela presença da mineradora Vale do Rio Doce, principal empregadora da região, que explica as grandes jazidas de minério de ferro do município e cuja influência sobre os outros setores econômicos é significativa.

O setor de prestação de serviços também exerce importante papel em relação às demais atividades, sendo possível perceber um aumento gradativo ao longo dos anos.

No que tange ao turismo, os distritos e povoados distantes da sede municipal são aqueles que recebem o maior fluxo, com destaque para Ipoema, Senhora do Carmo e Serra dos Alves. Para mensurar o real impacto da atividade no município, seria necessária uma fragmentação dos dados, buscando-se identificar a importância do setor de prestação de serviços nos distritos e povoados que recebem maior fluxo, uma vez que a dinâmica municipal é bem distinta no que se refere à zona urbana e à zona rural. A partir da tabela e dos gráficos a seguir, é possível perceber o crescimento da prestação de serviços.

Itabira 1970 -2000	
Setor de Atividade	Grupo de Ocupação
	Prestação de Serviços
Prestação de Serviços 1970	1543
Prestação de Serviços 1980	2446
Prestação de Serviços 1990	4109
Prestação de Serviços 2000	4489

Tabela 5. Tabela referente à evolução do setor de prestação de serviços entre as décadas de 1970 – 2000/município de Itabira

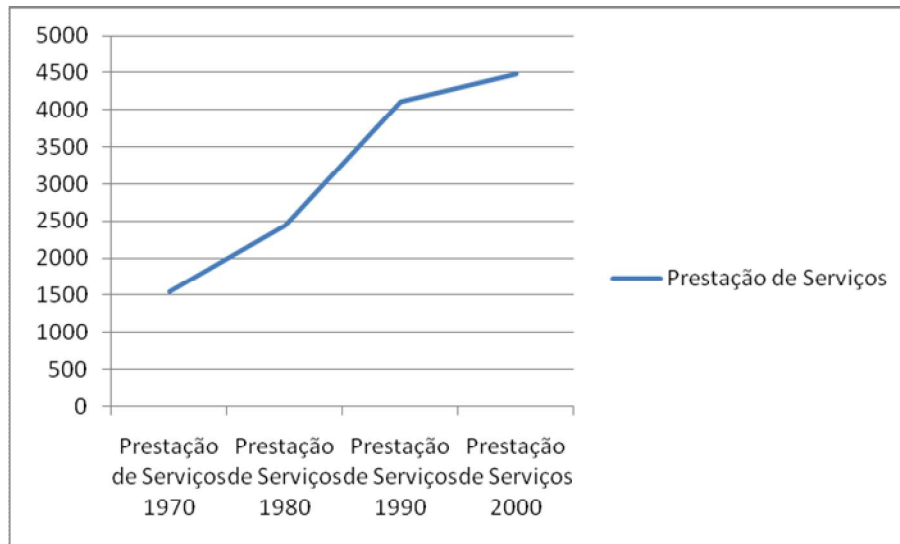


Gráfico 5. Representação gráfica do crescimento do setor de prestação de serviços entre as décadas de 1970 – 2000/município de Itabira

Sobre Itambé do Mato Dentro, é possível identificar que, ao longo dos anos, a principal atividade econômica do município – agropecuária e produção extrativa vegetal e animal – foi declinando, porém se manteve, ao lado do setor administrativo, como principal atividade econômica local.

Como dito anteriormente, o município é um dos principais destinos turísticos da porção leste, e o povoado de Cabeça de Boi é o lugar mais procurado. A partir desse fato, verifica-se também que o setor de prestação de serviços teve um aumento significativo em sua curva de crescimento ao longo dessas quatro últimas décadas, e continua crescendo, como evidenciado na tabela e no gráfico que se seguem.

Itambé do Mato Dentro 1970 -2000	
Setor de Atividade	Grupo de Ocupação
	Prestação de Serviços
Prestação de Serviços 1970	8
Prestação de Serviços 1980	34
Prestação de Serviços 1990	65
Prestação de Serviços 2000	74

Tabela 6. Tabela referente à evolução do setor de prestação de serviços entre as décadas de 1970 – 2000/município de Itambé do Mato Dentro

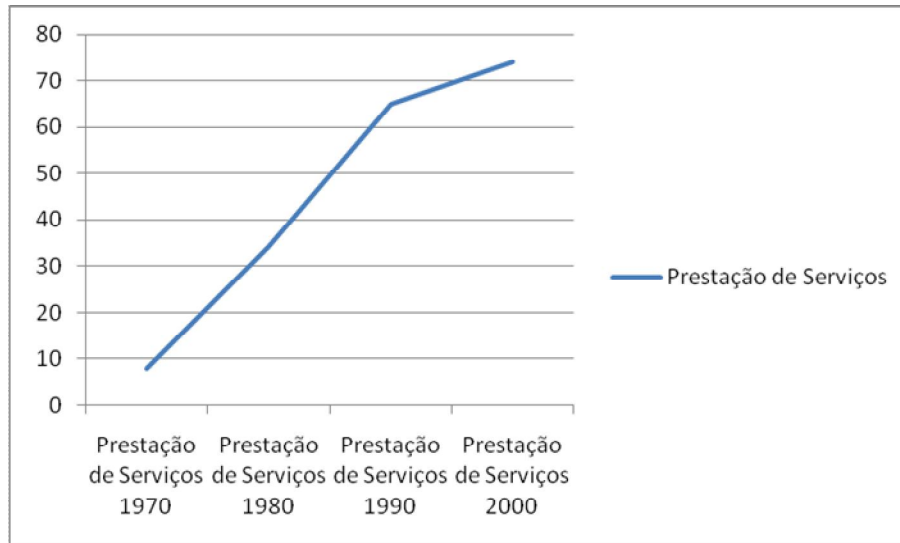


Gráfico 6. Representação gráfica do crescimento do setor de prestação de serviços entre as décadas de 1970 – 2000/município de Itabira

Sabe-se que a região está investindo na divulgação dos atrativos naturais e em programas de apoio ao desenvolvimento do turismo, principalmente a partir do programa Estrada Real. Esse fato tem contribuído, ainda que de maneira tímida, com a geração de postos de trabalho ligados à atividade turística e, conseqüentemente, auxiliado no crescimento da prestação de serviços.

Morro do Pilar tem sua base econômica na agropecuária e na extração vegetal e animal. Assim como ocorreu em Itambé, esse setor, mesmo sendo um dos principais do município, decaiu ao longo das últimas quatro décadas. Além dele, é possível observar também que o setor administrativo ocupa um lugar de destaque na economia local. Segundo informações coletadas ao longo do trabalho, a extração e queima de candeia são as principais atividades econômicas do município, principalmente devido à falta de opções de outras atividades.

Sobre o turismo, o município ainda não conta com um fluxo significativo de visitantes, porém é importante ressaltar e observar que está incluído no programa ProAcesso, assim como no contexto turístico da Estrada Real. Morro do Pilar oferece diversas possibilidades de atrativos, ainda pouco conhecidas por parte do público em geral. Com a chegada do asfalto, os moradores esperam também um aumento do número de visitantes, assim como uma diversidade maior de atividades econômicas, ou seja, mais dinâmica para o município.

Sobre a prestação de serviços, a tabela e o gráfico abaixo demonstram uma curva interessante, sendo possível observar uma queda brusca na década de 1980 e uma retomada do crescimento a partir da década de 1990. Essa queda pode estar ligada à consolidação do PARNA Serra do Cipó na região, o qual, por meio de uma fiscalização maior, começou a multar a extração e queima ilegal de candeia, uma das principais atividades econômicas do município até então. Porém, vale uma pesquisa mais detalhada para tentar compreender o porquê dessa variação.

Morro do Pilar 1970 -2000	
Setor de Atividade	Grupo de Ocupação
	Prestação de Serviços
Prestação de Serviços 1970	80
Prestação de Serviços 1980	153
Prestação de Serviços 1990	85
Prestação de Serviços 2000	185

Tabela 7. Tabela referente à evolução do setor de prestação de serviços entre as décadas de 1970 – 2000/município de Itambé do Mato Dentro

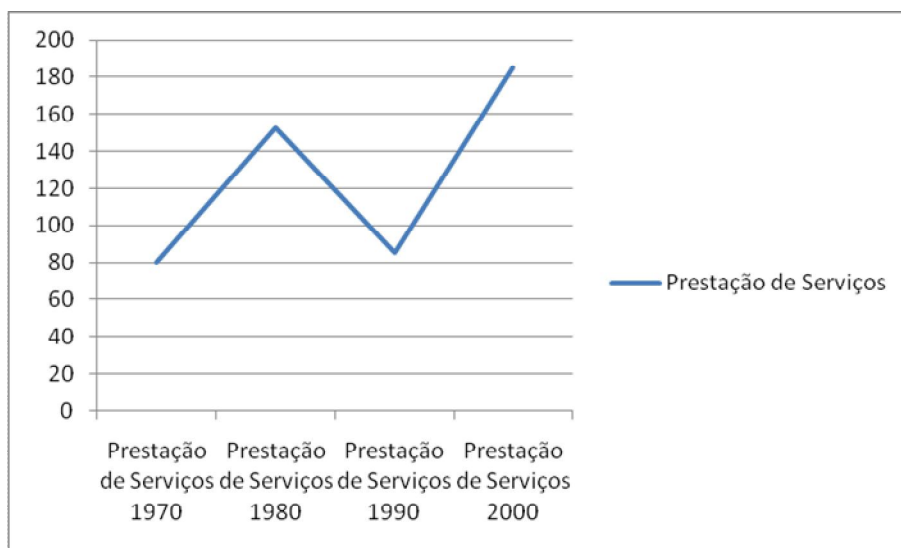


Gráfico 7. Representação gráfica do crescimento do setor de prestação de serviços entre as décadas de 1970 – 2000/município de Morro do Pilar

Assim como foi feito para a porção oeste, a figura 23 é uma consolidação dos dados referentes à prestação de serviços nos três municípios do vetor leste. É possível observar que Itabira destoa dos outros de forma significativa.

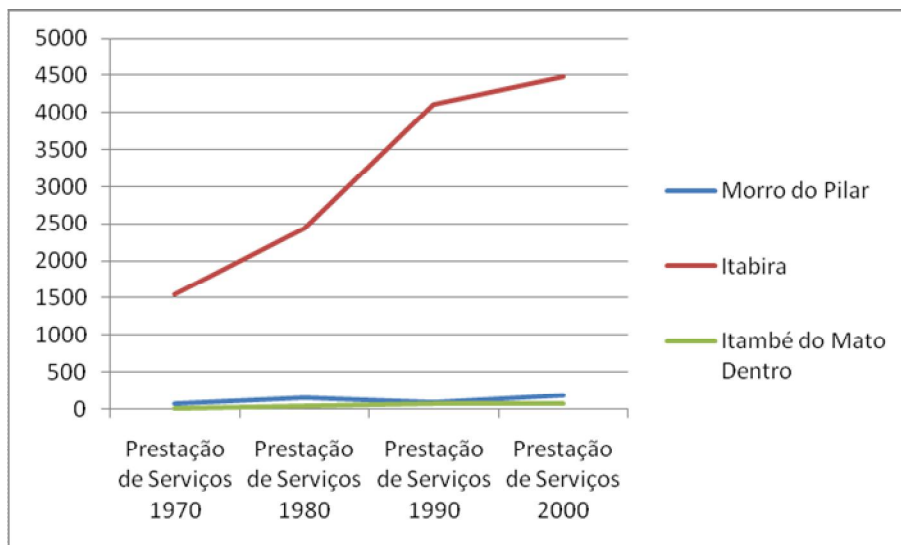


Gráfico 8. Representação gráfica do crescimento do setor de prestação de serviços entre as décadas de 1970 – 2000/consolidação dos dados do vetor oeste

Os gráficos e a análise dos dados censitários sobre as atividades econômicas municipais auxiliam na visualização e compreensão da matriz econômica municipal ao longo dos anos. Esses dados e gráficos visam a complementar o olhar do pesquisador e dos atores locais envolvidos com a pesquisa.

Sabe-se, porém, que os dados extraídos permitem uma análise mais abrangente se levarmos em conta um número de variáveis maior. Porém, para esta pesquisa, intentou-se mostrar a evolução do setor de prestação de serviços, atividade econômica na qual o turismo se insere. Como já relatamos ao longo do trabalho, o turismo ainda é uma atividade em processo de consolidação nessa porção da Serra do Cipó, com maior destaque para o fim da década de 1990 e início da década de 2000. É importante deixar claro que é necessário entender melhor como o setor se comporta em outras atividades econômicas, pois, assim como foi dito em relação à porção oeste, seria precipitado concluir que o crescimento de prestação de serviços está atrelado apenas ao turismo.

6.3 No meio do caminho tinha um PARNA, tinha um PARNA no meio do caminho

Já dissemos ao longo da dissertação que a região da Serra do Cipó possui, além de todas as peculiaridades expostas, duas importantes unidades de conservação: um Parque Nacional e uma Área de Proteção Ambiental. Neste ponto, vamos nos ater apenas ao parque, uma vez que este apresenta uma peculiaridade singular, localizando-se exatamente entre os dois vetores de penetração da região, merecendo um olhar mais cuidadoso sobre sua importância. Além disso, a APA Morro da Pedreira é também a zona de amortecimento do PARNA. Para todos os efeitos, “no meio do caminho tinha um PARNA, tinha um PARNA no meio do caminho”.

O histórico de criação do PARNA nos remete a meados dos anos 1970, quando, segundo MACHADO, “a busca por maior proteção da região começou com a pressão de cientistas e ambientalistas que viam na Serra um local de grande riqueza de biodiversidade que necessitava de maiores conhecimentos” (MACHADO, 1986, p. 42). De acordo com a equipe do PARNA Serra do Cipó, o primeiro marco foi a Lei Estadual n.º 6.605, de 14 de julho de 1975, que autorizou a criação do Parque Estadual da Serra do Cipó, com área de 27.600 ha, incluindo partes dos municípios de Santana do Riacho, Jaboticatubas e Conceição do Mato Dentro. Ainda segundo informações do ICMBio, sua criação foi anunciada pelo governador do estado na reunião anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência de 1976, demonstrando a importância da pressão exercida por cientistas na época.

Pode-se perceber que a necessidade de criação de uma unidade de conservação na região partiu da iniciativa de pesquisadores, e não da comunidade que ali se encontrava. O período no qual o parque foi criado é coincidente com o período de fortalecimento do movimento ambientalista no mundo e no Brasil, assim como é coincidente com o período em que a região da Serra do Cipó começava a receber maior fluxo de pessoas devido à relativa facilidade de acesso.

A partir de 1978, a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais – CETEC – iniciou os trabalhos de delimitação da área a ser transformada em parque, com levantamento da estrutura fundiária e das benfeitorias existentes, para subsidiar as desapropriações financiadas com recursos de convênio firmado entre o Centro de Desenvolvimento Urbano – CNDU – , a Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR – e o antigo órgão de Serviço do Patrimônio Artístico Nacional – SPHAN – , atualmente reconhecido como IPHAN. De acordo com informações do ICMBio, em 1979 foi assinado um convênio entre o Governo do Estado de Minas Gerais e o Ministério da Agricultura, prevendo o repasse de verba federal ao estado para a implantação da unidade.

Em outubro de 1981, uma comissão foi instituída pelo antigo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF –, então vinculado ao Ministério da Agricultura, para estudar a viabilidade de criar um parque nacional (IBAMA, 1994). Com a federalização da unidade decidida, a comissão passou a ter a tarefa de adquirir amigavelmente, dos moradores localizados dentro dos limites da nova unidade, a maior quantidade possível das terras que comporiam o parque.

Passados os trâmites burocráticos e as transferências administrativas, o Parque Nacional da Serra do Cipó foi criado em 25 de setembro de 1984 (Decreto n.º 90.223), com área estimada de 33.800 ha. Segundo o decreto, as principais justificativas para a criação do parque nacional foram: a) proteção da fauna e da flora, devido ao alto grau de endemismo de suas espécies; b) proteção da bacia de captação do rio Cipó, importante pelas cachoeiras e águas límpidas; c) preservação das belezas cênicas da região.

No momento da criação, cerca de 40% da área, ou 14.400 ha, já haviam sido adquiridos amigavelmente. Segundo informações do ICMBio, em 1987 foi publicado o Decreto de Desapropriação (n.º 94.984, de 30 de setembro de 1987), para regularização das áreas não adquiridas diretamente, o que ocasionou conflitos com alguns moradores da região. A desapropriação não está completa até os dias de hoje, mas o número de pessoas que ainda moram na unidade é pequeno, restando apenas pequenas propriedades às margens do ribeirão Bocaina.

De acordo com o Plano de Ação Emergencial (IBAMA, 1994), a elaboração do Plano de Manejo da UC, prevista no decreto de criação, foi iniciada em 1989 por meio de um convênio entre IBAMA/MG, Funatura, empresa White Martins, Fundação Pró-Natura e, mais tarde, Fundação Biodiversitas. Diversas complicações técnicas e jurídicas teriam inviabilizado o projeto, que foi submetido a investigações, tendo sido o plano de manejo finalizado apenas em meados de 2009, pela própria equipe do PARNA, com consultorias específicas em determinadas áreas do conhecimento.

Apresentado o processo de criação do PARNA Serra do Cipó, pode-se partir para algumas análises e discussões a respeito das consequências que a chegada da unidade trouxe para região. Como mencionado no segundo capítulo, as unidades de conservação são espaços construídos que, independentemente de sua categoria,

modificam a dinâmica territorial onde são instaladas. Com o PARNA Serra do Cipó não foi diferente.

É verdade que grande parte dos 33.800 ha do PARNA não era habitada. A concentração de moradores ocorria nas margens do ribeirão Bocaina, na baixada do ribeirão Mascastes, na região do Capão dos Palmitos e em outros pontos próximos aos cursos d'água. Outro fato interessante é que essas áreas eram pequenas propriedades dos moradores de Cardeal Mota, onde eram exploradas culturas e criação de gado para subsistência. Todas essas propriedades encontram-se na porção oeste do PARNA.

A implantação do PARNA não foi um acontecimento isolado no tempo para a região. Ela aconteceu no período em que a porção oeste ganhava cada vez mais visibilidade no cenário regional e nacional e a porção leste, por sua vez, estava esquecida sob o ponto de vista socioeconômico. Esse fato expõe, também, um dos motivos pelo qual a portaria principal da unidade foi instalada no distrito de Serra do Cipó (antigo Cardeal Mota).

Os chamados campos rupestres não eram habitados. Podia-se encontrar apenas alguns currais coletivos, usados por moradores que levavam o gado para pastar nos campos de topo de serra e como rotas/caminhos utilizados para cruzar a serra de leste a oeste e de norte a sul. Na porção oeste não há relatos de pequenos proprietários que sofreram desapropriação devido à criação do PARNA.

Os limites atuais do PARNA encontram-se, quase em sua totalidade, sob os domínios dos campos rupestres. Uma das principais consequências da criação da unidade foi a proibição de deslocamentos de moradores entre as porções vizinhas, através do cruzamento da serra. Como mencionado, a região sempre contou com fluxo intenso de pessoas cruzando de um lado a outro, seja para fins comerciais ou pessoais. Com a chegada do PARNA, essa dinâmica foi consideravelmente alterada.

Segundo CARDOSO, “os problemas do IBAMA (atual ICMBio) com a comunidade surgiram por volta de 1989, em função das sanções impostas ao uso e ocupação do solo, além dos entraves para desapropriação e da lentidão do processo indenizatório” (CARDOSO, 2008, p. 67). Esses fatos contribuíram para o surgimento de conflitos entre a comunidade local (principalmente aquela localizada em Cardeal Mota) e o órgão ambiental. Uma das maneiras encontradas pela população para demonstrar

insatisfação era atear fogo nas áreas do PARNA. O desgaste na relação entre a comunidade e o então IBAMA, na porção oeste, diminuiu a credibilidade do Instituto e configurou-se uma situação de conflito constante.

De acordo com observações e conversas com moradores locais, antes da instalação da unidade o principal produto comercializável era o arroz, cultivado principalmente na baixada do ribeirão Mascates e na vazante do rio Cipó. Com a demarcação dos limites do PARNA, a lavoura de arroz foi prejudicada, uma vez que as terras que ficaram disponíveis não eram adequadas para o cultivo do cereal.

Todos esses eventos estavam ocorrendo na porção oeste do PARNA. O outro lado da serra, por sua vez, encontrava-se em relativo marasmo, assim como todo seu vetor de penetração viária. Na porção leste, afora o fato da proibição dos deslocamentos pelo alto da serra, eram poucos os conflitos. Muitos moradores não tinham qualquer conhecimento sobre a implantação da unidade.

A percepção das comunidades da porção leste em relação ao PARNA começou a aparecer em meados dos anos 1990, quando se iniciou também um aumento gradativo do fluxo turístico na região, principalmente no povoado de Cabeça de Boi. Sobre esse fato, é importante pontuar algumas falas sobre o PARNA Serra do Cipó sob o olhar de alguns atores da porção leste.

E o fato de ter o Parque Nacional da Serra do Cipó influencia alguma coisa?

Não, o Parque Nacional não influencia absolutamente nada ainda... Porque não há uma ligação entende? Não há um trabalho de ligação entre os dois...²⁷

E a criação do parque influenciou alguma coisa na organização espacial e social aqui de Cabeça de Boi?

Ué... Antes do Parque, as pessoas já começaram a descobrir aqui... E começou a vir, dar umas passeadas na serra aí afora... Depois descobriu o Parque né?! E muitas pessoas usavam a área do Parque para criações, essas coisas... Depois do Parque cortaram tudo isso, né?! Houve uma grande dificuldade, porque tinha pessoas que não tinham propriedades e aproveitavam o pasto... Houve uma grande dificuldade para as pessoas porque tiveram que vender tudo que tinham, as criações...

²⁷ Fala do ex-prefeito de Morro do Pilar.

E eles cruzavam muito a serra para atravessá-la em direção ao outro lado?

Naquela época era a estrada né?! Estrada de cavalo acho até que era a Estrada Real... Passava muito pra ir a Jaboticatubas, Cardeal Mota... A estrada era por aí, só usava cavalo e de a pé... Cargueiro, tropa, passava tudo por aí...²⁸

E a presença do Parque é boa aqui pro povoado?

Olha, antes não tinha relação nenhuma com o Parque, é de um tempo pra cá, depois que o Henri tornou-se chefe da unidade de conservação, que nós temos relação com o Parque... E também depois que criamos a associação fizemos parcerias, onde o pessoal da região trabalha na brigada de incêndio, e a associação daqui tem uma cadeira lá dentro do conselho do Parque, como suplente e como titular da APA... Revezamos com a associação da Lapinha... A relação comunidade x parque é boa... Nos últimos tempos têm havido alguns atritos por causa de ocupação irregular, o ICMBio tem tomado algumas atitudes aqui e tá tudo embargado... Tudo parado até segunda ordem, principalmente nessa chegada aqui do povoado que é tudo irregular por causa do campo rupestre, né?! Tá tudo parado... O pessoal tá vendendo de qualquer jeito, até escambo tão fazendo... Trocaram terreno em cavalo, em burrinho, já fizeram de tudo aqui...²⁹

Como é a relação aqui da Serra dos Alves com o Parque Nacional da Serra do Cipó? Você acha que depois que criou o Parque mudou a relação, aconteceram muitas transformações...

Olha, isso aí é um lugar onde eles tinham o gado, agora, desde que passou a ser Parque mesmo, de 2001 pra cá, que determinou que não pode mais pôr criação, pro povo da região que mexia com gado foi um fracasso, mas isso nós vamos superando de outra forma, porque eles colocavam o gado lá e esqueciam das propriedades, não cuidavam bem das propriedades... Fechando lá, eles passaram a cuidar melhor da propriedade e hoje tá dando lá o mesmo pasto que dava no alto antigamente...³⁰

Como se pode observar pelas falas dos atores locais, a presença do PARNA nessa porção da região só começou a ser sentida há pouco tempo. Essa presença está atrelada à regularização de uso da terra, assim como ao aumento do fluxo de pessoas que estão entrando na unidade pela “porta dos fundos”, como bem define GONTIJO (2007) sobre essa porção da Serra do Cipó.

²⁸ Fala de morador de Cabeça de Boi.

²⁹ Fala de liderança comunitária de Serra dos Alves.

³⁰ Fala do presidente da associação de Serra dos Alves.

Já em relação ao olhar dos atores que estão do outro lado, na porção oeste, estes têm uma visão um pouco diferente da chegada do PARNA à região:

E o Parque, a senhor acha que ajudou a modificar alguma coisa na região?

O Parque? O Parque foi criado pra quê, pra preservar a natureza, mas o que eu acho errado do Parque é que eles deveriam ter preparado o povo pro Parque... Não, foi decretado o Parque e quem morava lá, no alto da serra, porque lá tinha morador... Zelão morava lá, a mãe dele morava lá, ele foi criado lá... Cada um tinha seu pedaço de terra, tinha chácaras de café, eles viviam vendendo café e flor da serra e paina... Lá em cima, nas Bandeirinhas, tinha também morador, não era muito, mas tinha... Tinha o senhor Antônio, esqueci o sobrenome dele, cada um tinha sua chácara, eles vendiam pêssego, café... Tinham seu canavial e fazia... Eram umas fazendinhas... Fazia rapadura, tinha um gadinho para ter o leite, criava porco... Quer dizer, eles tinham a vidinha deles lá, só não tinha escola... Mas com a criação do Parque, desceram tudo, e ninguém recebeu... Meu compadre diz que não recebeu indenização nenhuma... E lá ficou abandonado e pegou fogo em tudo, queimou as chácaras, queimou tudo... Eu achava que eles deveriam ir lá, conversar com esse povo: olha, vocês podem deixar suas casas aí, continuar plantando no pedaço que vocês plantam, mas não corta mais nada... E vocês não precisam pagar mais imposto, dava a eles uma indenizaçõzinha e deixava eles cuidarem de lá, contanto que eles cuidassem dos matos... E continuassem a plantar, porque se eles continuassem com o café e com a paina, não tinha queimado tanto... Mas desceram tudo, assim como aconteceu no Capão dos Palmitos...³¹.

Era melhor sem o Parque, porque com a chegada do Parque começaram a pressionar os sitiantes e moradores lá do Bocaina e do Mascate para sair das suas casas... Eles deveriam ter deixado os moradores lá ou colocar o parque atrás das casas deles... Deveriam também ter colocado os moradores para trabalhar de fiscais, pra ajudarem a tomar conta da natureza, mas não, tirou todo mundo... aí o que aconteceu? Fogo e mais fogo... Hoje em dia acho que tá mais calmo, o pessoal tá aceitando mais, né?³²

Percebe-se, a partir da fala dos atores locais, que a presença do PARNA foi sentida logo em sua implantação, uma vez que a presença do órgão gestor na porção oeste

³¹ Fala de moradora local de Cardeal Mota.

³² Fala do dono do restaurante e pousada Chapéu do Sol.

se fez presente desde o início, seja na desapropriação de moradores, seja na regulamentação de uso e ocupação do solo. Verifica-se, também, o problema causado pelo aumento do fogo como forma de represália à desapropriação de terras.

Um olhar importante em relação ao PARNA nesse contexto local e regional é aquele do atual chefe/gestor da unidade. O atual gestor é morador antigo da região e, como bem disse em relatos anteriores, vem notando, ao longo dos anos, as transformações pelas quais a região vem passando. O olhar institucional/pessoal do atual chefe é interessante, pois nos mostra também como o órgão ambiental identifica sua posição de agente transformador da região.

Se não tivesse criado o Parque e se não tivesse criado a APA, a situação aqui já seria muito pior, porque esse vale mesmo dos Mascates já tinha direcionamento de uso das cachoeiras, mesmo que com menos pressão, porque não tinha acesso, mas o pessoal já entrava... Então, se tivesse ficado sem Parque, isso aqui já era puro loteamento, de ponta a ponta, pode ter certeza disso... Mas aí com as mudanças na legislação, a coisa foi começando a ficar mais restritiva, então a gente conseguiu segurar muita coisa com relação às irregularidades que são feitas, né?! O pessoal vem, divide o terreno, vai dividindo... e quando você assusta, aquilo já virou um núcleo habitacional... Então, a gente teve um período aí, talvez a partir dos anos 1980, com o aumento dos loteamentos, mas que em algumas áreas foi proibido, mas que em outras foi deixando acontecer...³³

O atual chefe se preocupa tanto com o parcelamento do solo como em agir de acordo com a legislação vigente, aplicando multas e embargando construções que não estejam de acordo com os trâmites legais. Essa postura, de certa maneira, tem influenciado a dinâmica local de (re)organização espacial, assim como as relações com a comunidade local e com os empreendedores do setor imobiliário e turístico.

A partir de todo o resgate feito ao longo do texto, assim como dos relatos de atores locais das porções leste e oeste da região, é interessante notar que o PARNA desempenha um papel interessante na dinâmica de transformação socioambiental da Serra do Cipó. É importante notar, também, que esse papel é não é o mesmo nas duas porções, ou seja, cada comunidade tem sua própria relação e respectivo envolvimento com a unidade. Como dissemos no início do texto, a Serra do Cipó é variada em biodiversidade, recursos naturais, organização social e econômica, cultura

³³ Fala do atual Gestor do PARNA Serra do Cipó, desde 2003.

e outros aspectos. O PARNA chegou para compor esse cenário diverso como um novo território, a princípio de forma impositiva, mas aos poucos integrando-se à dinâmica da região, transformando-a e sendo transformado conforme a dinâmica de seu entorno.

6.3.1 O PARNA e o turismo

O PARNA Serra do Cipó tem grande potencial para o desenvolvimento de diversas atividades turísticas. Porém, desde sua abertura, ele tem sido visto e utilizado apenas como mais um dos inúmeros balneários da região. Esse fato reflete o que ocorre no entorno do PARNA, onde os visitantes buscam basicamente as cachoeiras e os poços da serra, em meio a uma diversidade de potenciais que vão além das águas.

Atualmente, o parque conta com infraestrutura apenas de portaria e sanitários, localizados na entrada oficial da unidade. Os principais atrativos abertos à visitação são a cachoeira da Farofa e o cânion das Bandeirinhas, sendo necessária uma caminhada de oito e doze km, respectivamente, para alcançá-los. Além desses dois atrativos, o PARNA conta ainda com as cachoeiras Gavião, Andorinha, Tombador e Congonhas, que compõem o complexo de cachoeiras do Vale do Ribeirão Bocaina. Conta ainda com as cachoeiras das Braúnas e Farofa de Cima, locais de difícil acesso e de pouca procura por parte dos visitantes. Além destes, outro importante atrativo é o Travessão, local de exuberante beleza cênica, de onde é possível observar o outro lado da serra.

De acordo com o plano de manejo do PARNA, está prevista uma estruturação ampla para permitir um aumento no fluxo de visitação. Até 2009, a sede, localizada na margem esquerda do rio Cipó, conta com a única estrutura para recepção dos visitantes e, por essa limitação, apenas a baixada do rio Mascates está aberta à visitação autoguiada, com acesso à cachoeira da Farofa e ao cânion das Bandeirinhas, como dito anteriormente.

Nas demais regiões do parque, sem estrutura e equipes de apoio e controle, há muita visitação clandestina, facilitada pela existência de antigas estradas e trilhas, bem como pelo grande número de acessos na vegetação aberta. A região mais visitada dessa forma é o vale do Bocaina, principalmente as cachoeiras do Gavião, das Andorinhas e do Tombador. Está prevista a construção de uma nova portaria no vale, o que permitirá melhor gerenciamento da região e das travessias, as quais serão abertas à

visitação com a implantação do plano de manejo. Nesse contexto, a proposta de uso público elaborada pela equipe do ICMBio – PARNA Serra do Cipó

visa diversificar as opções de atividades, de graus de dificuldade, de meios de deslocamento. E aproveitar todo o potencial que a beleza da paisagem, a riqueza da história e a grande quantidade de informação disponível sobre a fauna, a flora, a geologia e a cultura atual e passada podem proporcionar quando bem utilizadas em programas de interpretação ambiental envolvendo trilhas e exposições. Desta forma, abre-se o Parque a qualquer cidadão, não apenas a atletas e passa-se a permitir a vivência pelo visitante de uma experiência que vai muito além de um mero banho de cachoeira. Ainda que as cachoeiras continuem sendo – e não poderia ser de outra forma num Parque que as tem às dezenas – um dos principais atrativos. (Plano de Manejo – PARNA Serra do Cipó, 2009, p. 42)

Segundo dados fornecidos pela equipe do PARNA, a visitação anual do parque é em torno de doze a quatorze mil visitantes (tabela 8). A equipe do PARNA também realizou uma pesquisa para verificar a visitação mensal ao longo do ano de 2008 (tabela 9). Constatou-se que há uma variação significativa na visitação mensal, atribuída – pela equipe do PARNA – basicamente a dois fatores: chuvas e feriados. Os feriados também foram identificados como período de grande fluxo de visitantes na unidade, principalmente aqueles em períodos secos e ensolarados como, por exemplo, Semana Santa, Dia do Trabalho e Corpus Christi, na primeira metade do ano, e Independência e Nossa Senhora Aparecida, na segunda metade. Julho é o mês com maior média de visitação, devido às férias escolares e à quase certa ausência de chuvas. Janeiro, fevereiro, novembro e dezembro são meses que têm a visitação reduzida devido às chuvas.

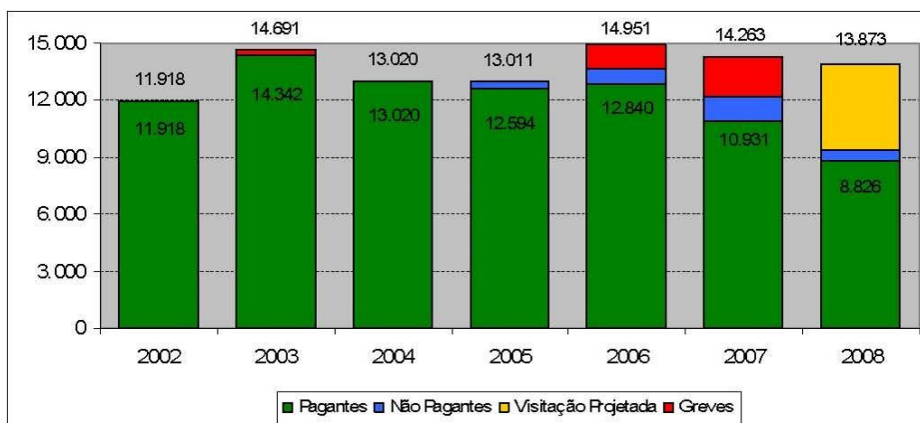


Tabela 8. Tabela de visitação anual ao PARNA Serra do Cipó entre os anos 2002 a 2008.
FONTE: PARNA Serra do Cipó

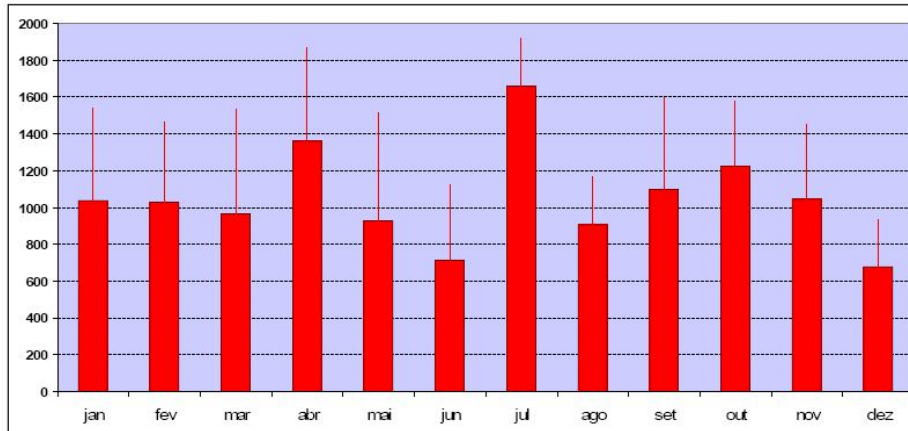


Tabela 9. Visitação mensal do PARNA Serra do Cipó no ano de 2008. **FONTE: PARNA Serra do Cipó**

Segundo informações da equipe do PARNA, grande parte dos visitantes é da região metropolitana de Belo Horizonte, uma parcela menor é do restante do estado e uma parcela ainda pequena é de outros estados e de estrangeiros. De acordo com o olhar dos analistas do ICMBio, “a estruturação dos atrativos, a valorização da diversidade da região e a facilidade de acesso aumentada pela proximidade do aeroporto internacional de Confins tendem a facilitar a diversificação do perfil dos visitantes” (Plano de Manejo – PARNA Cipó, 2009, p. 32).

Atualmente, a visitação do PARNA está concentrada nos atrativos localizados na porção oeste da unidade. Esse fato deve-se principalmente: (1) à facilidade de acesso via MG-010 até a região; (2) à consolidação da Serra do Cipó como um destino turístico com características de um turismo de natureza; (3) à infraestrutura da unidade localizada nessa porção; e (4) à diversidade de equipamentos de apoio ao turismo (restaurante, pousada, agências de turismo, etc). Aos poucos, a porção leste do PARNA vem recebendo visitantes que buscam descobrir novos e belos atrativos, como as cada vez mais conhecidas travessias leste/oeste da Serra do Cipó. Atentos a essa crescente procura, a equipe do ICMBio tem voltado seus olhares para Itabira, principal porta de acesso para o PARNA na porção leste, mais especificamente para o povoado de Serra dos Alves. Já existe um projeto de construção de uma nova portaria próxima à sede do povoado. A partir dessas informações, é possível perceber que a dinâmica do PARNA flui de acordo com a dinâmica da região. Sobre esse fato, o gestor do PARNA faz uma observação interessante quando indagado sobre os processos de expansão turística nas duas porções:

Você acha que o processo que acontece do lado de cá é o que vem acontecendo do lado de lá, numa escala ainda embrionária?

Como assim?

Deste lado aqui, oeste, já está asfaltado e do lado de lá, onde é a Estrada Real, que vai de Bom Jesus até Conceição, você acha que esses processos são similares?

Sim... Numa defasagem de dez anos, talvez... Assim, eu acho, porque uma coisa assim, que você pega, por exemplo, Serra dos Alves, se deixar acontecer o que se deixou acontecer aqui na própria Serra do Cipó, com a Estrada Real, com o incentivo ao turismo naquela região, com o asfaltamento que já tá vindo lá de Bom Jesus do Amparo para Ipoema, com o asfaltamento que já tá vindo de Itabira pra Senhora do Carmo e Itambé do Mato Dentro...³⁴

Porém, a visão dos atores locais destoa dessa visão institucional:

O senhor conhece a região entre Bom Jesus do Amparo e Conceição? Conheço...

O senhor acha que o processo que está acontecendo entre Bom Jesus e Conceição é similar àquele que aconteceu do lado de lá? Entre Cardeal e Conceição?

Totalmente diferente... Porque do lado de lá a cultura é outra, o asfalto contemplou, a ligação é com São Paulo e Rio de Janeiro, que é outra coisa... Aqui nos liga à parte mais pobre de Minas, então você nunca pensa em turismo daqui pra cá...³⁵

Você acha que o processo de desenvolvimento do turismo aqui é parecido com aquele que ocorreu na Serra do Cipó? Lá na região de Cardeal Mota...

Eu acho não... Lá foi uma coisa bem mais pontual, que chegou há muito tempo com o hotel Veraneio e lá já tem muito tempo que é isso... Aqui está chegando de uma vez, né?! Igual aconteceu em Cabeça de Boi... Lá já teve uma ocupação há mais tempo que já esteve muito ruim, mas que agora tá melhor... Aqui o turismo é uma coisa que ainda não tá dando pra sentir ele muito forte ainda não...³⁶

Essas considerações e a diferença dos olhares são importantes para o fechamento da nossa discussão, que será feito a seguir.

³⁴ Fala do gestor do PARNA Serra do Cipó.

³⁵ Fala do ex-prefeito de Morro do Pilar.

³⁶ Fala de liderança local de Serra dos Alves.

7. MEU OLHAR – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Voltemos ao início do trabalho, quando foram lançadas algumas questões que nortearam meu olhar para tentar entender as transformações socioambientais na Serra do Cipó a partir dos seus vetores de penetração turística. A delimitação dos dois vetores como pontos de partida foi fundamental para o trabalho, pois me permitiu compreender as diferentes dinâmicas regionais e seus contextos históricos para a visualização da (re)organização espacial e suas consequências nos dias de hoje.

Resgatando o que foi exposto no início do trabalho, as questões apresentadas foram: como se deram os processos de expansão turística na Serra do Cipó, tendo a Rodovia MG-010 e o antigo Caminho Real como os vetores de penetração? Pode-se afirmar que os processos são similares? Qual é o papel do Parque Nacional como elemento dessas transformações? O turismo pode ser considerado “o” agente transformador da região? Tentarei agora respondê-las de acordo com os caminhos percorridos ao longo do trabalho. Não são respostas fechadas, sem margem para discussões e outros desdobramentos. As respostas correspondem ao meu olhar sobre as transformações socioambientais da Serra do Cipó a partir de minha escolha metodológica. Sendo assim, seguem minhas considerações.

Ao longo do trabalho, foi possível perceber que a Serra do Cipó tem uma dinâmica de ocupação muito antiga, com distintos ciclos de uso da terra. A partir disso, tem-se que o atual momento de uso e ocupação da região é um reflexo do modelo desenvolvimentista adotado a partir da transferência da capital do estado para Belo Horizonte. Como foi mostrado, a região contava com dois vetores de penetração viária, um localizado a leste (antigo Caminho Real) e outro a oeste (atual MG-010) dos atuais limites do PARNA Serra do Cipó. O primeiro foi utilizado principalmente no período colonial e o outro teve destaque a partir do início do século XX.

A partir desse contexto, temos também um processo de expansão do turismo na Serra do Cipó. No que tange à porção oeste, esse processo turístico teve seu início em meados das décadas de 1950 e 1960. Porém, apenas na década de 1980 é que realmente foi possível perceber que a região vinha sofrendo transformações em função da atividade turística, cuja expansão está intimamente ligada ao processo de transferência do centro do poder político e administrativo do estado para Belo Horizonte. Como foi exposto, essa transferência trouxe resultados significativos para a região, estimulando seu crescimento e, de certa forma, a diversificação de suas

atividades econômicas. Com a abertura da MG-010, a procura pela Serra do Cipó (entre Cardeal Mota e Conceição do Mato Dentro) aumentou e a região passou por diferentes ciclos econômicos ao longo do século XX, tendo o turismo como pano de fundo nesses processos.

Com o asfaltamento da Rodovia MG-010 (final da década de 1980), a Serra do Cipó já era conhecida por suas belezas naturais e atraía cada vez mais interessados em atingir e conhecer as cachoeiras, serras, poços, lagoas, etc. A atividade turística que se consolidava na época era desordenada e contribuía para a degradação ambiental da região, principalmente no distrito de Cardeal Mota. Esse tipo de turismo foi consequência da falta de planejamento e interesse em ganhos rápidos devido ao grande fluxo de pessoas que buscava a região.

Houve um grande parcelamento de solo e muitos forasteiros acabaram fixando residência no local. A partir da década de 1990, Cardeal Mota não era mais o único destino procurado pelos novos viajantes nessa porção. Mesmo com o asfaltamento da Rodovia MG-010 apenas até o distrito, o acesso às demais localidades foi facilitado e estas começaram a sentir a chegada do turismo, ainda que de forma desordenada e predatória, como por exemplo, o povoado de Lapinha de Santana, ao norte da sede municipal de Santana do Riacho.

A partir de um cenário de relativa desordem e impactos socioambientais negativos, decorrentes da chegada massificada do turismo em consonância com o asfalto, a porção oeste vive, neste início do século XXI, uma tentativa de (re)organização dos espaços destinados às atividades turísticas. Atualmente, é possível perceber, através de projetos oriundos das esferas governamental e privada, que se busca o desenvolvimento de atividades que causem baixo impacto ao meio natural e resgatem alguns valores da cultura local, subjugados devido a essa chegada massificada e predatória do turismo. Verifica-se, assim, a tentativa de implantar, na prática, um turismo mais responsável, almejando a sustentabilidade dessa porção.

No que diz respeito à porção leste, o fenômeno turístico pode ser considerado recente, tendo o fim da década de 1990 como um marco importante. O turismo, assim como na porção oeste, está ligado à procura das belezas naturais da região – cachoeiras, paisagens, bucolismo – , entre outros fatores.

Porém, diferentemente do que ocorreu na porção oeste, nesse lado da serra a principal via de acesso continua a ser de terra batida, com dificuldade para se chegar a diversos locais onde está começando o desenvolvimento da atividade turística. Além disso, há uma maior diversidade de atrativos, os quais estão espalhados por diferentes povoados, distritos e comunidades, não havendo a concentração que se observa na porção oeste.

Outro fator interessante do processo de desenvolvimento turístico nessa porção é a organização social dos locais em que a atividade vem sendo consolidada. Na porção leste, a característica comunitária é marcante e evidente e o turismo se desenvolve a partir de núcleos de povoados que já existiam antes da chegada dos forasteiros, o que não ocorreu na porção oeste.

Devido a essas características, o fenômeno não se manifesta de forma homogênea ao longo desse vetor, sendo possível identificar locais onde a atividade já se consolidou e gerou consequências negativas – caso de Cabeça de Boi, por exemplo – , lugares nos quais a atividade vem se consolidando de uma maneira mais organizada – Serra dos Alves – e locais onde ainda não se experimentou a chegada concreta do turismo – Morro do Pilar.

Assim como aconteceu na porção oeste, a porção leste sofre influência da expansão urbana de uma importante cidade no contexto regional, Itabira. A expansão do núcleo urbano tem trazido consequências principalmente para as localidades situadas dentro de seus limites municipais e para o município vizinho de Itambé do Mato Dentro, uma vez que, ao longo do trabalho, percebeu-se que os turistas da região procedem, principalmente, de Itabira.

Como foi exposto, alguns dos municípios dessa porção estão inseridos no programa governamental ProAcesso, que asfaltará grande parte das estradas da região. A partir desta pesquisa, não foi possível mensurar até que ponto esse asfaltamento influenciará na dinâmica turística da região. Tendo a porção ocidental como exemplo, entretanto, é possível imaginar algumas consequências da chegada do asfalto, as quais já foram levantadas pelos atores locais procurados ao longo do trabalho.

Seguindo as considerações, traçando uma linha histórica e geográfica da região e olhando para os vetores de penetração turística, num primeiro momento tem-se a impressão de que os processos de expansão turística de ambos são similares. Porém,

quando foi realizado esse resgate e compreendeu-se como se deu o processo de ocupação e uso ao longo dos dois vetores, é possível afirmar que existem elementos similares, mas que, num contexto mais amplo, são processos distintos. Cabe ressaltar que estou me referindo à expansão turística nos vetores de forma geral, pois, se analisarmos localidade por localidade, encontraremos similaridades. Porém, a proposta não é a comparação entre elas, e sim entre os vetores.

Outro fator que reforça essa diferença é o contexto histórico de cada vetor. Eles se desenvolveram de formas distintas, o que configura um elemento fundamental para se determinar como o processo de expansão turística vem se consolidando em cada um.

Outro fator que corrobora esta conclusão é o próprio olhar dos atores locais. Apenas o gestor do PARNA afirmou que os processos de expansão turística são similares, com um hiato de dez anos para cada porção. Aproveito para lembrar aqui o olhar de três atores locais.

Apesar de não serem similares, é interessante observar que a chegada do asfalto em ambas as porções é um fator que contribui para a expansão da atividade turística tanto na porção ocidental quanto na oriental. Esse fato é sentido pelos atores locais, principalmente aqueles da porção leste, que ainda não contam com o asfalto e o veem chegar com um misto de receio e alegria. O receio se deve à expectativa de que a melhoria do acesso contribua para uma invasão de forasteiros, como ocorreu na porção oeste. Tendo em vista esse cenário, é interessante ressaltar a importância de um acompanhamento de pesquisa sobre o processo de asfaltamento da porção leste e as consequências da chegada do asfalto sobre a (re)organização socioambiental e espacial nas localidades que serão contempladas por ele. A questão do asfalto é também o que mais preocupa a equipe do PARNA Serra do Cipó.

A chegada do PARNA na região, na década de 1980, foi sentida, no primeiro momento, apenas pelos moradores do distrito da Serra do Cipó, principalmente devido às desapropriações para regularização fundiária. O contato com a porção leste foi se acentuando a partir de meados da década de 1990.

Apesar da relativa indiferença dos antigos habitantes locais em relação ao PARNA, a chegada e implantação do parque estadual na região vai além da questão meramente simbólica. Resgatando o que foi trabalhado no segundo capítulo deste trabalho, as unidades de conservação são espaços produzidos. Assim, a implementação do

PARNA gerou uma nova dinâmica territorial, uma vez que as unidades de conservação têm uma dinâmica que afeta não apenas os limites internos de seus territórios, mas também o seu entorno.

A chegada do PARNA gerou conflitos com os antigos moradores que possuíam terras dentro dos limites da unidade, determinou uma modificação no modo de vida dos moradores que utilizavam os topos de serra para pastagem e coibiu as travessias de moradores que se valiam das antigas rotas para cruzar a serra. O PARNA impôs regras de uso e ocupação das terras localizadas no entorno da unidade, ou seja, na APA Morro da Pedreira, o que muitas vezes era visto pelos moradores como autoritarismo por parte do órgão ambiental responsável pela entidade.

A relação entre a unidade e as comunidades locais é distinta. Na porção oeste, o PARNA é visto como uma entidade que gera entrave para o desenvolvimento da região, principalmente pelo caráter fiscalizador que ele incorpora. Na porção leste, o PARNA é visto como uma instituição de proteção dos recursos naturais e fiscalizador de irregularidades imobiliárias.

Além disso, o PARNA, mesmo desempenhando um papel secundário na expansão turística da região, tem uma importância ímpar nesse processo. Com a finalização do plano de manejo da unidade, estão previstas uma série de atividades e regulamentações que permitirão a diversificação do produto turístico na região. Esse fato é visto com bons olhos pela população do entorno, pois os moradores acreditam que com uma maior diversidade de atividades turísticas, maior será a possibilidade de criarem novas alternativas de negócios. Sendo assim, pode-se considerar que o PARNA desempenha um papel importante na região e é ainda um dos elementos centrais nas transformações socioambientais, pois atua não apenas nas questões ligadas à conservação da biodiversidade, mas também na dinâmica territorial.

Outro fato que se deve considerar após a exposição do conteúdo do trabalho é o real papel do turismo na região, em se tratando das transformações socioambientais.

Sempre que se fala da Serra do Cipó e de transformações socioambientais e espaciais há uma discussão muito grande sobre a influência do turismo nesses processos. Aos olhares superficiais, tem-se a impressão/percepção de que o turismo é “o” agente transformador da região devido à forma como ele se inseriu no lugar, bem como à percepção dos visitantes, que, a cada nova ida à região, dizem: “Nossa, como está

diferente, antigamente não tinha nada disso aqui"! Porém, tendo como fio condutor o que foi exposto ao longo do trabalho e após uma leitura do contexto histórico no qual a serra está inserida, chego à conclusão de que o turismo não é "o" agente transformador da região.

Como foi exposto ao longo do trabalho, a região da Serra do Cipó passa por um processo de transformação muito antigo, desde a pré-história até os dias atuais. São processos graduais e distintos, que em cada etapa refletiram – e refletem – o contexto e o modo de vida que levamos.

De acordo com o que foi trabalhado ao longo do texto, os últimos dois séculos foram aqueles em que as transformações ocorreram de maneira mais veloz e evidente na região. Os processos de desenvolvimento econômico evidenciaram uma nova maneira de ver o mundo, da sociedade pós-revolução industrial, em relação à qual a modernidade trouxe uma série de avanços que permitiram o desenvolvimento de técnicas capazes de modificar de forma significativa a dinâmica de comunidades ermas e distantes.

A região da Serra do Cipó sempre teve importância no contexto desenvolvimentista do estado, seja na porção oriental, seja na porção ocidental. Como mencionado, ela passou por ciclos desenvolvimentistas diversos, e em cada um deles observa-se uma característica e/ou atividade marcante. O que ocorreu no século XX, e continua ocorrendo neste século XXI, é a consolidação de um processo de desenvolvimento socioeconômico delineado pelo estado.

A decisão de transferir a sede da capital, de se ocupar a porção oeste devido a novos empreendimentos, o esquecimento da porção leste em razão de suas peculiaridades, a chegada do asfalto – primeiro na porção oeste e atualmente na porção leste – , a implantação do PARNA Serra do Cipó e também o turismo são elementos que, em conjunto, determinam as transformações socioambientais da região da Serra do Cipó.

O turismo, por si só, não é o elemento transformador da região, ele não é o catalisador, de maneira geral, de políticas públicas e/ou empresariais que determinam a dinâmica regional. O turismo na Serra do Cipó é, sim, reflexo do modelo de desenvolvimento adotado para a região, ou seja, ele é evidente, de fácil percepção, pois deixa elementos claros na paisagem, como pousadas, restaurantes e outros equipamentos. O turismo é consequência de outros processos determinantes para que

a dinâmica local esteja em constante (re)organização. Claro que esta conclusão é sob um olhar amplo, no contexto dos dois vetores, pois se lançarmos um *zoom* sobre as especificidades de cada localidade da região, em alguma delas encontraremos peculiaridades desenvolvimentistas atreladas ao turismo.

É inegável observar que o turismo atualmente exerce forte influência na dinâmica socioespacial e ambiental da região, em especial na porção oeste e, mais especificamente, no distrito da Serra do Cipó. Na porção leste, o fenômeno ainda está em processo de consolidação, mas vive momentos importantes, pois o asfaltamento caminha a passos largos naquela porção e, este sim, implicará mudanças e transformações rápidas para as localidades.

Acredito que a serra continuará sua dinâmica de transformações, tendo o turismo como um dos elementos mais fortemente identificáveis. Porém, neste momento, a região passa por situações que necessitam de olhares mais cuidadosos, uma vez que o asfaltamento de toda a região encontra-se em andamento e a chegada de um grande empreendimento minerário para Conceição do Mato Dentro está para acontecer. Isso fará com que a dinâmica de transformações socioambientais seja acelerada, e o fenômeno turístico, no meu entender, cada vez mais irá tirar proveito dessa evolução, reforçando seu papel de vitrine das transformações socioambientais, mas com seu característico papel secundário na fatia do bolo.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA

ALVES, Rubem. Filosofia da ciência – introdução ao jogo e suas regras. São Paulo: Loyola, 2000.

ABREU, Paulo Almeida (1995). O Supergrupo Espinhaço da Serra do Espinhaço Meridional (Minas Gerais): o rifte, a bacia, o orogeno. Geonomos 3 (1): 1-18.

ARAÚJO, Marcos Antônio Reis. Unidades de Conservação no Brasil: da República à gestão de classe mundial. Belo Horizonte: SEGRAC, 2007.

BARBOSA, Maria Flávia Pires. A percepção ambiental e o turismo: o caso do povoado de Cabeça de Boi – Itambé do Mato Dentro/MG. (Monografia) Universidade Federal de Minas Gerais. dez. 2007.

BELUZZO, Ana Maria de Moraes. O Brasil dos viajantes. São Paulo: Fundação Odebrecht, 1994.

BOSI, Alfredo. Fenomenologia do olhar. In: **NOVAES, Adauto (org.) O olhar.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

BRONOWSKI, J. A escalada do homem. Brasília: Universidade de Brasília, 1973.

CALVINO, Italo. As cidades invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CALVINO, Italo. Palomar. São Paulo: Companhia das Letras, 1971.

CARDOSO, Christiane Vilela Cardoso. As interfaces socioambientais de um lugar em reconstrução: distrito Serra do Cipó. (Dissertação) Universidade Federal de Minas Gerais. jul. 2008.

CARDOSO, Sérgio. O olhar do viajante (do etnólogo). In: **NOVAES, Adauto (org.) O olhar.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CARMO, Valéria Amorim do. A contribuição da Etnopedologia para o planejamento das terras no entorno do PARNÁ Caparaó a partir de um estudo de caso: a comunidade de Galiléia – município de Caparaó – MG. (Tese de Doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais. fev. 2009.

CARVALHO, de Daniel. Estudos e depoimentos. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1958.

CHAUÍ, Marilena. Janela da alma, espelho do mundo. In: **NOVAES, Adauto (org.) O olhar.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

CORIOLOANO, Luiza Neide. Espaço, poder e turismo: novas configurações geográficas. Disponível em: <http://www.reacao.com.br> Acesso em 10 jul. 2009.

COSTA, Antônio Gilberto (org.) Os caminhos do ouro e a Estrada Real. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

COSTA, Antônio Gilberto (org.) Cartografia da conquista do território das minas. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

DEAN, Warren. A ferro e fogo: a história e a devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DIAS, Maria Vitória et. al. Mato Dentro – viagem através dos tempos e contratempos da história de Conceição. Belo Horizonte. Dossiê Agência de Investigação Histórica, 1994.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. As cidades ilegíveis – percepção ambiental e cidadania. In: **RIO, Del Vicente; OLIVEIRA, Lígia de (org.). Percepção ambiental: a experiência brasileira.** São Paulo: Studio Nobel, 1999, p. 56-65.

GONTIJO, Bernardo Machado. A ilusão do ecoturismo na Serra do Cipó/MG: o caso de Lapinha. (Tese de Doutorado). Universidade de Brasília. abril 2003.

GONTIJO, Bernardo Machado. As portas abertas da Serra do Cipó. In.: **Cadernos Manuelzão.** ano 2, n. 3, p. 11. 17 jun. 2007.

GOULART, Eugênio M. Andrade. Nos ermos e nas brumas da Serra do Espinhaço. Belo Horizonte: Coopmed, 2000.

HISSA, Cássio Eduardo Viana, org. A mobilidade das fronteiras – inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

HISSA, Cássio Eduardo Viana, org. Saberes ambientais – desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

IBAMA, Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Brasília, 2000.

MACHADO, A. B. M (1986). Um parque para uma serra. *Ciência Hoje*, 5 (25): 42.

MENEZES, N.L & GIULIETTI, A.M (1986). Campos rupestres – paraíso botânico na Serra do Cipó. *Ciência Hoje* 5: 38-44.

MAURO, Mariana Fonseca. A construção do espaço a partir do desenvolvimento do turismo em uma área de proteção ambiental: estudo de caso do povoado de São José da Serra/Jaboticatubas-MG. (Monografia) Universidade Federal de Minas Gerais. dez. 2007.

MOURA, de Antônio Márcio F. Serra do Cipó-MG: ecoturismo e impactos socioambientais. (Dissertação). Universidade Federal de Minas Gerais. fev. 2000.

NOVAES, Adauto (org.) O olhar. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PEIXOTO, Nelson Braga. O olhar estrangeiro. In: **NOVAES, Adauto (org.) O olhar.** São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

RIBEIRO, J.F & WALTER, B.M.T (1998). Fitofisionomias do bioma Cerrado. Pp: 89-166. In: **SANO, S.M & ALMEIDA, S.P (eds.). Cerrado: ambiente e flora. Planaltina,** Embrapa, 1998.

RODRIGUES, Adyr A. B. Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: HUCITEC, 1997.

SAINT-HILAIRE, Auguste. Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

SANTOS, Fábio M.C. In: **SOARES**, Dulce. (org.). **Serra do Cipó**. 1ª reimpressão. São Paulo: Empresa das Artes Projetos e Edições Artísticas, 1992.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton e **SILVEIRA**, María Laura. Cap. X – A categoria de análise não é o território em si, mas o território utilizado. In: **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, Márcio. **Estradas Reais – introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil**. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001.

SPIX, J.B.von & **MARTIUS**, F.K.P.von. **Viagem pelo Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981.

JABOTICATUBAS - 1990										
Setor de Atividade	Grupo de Ocupação									
	Administrativas	Técnicas, Científicas, Artísticas e Assemelhadas	Agropecuária e da Produção Extrativa Vegetal e Animal	Produção Extrativa Mineral	Indústrias de Transformação e Construção Civil	Comércio e Atividades Auxiliares	Transportes e Comunicações	Prestação de Serviços	Defesa Nacional e Segurança Pública	Outras ocupações, ocupações mal definidas
Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca	102	0	2156	0	32	4	28	5	0	17
Indústria de transformação	20	8	0	0	195	21	0	6	0	12
Indústria da construção civil	4	0	0	9	239	0	0	0	0	4
Outras atividades industriais	9	0	0	0	8	0	0	0	0	24
Comércio de mercadorias	17	3	0	0	10	269	5	4	0	11
Transporte e comunicação	11	0	0	0	8	0	48	5	0	5
Serviços auxiliares da atividade econômica	0	17	11	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de serviços	31	0	0	0	141	110	0	584	5	12
Social	35	181	0	0	0	0	0	82	0	25
Administração Pública	40	37	0	0	15	0	10	0	9	0
Outras atividades"	21	11	0	0	0	7	0	5	0	17

JABOTICATUBAS										
Setor de Atividade	Grupo de Ocupação									
	Administrativas	Técnicas, Científicas, Artísticas e Assemelhadas	Agropecuária e da Produção Extrativa Vegetal e Animal	Produção Extrativa Mineral	Indústrias de Transformação e Construção Civil	Comércio e Atividades Auxiliares	Transportes e Comunicações	Prestação de Serviços	Defesa Nacional e Segurança Pública	Outras ocupações, ocupações mal definidas
Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca	340	3	975	2	27	0	0	12	0	0
Indústria de transformação	22	13	0	0	535	63	0	123	0	5
Indústria da construção civil		6	0	0	571	0	3	12	0	0
Outras atividades industriais	5		0	0	29	0	0	0	0	6
Comércio de mercadorias	77	4	0	0	33	284	31	0	0	2
Transporte e comunicação	5	0	0	0	78	5	119	0	0	0
Serviços auxiliares da atividade econômica	14	5	31	0	0	0	4	0	0	4
Prestação de serviços	73	58	0	0	15	18	7	1086	4	0
Social	35	200	0	0	5	5	9	41	23	6
Administração Pública	21	19	0	0	34	0	4	39	0	13
Outras atividades"	0	4	0	0	0	0	0	5	7	5

Santana do Riacho

SANTANA DO RICAHO - 1970										
Setor de Atividade	Grupo de Ocupação									
	Administrativas	Técnicas, Científicas, Artísticas e Assemelhadas	Agropecuária e da Produção Extrativa Vegetal e Animal	Produção Extrativa Mineral	Indústrias de Transformação e Construção Civil	Comércio e Atividades Auxiliares	Transportes e Comunicações	Prestação de Serviços	Defesa Nacional e Segurança Pública	Outras ocupações, ocupações mal definidas
Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca	0	0	949	0	0	0	0	0	0	0
Indústria de transformação	0	0	0	0	3	0	0	0	0	8
Indústria da construção civil	0	0	0	0	24	0	10	0	0	0
Outras atividades industriais	12	0	0	15	4	0	5	0	0	36
Comércio de mercadorias	25	0	0	0	0	17	0	0	0	0
Transporte e comunicação	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0
Prestação de serviços	0	0	0	0	10	0	0	32	0	0
Social	0	28	0	0	0	0	0	0	0	4
Administração Pública	6	3	0	0	0	0	0	0	0	0
Outras atividades"	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8

SANTANA DO RIACHO - 1980										
SETOR DE ATIVIDADE	Grupo de Ocupação									
	Administrativas	Técnicas, Científicas, Artísticas e Assemelhadas	Agropecuária e da Produção Extrativa Vegetal e Animal	Produção Extrativa Mineral	Indústrias de Transformação e Construção Civil	Comércio e Atividades Auxiliares	Transportes e Comunicações	Prestação de Serviços	Defesa Nacional e Segurança Pública	Outras ocupações, ocupações mal definidas
Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca	27	0	409	0	0	0	0	0	0	0
Indústria de transformação	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0
Indústria da construção civil	0	0	0	0	91	0	0	0	0	0
Outras atividades industriais	0	0	0	4	8	0	0	0	0	0
Comércio de mercadorias	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0
Transporte e comunicação	0	0	0	0	0	0	19	0	0	4
Serviços auxiliares da atividade econômica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de serviços	0	0	0	0	3	8	0	16	0	0
Social	0	20	0	0	0	0	0	3	0	0
Administração Pública	0	5	0	0	7	0	0	9	0	4
Outras atividades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

SANTANA DO RIACHO - 1990										
Setor de Atividade	Grupo de Ocupação									
	Administrativas	Técnicas, Científicas, Artísticas e Assemelhadas	Agropecuária e da Produção Extrativa Vegetal e Animal	Produção Extrativa Mineral	Indústrias de Transformação e Construção Civil	Comércio e Atividades Auxiliares	Transportes e Comunicações	Prestação de Serviços	Defesa Nacional e Segurança Pública	Outras ocupações, ocupações mal definidas
Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca	42	0	448	0	0	4	0	0	0	2
Indústria de transformação	8	0	4	8	60	0	0	2	0	0
Indústria da construção civil	0	0	0	0	88	0	0	0	0	0
Outras atividades industriais	0	0	0	7	10	0	0	3	0	0
Comércio de mercadorias	15	0	0	0	0	15	0	4	0	0
Transporte e comunicação	0	0	0	0	0	0	25	0	0	2
Serviços auxiliares da atividade econômica	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de serviços	32	0	0	0	22	7	0	55	0	0
Social	15	54	0	0	0	0	0	25	0	0
Administração Pública	18	0	0	0	30	0	13	2	8	0
Outras atividades**	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0

SANTANA DO RIACHO - 2000										
Setor de Atividade	Grupo de Ocupação									
	Administrativas	Técnicas, Científicas, Artísticas e Assemelhadas	Agropecuária e da Produção Extrativa Vegetal e Animal	Produção Extrativa Mineral	Indústrias de Transformação e Construção Civil	Comércio e Atividades Auxiliares	Transportes e Comunicações	Prestação de Serviços	Defesa Nacional e Segurança Pública	Outras ocupações, ocupações mal definidas
Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca	93	0	159	0	5	0	0	6	0	0
Indústria de transformação	0	3	0	0	105	45	4	42	0	0
Indústria da construção civil	6	0	0	0	111	0	0	0	0	0
Outras atividades industriais	3	6	0	0	12	0	0	0	0	0
Comércio de mercadorias	35	0	0	0	0	34	0	0	0	0
Transporte e comunicação	0	0	0	0	8	0	8	0	0	0
Serviços auxiliares da atividade econômica	5	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Prestação de serviços	21	0	0	0	10	0	0	178	0	16
Social	6	69	0	0	0	0	6	0	16	20
Administração Pública	5	4	0	0	29	0	20	0	0	65
Outras atividades**	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0

Conceição do Mato Dentro

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO - 1970										
Setor de Atividade	Grupo de Ocupação									
	Administrativas	Técnicas, Científicas, Artísticas e Assemelhadas	Agropecuária e da Produção Extrativa Vegetal e Animal	Produção Extrativa Mineral	Indústrias de Transformação e Construção Civil	Comércio e Atividades Auxiliares	Transportes e Comunicações	Prestação de Serviços	Defesa Nacional e Segurança Pública	Outras ocupações, ocupações mal definidas
Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca	42	0	4477	0	0	0	0	0	0	0
Indústria de transformação	0	0	0	0	111	11	0	0	0	4
Indústria da construção civil	0	0	0	0	217	0	21	0	0	4
Outras atividades industriais	0	0	0	71	0	0	0	0	0	15
Comércio de mercadorias	112	5	0	0	6	99	0	26	0	0
Transporte e comunicação	0	0	0	0	2	0	64	0	0	7
Prestação de serviços	0	0	0	0	141	10	4	592	0	0
Social	26	221	0	0	7	0	0	8	0	60
Administração Pública	15	0	0	0	0	0	8	0	31	11
Outras atividades"	10	0	0	0	0	0	0	0	0	31

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO - 1980										
SETOR DE ATIVIDADE	Grupo de Ocupação									
	Administrativas	Técnicas, Científicas, Artísticas e Assemelhadas	Agropecuária e da Produção Extrativa Vegetal e Animal	Produção Extrativa Mineral	Indústrias de Transformação e Construção Civil	Comércio e Atividades Auxiliares	Transportes e Comunicações	Prestação de Serviços	Defesa Nacional e Segurança Pública	Outras ocupações, ocupações mal definidas
Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca	29	0	2926	0	0	0	9	13	0	24
Indústria de transformação	0	0	0	0	203	2	0	0	0	6
Indústria da construção civil	0	0	0	0	279	0	11	3	0	0
Outras atividades industriais	0	0	0	60	0	0	3	0	0	17
Comércio de mercadorias	17	0	0	0	3	166	3	0	0	8
Transporte e comunicação	7	0	0	0	0	0	81	0	0	19
Serviços auxiliares da atividade econômica	0	10	4	0	0	0	0	0	0	3
Prestação de serviços	4	0	0	0	107	24	0	454	8	9
Social	18	294	0	0	8	0	0	44	0	0
Administração Pública	0	35	11	0	35	0	5	13	2	51
Outras atividades	19	0	0	0	0	0	0	0	0	13

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO - 1990										
Setor de Atividade	Grupo de Ocupação									
	Administrativas	Técnicas, Científicas, Artísticas e Assemelhadas	Agropecuária e da Produção Extrativa Vegetal e Animal	Produção Extrativa Mineral	Indústrias de Transformação e Construção Civil	Comércio e Atividades Auxiliares	Transportes e Comunicações	Prestação de Serviços	Defesa Nacional e Segurança Pública	Outras ocupações, ocupações mal definidas
Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca	131	0	3031	0	0	0	4	0	0	47
Indústria de transformação	36	0	10	0	266	0	0	9	0	0
Indústria da construção civil		0	0	0	229	0	0	0	0	0
Outras atividades industriais	5	0	0	242	8	0	0	12	0	26
Comércio de mercadorias	55	0	0	0	12	162	0	0	0	9
Transporte e comunicação	0	0	0	0	0	0	48	0	0	17
Serviços auxiliares da atividade econômica	12	8	0	0	0	0	0	0	0	12
Prestação de serviços	40	18	0	0	124	84	0	542	12	0
Social	32	255	0	0	0	0	0	114	0	26
Administração Pública	61	44	7	0	73	0	14	56	35	94
Outras atividades"	58	10	0	0	0	0	0	0	0	25

CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO - 2000										
Setor de Atividade	Grupo de Ocupação									
	Administrativas	Técnicas, Científicas, Artísticas e Assemelhadas	Agropecuária e da Produção Extrativa Vegetal e Animal	Produção Extrativa Mineral	Indústrias de Transformação e Construção Civil	Comércio e Atividades Auxiliares	Transportes e Comunicações	Prestação de Serviços	Defesa Nacional e Segurança Pública	Outras ocupações, ocupações mal definidas
Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca	564	0	1478	0	16	0	0	20	0	0
Indústria de transformação	36	27	0	0	269	38	0	56	0	0
Indústria da construção civil	23	15	0	0	398	13	0	11	0	10
Outras atividades industriais	0	0	0	16	29	0	0	7	0	0
Comércio de mercadorias	127	8	0	0	32	188	35	8	0	0
Transporte e comunicação	14	20	0	0	32	23	44	0	0	0
Serviços auxiliares da atividade econômica	32	16	0	0	0	11	22	8	0	9
Prestação de serviços	25	34	0	0	0	24	0	613	0	0
Social	36	385	0	0	0	0	22	65	20	8
Administração Pública	0	0	0	0	18	0	16	26	0	28
Outras atividades"	16	9	0	0	0	0	0	10	14	0

Anexo 2 – Tabelas censitárias referentes às atividades econômicas da porção leste

Itabira

ITABIRA - 1970										
Setor de Atividade	Grupo de Ocupação									
	Administrativas	Técnicas, Científicas, Artísticas e Assemelhadas	Agropecuária e da Produção Extrativa Vegetal e Animal	Produção Extrativa Mineral	Indústrias de Transformação e Construção Civil	Comércio e Atividades Auxiliares	Transportes e Comunicações	Prestação de Serviços	Defesa Nacional e Segurança Pública	Outras ocupações, ocupações mal definidas
Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca	70	0	3399	0	4		17	0	4	18
Indústria de transformação	36	4	0	0	455	8	4	0	0	29
Indústria da construção civil	136	22	28	0	1249		102	0	0	100
Outras atividades industriais	566	160	61	869	798		483	0	0	714
Comércio de mercadorias	433	0	0	0	8	494	20	33	0	68
Transporte e comunicação	44	0	0	0	7		483	0	4	79
Prestação de serviços	93	8	16	0	546	8	4	1543	0	111
Social	98	716	0	0	41		25	25	4	223
Administração Pública	90	33	4	0	64		5	15	0	99
Outras atividades*	128	4	0	0	15	19	9	0	0	722

ITABIRA - 1980										
SETOR DE ATIVIDADE	Grupo de Ocupação									
	Administrativas	Técnicas, Científicas, Artísticas e Assemelhadas	Agropecuária e da Produção Extrativa Vegetal e Animal	Produção Extrativa Mineral	Indústrias de Transformação e Construção Civil	Comércio e Atividades Auxiliares	Transportes e Comunicações	Prestação de Serviços	Defesa Nacional e Segurança Pública	Outras ocupações, ocupações mal definidas
Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca		0	2467	0	20		10	38	0	45
Indústria de transformação	78	3	4		479	48	14	54	0	96
Indústria da construção civil	114	58	0	42	2461		164	93	0	109
Outras atividades industriais	504	222	9	673	2100		491	352	0	649
Comércio de mercadorias	320	14	0	0	61	1018	61	15	0	89
Transporte e comunicação	31	4	4	0	54	5	596	26	0	56
Serviços auxiliares da atividade econômica	64	67	4	0	7	5	4	22	0	11
Prestação de serviços	131	24	0	0	503	208		2446	64	40
Social	183	919	0	0	33	4	8	286	6	103
Administração Pública	112	70	17	0	172	5	22	183	72	73
Outras atividades	109	3	0	0	3	16		5	0	154

ITABIRA - 1990										
Setor de Atividade	Grupo de Ocupação									
	Administrativas	Técnicas, Científicas, Artísticas e Assemelhadas	Agropecuária e da Produção Extrativa Vegetal e Animal	Produção Extrativa Mineral	Indústrias de Transformação e Construção Civil	Comércio e Atividades Auxiliares	Transportes e Comunicações	Prestação de Serviços	Defesa Nacional e Segurança Pública	Outras ocupações, ocupações mal definidas
Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca	244	10	2514	0	0	38	4	52	0	92
Indústria de transformação	199	20	33	0	1258	99	48	101	0	135
Indústria da construção civil	74	38		0	3137	0	52	31	0	68
Outras atividades industriais	559	299	13	1216	1686	0	503	126	0	572
Comércio de mercadorias	1006	19	0	0	160	1893	84	70	0	224
Transporte e comunicação	157	11	0	0	89	0	878	62	5	73
Serviços auxiliares da atividade econômica	317	178	37	0	88	19	50	57	0	11
Prestação de serviços	570	107		0	1142	464	22	4109	103	140
Social	489	1423		0	39	13	0	567	0	102
Administração Pública	285	176	13	0	204	0	60	231	187	156
Outras atividades"	263	21	11	0	37	0	18	30	0	148

ITABIRA - 2000										
Setor de Atividade	Grupo de Ocupação									
	Administrativas	Técnicas, Científicas, Artísticas e Assemelhadas	Agropecuária e da Produção Extrativa Vegetal e Animal	Produção Extrativa Mineral	Indústrias de Transformação e Construção Civil	Comércio e Atividades Auxiliares	Transportes e Comunicações	Prestação de Serviços	Defesa Nacional e Segurança Pública	Outras ocupações, ocupações mal definidas
Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca	859	35	1927		130	0	35	52	0	0
Indústria de transformação	313	207	0	11	2939	408	72	541	7	85
Indústria da construção civil	151	104	0	11	3118	0	41	332	104	76
Outras atividades industriais	588	240	0	761	1156	9	122	15	47	192
Comércio de mercadorias	1251	23	0	10	387	2163	113	126	23	215
Transporte e comunicação	160	21	0	6	362	19	694		13	68
Serviços auxiliares da atividade econômica	474	352	26	0	75	96	56	38	16	19
Prestação de serviços	665	413	0	0	244	182	13	4489	182	
Social	696	2161	0	0	157	0	52	451	261	351
Administração Pública	512	153	12	6	168	0	62	114	70	246
Outras atividades"	288	47	0	0	0	113	0	102	19	14

Itambé do Mato Dentro

ITAMBÉ DO MATO DENTRO - 1970										
Setor de Atividade	Grupo de Ocupação									
	Administrativas	Técnicas, Científicas, Artísticas e Assemelhadas	Agropecuária e da Produção Extrativa Vegetal e Animal	Produção Extrativa Mineral	Indústrias de Transformação e Construção Civil	Comércio e Atividades Auxiliares	Transportes e Comunicações	Prestação de Serviços	Defesa Nacional e Segurança Pública	Outras ocupações, ocupações mal definidas
Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca	6	0	1177	0	0	0	0	0	0	0
Indústria de transformação	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0
Indústria da construção civil	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0
Outras atividades industriais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Comércio de mercadorias	0	0	0	0	0	10	0	0	0	0
Transporte e comunicação	0	0	0	0	0	0	8	0	0	0
Prestação de serviços	0	0	0	0	0	0	0	8	0	0
Social	0	15	0	0	0	0	0	0	0	4
Administração Pública	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11
Outras atividades"	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3

ITAMBÉ DO MATO DENTRO - 1980										
SETOR DE ATIVIDADE	Grupo de Ocupação									
	Administrativas	Técnicas, Científicas, Artísticas e Assemelhadas	Agropecuária e da Produção Extrativa Vegetal e Animal	Produção Extrativa Mineral	Indústrias de Transformação e Construção Civil	Comércio e Atividades Auxiliares	Transportes e Comunicações	Prestação de Serviços	Defesa Nacional e Segurança Pública	Outras ocupações, ocupações mal definidas
Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca	45	0	889	0	0	0	0	6	0	9
Indústria de transformação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Indústria da construção civil	0	0	0	0	15	0	0	0	0	0
Outras atividades industriais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Comércio de mercadorias	0	0	3	0	0	13	0	0	0	0
Transporte e comunicação	0	0	0	0	0	0	7	0	0	0
Serviços auxiliares da atividade econômica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Prestação de serviços	0	0	0	0	5	1	0	34	0	0
Social	0	23	0	0	0	0	0	0	0	0
Administração Pública	3	2	0	0	0	0	3	0	0	0
Outras atividades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

ITAMBÉ DO MATO DENTRO - 1990										
Setor de Atividade	Grupo de Ocupação									
	Administrativas	Técnicas, Científicas, Artísticas e Assemelhadas	Agropecuária e da Produção Extrativa Vegetal e Animal	Produção Extrativa Mineral	Indústrias de Transformação e Construção Civil	Comércio e Atividades Auxiliares	Transportes e Comunicações	Prestação de Serviços	Defesa Nacional e Segurança Pública	Outras ocupações, ocupações mal definidas
Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca	4	0	500	0	0	0	0	0	0	0
Indústria de transformação	0	0	0	0	9	0	0	0	0	5
Indústria da construção civil	0	0	0	0	36	0	0	0	0	0
Outras atividades industriais	0	0	0	3	0	0	0	13	0	0
Comércio de mercadorias	0	8	0	0	0	10	0	0	0	0
Transporte e comunicação	0	0	0	0	0	0	10	0	0	0
Serviços auxiliares da atividade econômica	0	0	16	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de serviços	0	0	0	0	3	0	0	65	0	0
Social	0	41	0	0	0	0	0	11	0	0
Administração Pública	15	2	0	0	9	0	12	6	0	17
Outras atividades"	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5

ITAMBÉ DO MATO DENTRO - 2000										
Setor de Atividade	Grupo de Ocupação									
	Administrativas	Técnicas, Científicas, Artísticas e Assemelhadas	Agropecuária e da Produção Extrativa Vegetal e Animal	Produção Extrativa Mineral	Indústrias de Transformação e Construção Civil	Comércio e Atividades Auxiliares	Transportes e Comunicações	Prestação de Serviços	Defesa Nacional e Segurança Pública	Outras ocupações, ocupações mal definidas
Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca	182	0	187	0	0	0	0	0	0	0
Indústria de transformação	0	4	0	0	17	0	0	5	0	0
Indústria da construção civil	0	4	0	0	19	0	0	0	0	0
Outras atividades industriais	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0
Comércio de mercadorias	12	0	0	0	3	27	0	6	0	0
Transporte e comunicação	4	0	0	0	2	4	3	0	0	0
Serviços auxiliares da atividade econômica	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de serviços	10	0	0	0	0	0	0	74	0	0
Social	11	41	0	0	0	4	5	4	9	22
Administração Pública	8	0	0	0	15	0	30	23	0	10
Outras atividades"	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Morro do Pilar

MORRO DO PILAR - 1970										
Grupo de Ocupação										
Setor de Atividade	Administrativas	Técnicas, Científicas, Artísticas e Assemelhadas	Agropecuária e da Produção Extrativa Vegetal e Animal	Produção Extrativa Mineral	Indústrias de Transformação e Construção Civil	Comércio e Atividades Auxiliares	Transportes e Comunicações	Prestação de Serviços	Defesa Nacional e Segurança Pública	Outras ocupações, ocupações mal definidas
Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca	0	0	992	0	0	0	0	0	0	3
Indústria de transformação	0	0	0	0	172	0	0	0	0	0
Indústria da construção civil	0	0	0	0	13	0	57	0	0	0
Outras atividades industriais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10
Comércio de mercadorias	13	0	0	0	0	24	0	0	0	0
Transporte e comunicação	0	0	0	0	0	0	52	0	0	16
Prestação de serviços	7	0	0	0	26	0	0	80	0	0
Social	4	53	0	0	0	0	0	0	0	30
Administração Pública	0	0	0	0	0	0	0	0	7	4
Outras atividades"	0	0	0	0	0	0	0	0	0	26

MORRO DO PILAR - 1980										
Grupo de Ocupação										
SETOR DE ATIVIDADE	Administrativas	Técnicas, Científicas, Artísticas e Assemelhadas	Agropecuária e da Produção Extrativa Vegetal e Animal	Produção Extrativa Mineral	Indústrias de Transformação e Construção Civil	Comércio e Atividades Auxiliares	Transportes e Comunicações	Prestação de Serviços	Defesa Nacional e Segurança Pública	Outras ocupações, ocupações mal definidas
Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca	29	0	776	0	0	0	0	0	0	4
Indústria de transformação	0	0	0	0	69	0	0	0	0	4
Indústria da construção civil	0	0	0	0	113	0	0	0	0	0
Outras atividades industriais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Comércio de mercadorias	0	0	0	0	0	46	0	4	0	0
Transporte e comunicação	0	0	0	0	0	0	44	0	0	35
Serviços auxiliares da atividade econômica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de serviços	1	3	0	0	6	37	0	153	0	0
Social	0	55	0	0	0	0	0	8	0	0
Administração Pública	20	0	5	0	19	0	0	0	9	9
Outras atividades	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

MORRO DO PILAR - 1990										
Setor de Atividade	Grupo de Ocupação									
	Administrativas	Técnicas, Científicas, Artísticas e Assemelhadas	Agropecuária e da Produção Extrativa Vegetal e Animal	Produção Extrativa Mineral	Indústrias de Transformação e Construção Civil	Comércio e Atividades Auxiliares	Transportes e Comunicações	Prestação de Serviços	Defesa Nacional e Segurança Pública	Outras ocupações, ocupações mal definidas
Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca	5	0	550	0	0	12	0	0	0	6
Indústria de transformação	0	0	0	0	63	0	0	6	0	0
Indústria da construção civil	0	0	0	0	39	0	0	0	0	0
Outras atividades industriais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12
Comércio de mercadorias	4	0	0	0	0	55	0	0	0	3
Transporte e comunicação	0	0	0	0	0	0	33	0	0	25
Serviços auxiliares da atividade econômica	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Prestação de serviços	0	5	0	0	49	18	0	85	5	8
Social	13	77	7	0	0	0	0	52	0	3
Administração Pública	12	0	0	0	26	0	0	0	0	63
Outras atividades"	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8

MORRO DO PILAR - 2000										
Setor de Atividade	Grupo de Ocupação									
	Administrativas	Técnicas, Científicas, Artísticas e Assemelhadas	Agropecuária e da Produção Extrativa Vegetal e Animal	Produção Extrativa Mineral	Indústrias de Transformação e Construção Civil	Comércio e Atividades Auxiliares	Transportes e Comunicações	Prestação de Serviços	Defesa Nacional e Segurança Pública	Outras ocupações, ocupações mal definidas
Atividades agropecuárias, de extração vegetal e pesca	97	0	396	5	5	0	0	0	0	0
Indústria de transformação	19	18	0	0	70	9	0	7	0	0
Indústria da construção civil	0	4	0	0	141	0	4	9	0	0
Outras atividades industriais	0	0	0	0	21	0	0	0	0	0
Comércio de mercadorias	53	0	0	0	0	80	14	0	0	0
Transporte e comunicação	0	0	0	0	58	0	3	7	0	0
Serviços auxiliares da atividade econômica	2	9	0	0	0	6	20	0	0	0
Prestação de serviços	3	2	0	0	13	0	0	185	0	0
Social	5	56	0	0	3	0	0	11	11	0
Administração Pública	15	5	0	0	21	0	15	14	0	22
Outras atividades"	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

